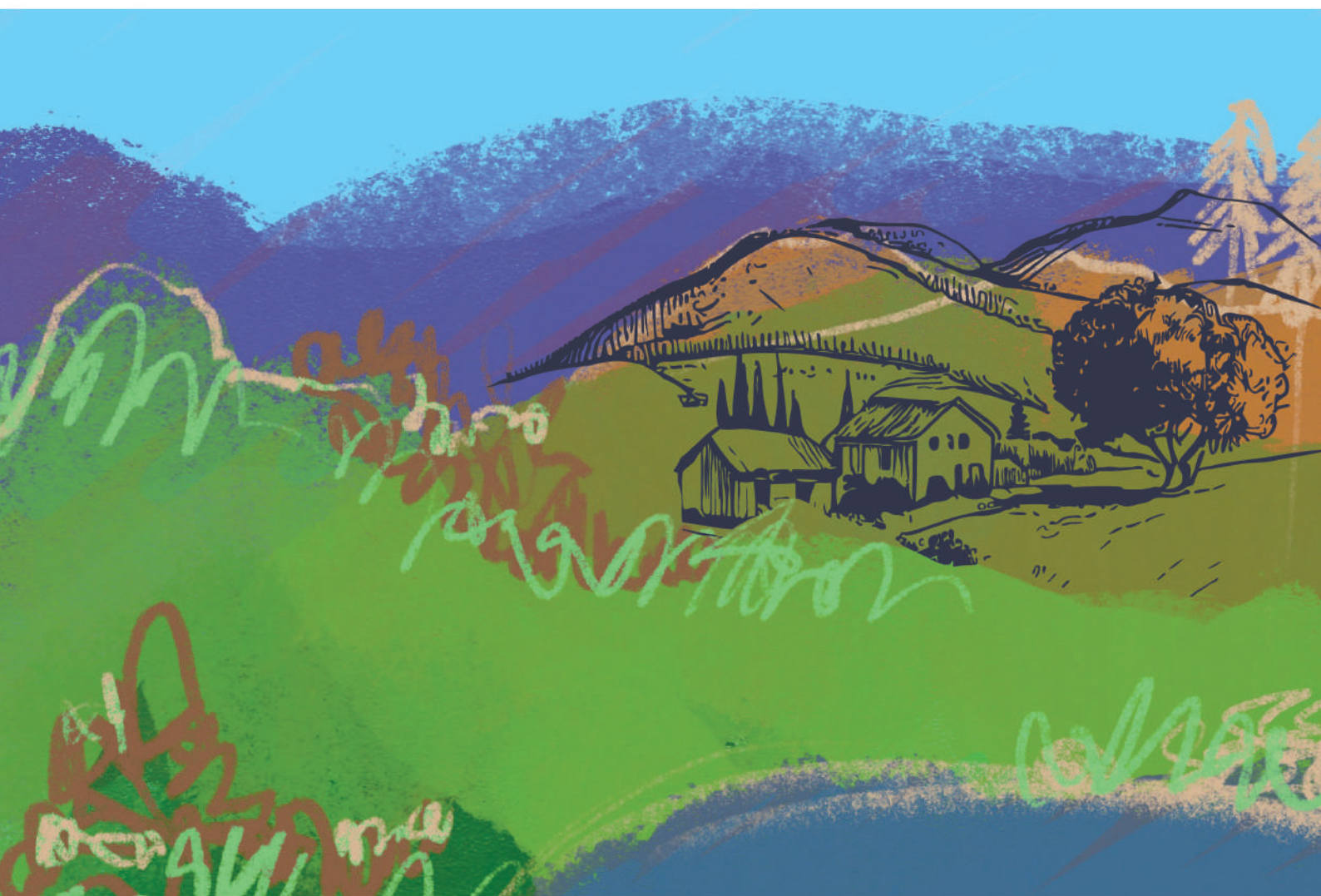


XXVI CURSO DE VERÃO

DIÁLOGOS TRANSTERRITORIAIS PARA
UMA GEOGRAFIA DA ESPERANÇA



curso de
verão



2026 | 30 de junho a 4 de julho



Creditado pela Universidade de Salamanca

XXVI Curso de Verão 2026

Diálogos Transterritoriais para uma Geografia da Esperança

30 de junho a 4 de julho de 2026

Coimbra - Guarda - Salamanca

O XXVI Curso de Verão ocorre no ano em que o CEI está a comemorar 25 anos de existência (como o Windows que foi lançado em 17 de fevereiro de 2000) e as universidades que o integram assinalam datas com profundo significado: a Universidade de Salamanca (USAL), fundada em 1218, celebra o V Centenário da Escuela de Salamanca, e a Universidade de Coimbra (UC), fundada em 1290, conclui as obras de restauro do Paço das Escolas. Se a Escuela de Salamanca representa uma das correntes de pensamento que mudou o rumo da história, assente num pensamento crítico e no compromisso universal, não menos significativo foi a adesão à União Europeia de Espanha e de Portugal, há 40 anos, com a assinatura do Tratado de Adesão às Comunidades, em 12 de junho de 1985. Portugal, por seu lado, assinala os 50 anos da Constituição da República, aprovada em 1976, e os 30 anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 17 de julho de 1996 por Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, tornando-se Timor-Leste o oitavo país-membro quando aderiu, em 20 de maio de 2002.

A UNESCO patrocina, em 2026, eventos como a nomeação de Barcelona como Capital Mundial da Arquitetura, que assinala o centenário do falecimento de Antoni Gaudí e a prevista conclusão estrutural da Basílica da Sagrada Família, reconhece Rabat como Capital Mundial do Livro e celebra o Centenário do Nascimento do geógrafo Milton Santos, sem esquecer que acontece uma mudança política significativa com a saída formal da organização, a 31 de dezembro, dos Estados Unidos. Se a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) destaca 2026 como o Ano Internacional das Pastagens e dos Pastores e o Ano Internacional da Mulher na Agricultura, a ONU considera o Ano Internacional dos Voluntários para o Desenvolvimento Sustentável e a entrada em vigor do Tratado do Alto Mar (setembro de 2026), na esperança de proteção das águas internacionais, e um novo ciclo do Plano Estratégico do ONU-Habitat (2026-2029), focado na urbanização sustentável e inclusiva.

Tais datas e agendas, mais do que uma divagação sobre temas relevantes ou uma viagem no tempo, apontam um rumo assente em princípios e valores universais que continuam a inspirar o Curso de Verão.

A presente edição, que se realiza entre 30 de junho e 04 julho, vai decorrer entre Coimbra, Guarda e Salamanca sob o lema *Diálogos Transterritoriais para uma Geografia da Esperança*. O Centro de Estudos Ibéricos (CEI) reforça com esta iniciativa o diálogo entre instituições e investigadores de aquém e de além-fronteiras, cumprindo uma missão que aposta no Conhecimento, na Cultura e na Cooperação sem renegar o compromisso com os espaços mais débeis, como são os territórios de baixa densidade e os fronteiriços. Reforça ainda a articulação com diferentes redes de investigação ao aprofundar parcerias com instituições que operam no espaço ibérico, tanto na Europa, no espaço latino-americano e em África, onde relevam os Países de Língua Portuguesa.

O estímulo à troca de saberes continua a afirmar o CEI como plataforma de difusão e centro de transferência de conhecimentos com diferentes proveniências disciplinares e geográficas, compromisso que é ainda mais relevante quando vivemos momentos tão sombrios e incertos. Há que explorar novos caminhos e encontrar janelas de esperança para mitigar as consequências que a impactam negativamente o nosso futuro coletivo, derivadas das mudanças aceleradas e das transições profundas que estão a ocorrer em domínios como o climático, energético, digital, demográfico, migratório, laboral ou o ecológico.

O Curso de Verão, que funcionará num sistema híbrido, consta de Conferências, Trabalhos de Campo, Mesas Redondas e Painéis de apresentação de Comunicações, pauta-se pelos seguintes objetivos:

- . identificar e valorizar os recursos do território, naturais e humanos, materiais e intangíveis, enquanto fatores críticos e estratégicos do desenvolvimento (paisagem, património, cultura, etc.);
- . analisar comparativamente dinâmicas económicas e sociais em diferentes contextos espaciais, estimulando a apresentação e o debate de programas, iniciativas e boas práticas que concorram para a coesão económica, social e territorial;

- . incentivar o diálogo entre saberes e investigadores com o intuito de alargar redes e consolidar parcerias;
- . valorizar o trabalho de campo como estratégia pedagógica, de conhecimento e promoção do património natural e cultural e de espaço de diálogo para comparar a raia portuguesa com outras geografias e contextos regionais.

Eixos temáticos

A partir do tema genérico “Diálogos Transterritoriais para uma Geografia da Esperança” serão organizadas as apresentações e os debates, independentemente de outros apartados que se venham a considerar, em torno dos seguintes eixos estruturantes:

1. Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local
2. Agricultura e desenvolvimento rural
3. Cidade e dinâmicas do espaço urbano
4. Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas e políticas públicas
5. Cultura, artes e leituras do território

Visitas de Estudo e Trabalhos de Campo

O Curso integra visitas de estudo e trabalho de campo onde serão apresentados temas e debatidas problemáticas relacionadas com alguns dos temas enunciados.

Creditação

O Curso será creditado pela Universidade de Salamanca, através do Centro de Formación Permanente, com 30 horas. (O certificado/ creditação só será concedido se houver participação presencial nos dias dos trabalhos de campo e a, pelo menos, 85% do número total de horas nos restantes dias. Na participação online, a creditação é de 15 horas, com a exigência de participação a 85%).

Organização

Centro de Estudos Ibéricos

Coordenação Científica

Rui Jacinto – Membro da Comissão Executiva do CEI pela Universidade de Coimbra

María Isabel Martín Jiménez – Membro da Comissão Executiva do CEI pela Universidade de Salamanca

Coordenação Local

Anabela Matias

Contactos

cei@cei.pt

Ana Proença (ana.proenca@cei.pt)

Sofia Martins (sofia.martins@cei.pt)

Telefone: (+351) 271220212

XXVI Curso de Verão 2026

Programa Geral
30 de junho a 04 de julho de 2026

30 de junho terça-feira	01 de julho - quarta-feira	02 de julho - quinta-feira	03 de julho - sexta-feira	04 de julho - sábado																																			
Coimbra	Trabalho de Campo	Guarda (BMEL e CEI)	Trabalho de Campo	Trabalho de Campo																																			
10.00 horas - Coimbra- FLUC - Anfiteatro III Abertura 10.30 horas – Mesa Redonda 1 “Imagem e miragem da Lusofonia: Milton Santos e o diálogo transibérico” No Centenário do Nascimento de Milton Santos e dos 30 anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Intervenções: Rui Jacinto e Lúcio Cunha (UC), José Borzacchiello (UFC), Dirce Suertegaray (UFRGS-UFPB-UEA), Valentín Cabero (USAL) 11.30 horas - Conferência 1 “Diálogos transterritoriais: ciência, natureza e futuro comum” - Helena Freitas (UC) [Ano Internacional dos Voluntários para o Desenvolvimento Sustentável] 12.30 horas - Pausa para Almoço 14.15 horas - Encontro em frente à FLUC Cartografias literárias: o livro, as bibliotecas, as poéticas do espaço 14.30 horas - Sala de S. Pedro - Biblioteca Geral da UC . “Joanina digital: ver livros velhos com olhos novos” - Manuel Portela (UC) 17.00 horas - Casa da Escrita . “Das poéticas do espaço às cartografias e roteiros literários” – Cristina Robalo Cordeiro, António Pedro Pita e Rui Jacinto (UC) 18.00 horas – Término dos trabalhos (hora prevista)	7.45 horas - Saída do Largo D. Dinis, Coimbra Trabalho de Campo Roteiro 1 Paisagens rurais da Beira 9.15 horas - Nelas, coração do Dão Coordenação: Joaquim Amaral (Presidente da CMN) e Paulo Barracosa (IPV) 9.30 horas - Percorso literário urbano António Lobo Antunes “Paisagens literárias. Percorso Literário: pelas memórias de António Lobo Antunes” 11.00 horas - Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão “O vinho e as paisagens vinícolas. Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão” 12.30 horas – Rota dos Moinhos (incluindo almoço ao ar livre junto a um Moinho oferecido pela Câmara Municipal de Nelas) “Molinologia e Gastronomia da paisagem” 15.30 horas - Partida para Folgosinho 16.30 horas- Folgosinho . Ainda há pastores? A serra, os pastores e o património rural (Ano Internacional das Pastagens e dos Pastores e Ano Internacional da Mulher na Agricultura) . Vergílio Ferreira e o património literário da Serra – Catarina Santos (CM Gouveia) . Património material – Joel Correia (CM Gouveia) . Geopatrimónio – Lúcio Cunha (UC) 18.30 horas – Término dos trabalhos (hora prevista) 21.30 horas – Saída para a Guarda (hora prevista)	9.30 horas - Intervenção de: Sérgio Costa (Presidente da Câmara Municipal da Guarda) 10.00 horas - Apresentação de Comunicações: Eixos temáticos (T) e Painéis (P) Sessões paralelas na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço e no Centro de Estudos Ibéricos Eixos temáticos (T). Painéis (P) Tema 1. Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local Tema 2. Agricultura e desenvolvimento rural Tema 3. Cidade e dinâmicas do espaço urbano Tema 4. Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas e políticas públicas Tema 5. Cultura, artes e leituras do território <table border="1"> <thead> <tr> <th>Salas</th><th>MESA 1</th><th>MESA 2</th><th>MESA 3</th><th>MESA 4</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Horas</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr> <td>10.00</td><td>T1.P1</td><td>T2. P1</td><td>T3. P1</td><td>T5. P1</td></tr> <tr> <td>11.30</td><td>T1.P2</td><td>T2. P2</td><td>T3. P2</td><td>T5. P2</td></tr> <tr> <td>14.30</td><td>T1.P3</td><td>T4. P1</td><td>T3. P3</td><td>T5. P3</td></tr> <tr> <td>16.00</td><td>T1.P4</td><td>T4. P2</td><td>T3. P4</td><td>T4. P3</td></tr> <tr> <td>17.30</td><td>T1.P5</td><td>T1.P6</td><td>T2. P3</td><td>T4. P4</td></tr> </tbody> </table> MESA 1 – BMEL: Sala Tempo e Poesia MESA 2 – BMEL: Sala Nau de Ícaro MESA 3 – CEI: Sala 1 MESA 4 – CEI: Sala 2 13.00 horas - Pausa para almoço 14.30 horas - Apresentação de Comunicações (continuação): Eixos temáticos (T) e Painéis (P) Sessões paralelas na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço e no Centro de Estudos Ibéricos 18.45 horas - Lançamento de livros da Coleção Iberografias: □ <i>Nº 50 – Narrativas ambientais, comunidades tradicionais e desenvolvimento rural</i> □ <i>Nº 51 - Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas, urbanas e culturais</i> Apresentação: Cláudia Guedes (Vereadora CMG), Valentín Cabero (USAL) e Rui Jacinto (UC) 19.30 horas - Término dos trabalhos (hora prevista)	Salas	MESA 1	MESA 2	MESA 3	MESA 4	Horas					10.00	T1.P1	T2. P1	T3. P1	T5. P1	11.30	T1.P2	T2. P2	T3. P2	T5. P2	14.30	T1.P3	T4. P1	T3. P3	T5. P3	16.00	T1.P4	T4. P2	T3. P4	T4. P3	17.30	T1.P5	T1.P6	T2. P3	T4. P4	7.45 horas – Saída da Sede do CEI, Av. Alexandre Herculano, Guarda Trabalho de Campo Roteiro 2 Património cultural - industrial 11.20 horas – Béjar, Património industrial e urbano Coordenação: Javier R. Sánchez Martín (Centro de Estudios Bejaranos) “Património industrial: a rota das fábricas têxteis” “Património Urbano: o conjunto Histórico do centro histórico de uma vila romana, árabe, judaica e cristã” 14.30 horas - Pausa para almoço Salamanca 15.30 horas – Faculdade de Geografia e História da USAL Mesa Redonda 2 “As relações ibéricas. Geografia e geógrafos na Universidade de Salamanca” Intervenções: Valentín Cabero e María Isabel Martín Jiménez (USAL) 17.00 horas - Aula Francisco de Vitoria da USAL Conferência 2 “Universidad de Salamanca: 500 años de la Escuela de Salamanca” - Antonio Notario Ruiz (USAL) 18.00 horas - Percorso urbano - Salamanca 19.30 horas - Término dos trabalhos (hora prevista)	9.00 horas – Saída da Residencia Camplus Platina, Salamanca Trabalho de Campo Roteiro 3 Paisagens transfronteiriças. A fronteira e suas mudanças 9.30 horas - São Pedro de Rio Seco Coordenação: María Isabel Martín Jiménez (CEI - USAL) Rui Jacinto (CEGOT; CEI -UC) “Memória de Eduardo Lourenço e fronteira” 11.00 horas Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro “Fronteira: realidade e imaginário. 40 Anos de Portugal e Espanha na União Europeia” - Isabel Monteiro (JFVF) Encerramento do XXVI Curso de Verão 13.30 horas - Pausa para almoço 15.00 horas - Saída para a Guarda (hora prevista)
Salas	MESA 1	MESA 2	MESA 3	MESA 4																																			
Horas																																							
10.00	T1.P1	T2. P1	T3. P1	T5. P1																																			
11.30	T1.P2	T2. P2	T3. P2	T5. P2																																			
14.30	T1.P3	T4. P1	T3. P3	T5. P3																																			
16.00	T1.P4	T4. P2	T3. P4	T4. P3																																			
17.30	T1.P5	T1.P6	T2. P3	T4. P4																																			

FLUC (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra); UC (Universidade de Coimbra); UFC (Universidade Federal do Ceará); UFRGS-UFPB-UEA (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); USAL (Universidade de Salamanca); CMN (Câmara Municipal de Nelas); IPV (Instituto Politécnico de Viseu); CM Gouveia (Câmara Municipal de Gouveia); CMG (Câmara Municipal da Guarda); BMEL (Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço); CEI (Centro de Estudos Ibéricos); JFVF (Junta de Freguesia de Vilar Formoso)

Programa

30 de junho, terça-feira

10.00 horas – Coimbra – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) - Anfiteatro III

Abertura

10.30 horas – **Mesa Redonda 1**

“Imagem e miragem da Lusofonia: Milton Santos e o diálogo transibérico”

No Centenário do Nascimento de Milton Santos e dos 30 anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Intervenções: Rui Jacinto e Lúcio Cunha (Universidade de Coimbra), José Borzacchiello (Universidade Federal do Ceará – UFC), Dirce Suertegaray (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Valentín Cabero (Universidade de Salamanca)

11.30 horas – **Conferência 1**

“Diálogos transterritoriais: ciência, natureza e futuro comum” - Helena Freitas (Universidade de Coimbra)

[Ano Internacional dos Voluntários para o Desenvolvimento Sustentável]

12.30 horas - Pausa para Almoço

14.15 horas - Encontro em frente à FLUC

Cartografias literárias: o livro, as bibliotecas, as poéticas do espaço

14.30 horas - Sala de S. Pedro – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

. “Joanina digital: ver livros velhos com olhos novos” - Manuel Portela (Universidade de Coimbra)

17.00 horas - Casa da Escrita

.” Das poéticas do espaço às cartografias e roteiros literários” – Cristina Robalo Cordeiro, António Pedro Pita e Rui Jacinto (Universidade de Coimbra)

18.00 horas – Término dos trabalhos (hora prevista)

01 de julho, quarta-feira

7h45 horas - Saída do Largo D. Dinis, Coimbra

Trabalho de Campo

Roteiro 1 - Paisagens rurais da Beira

[Coimbra – Nelas – Folgoso – Guarda]

9.15 horas - **Nelas, coração do Dão**

Coordenação: Joaquim Amaral (Presidente da Câmara Municipal de Nelas) e Paulo Barracosa (Instituto Politécnico de Viseu)

9.30 horas - Percurso literário urbano António Lobo Antunes “Paisagens literárias. Percurso Literário: pelas memórias de António Lobo Antunes”

11.00 horas - Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão “O vinho e as paisagens vinícolas. Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão”

12.30 horas – Rota dos Moinhos (incluindo almoço ao ar livre junto a um Moinho oferecido pela Câmara Municipal de Nelas)
“Molinologia e Gastronomia da paisagem”

15.30 - Partida para Folgosinho

16.30 horas - **Folgosinho**

. **Ainda há pastores? A serra, os pastores e o património rural**

(Ano Internacional das Pastagens e dos Pastores e Ano Internacional da Mulher na Agricultura)

. Vergílio Ferreira e o património literário da Serra – Catarina Santos (CM Gouveia)

. Património material – Joel Correia (CM Gouveia)

. Geopatrimónio – Lúcio Cunha (UC)

18.30 horas – Término dos trabalhos (hora prevista)

21.30 horas – Saída para a Guarda (hora prevista)

02 de julho, quinta-feira

Guarda, Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço (BMEL) e Centro de Estudos Ibéricos (CEI)

9.30 horas – Intervenção de: Sérgio Costa (Presidente da Câmara Municipal da Guarda)

10.00 horas - Apresentação de Comunicações: Eixos temáticos (T) e Painéis (P)

Sessões paralelas na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço e no Centro de Estudos Ibéricos

Eixos temáticos: 1. Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local

2. Agricultura e desenvolvimento rural

3. Cidade e dinâmicas do espaço urbano

4. Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas e políticas públicas

5. Cultura, artes e leituras do território

Painéis e Comunicações: Eixos temáticos (T) e Painéis (P)

Salas Horas	MESA 1	MESA 2	MESA 3	MESA 4
10.00	T1.P1	T2. P1	T3. P1	T5. P1
11.30	T1.P2	T2. P2	T3. P2	T5. P2
14.30	T1.P3	T4. P1	T3. P3	T5. P3
16.00	T1.P4	T4. P2	T3. P4	T4. P3
17.30	T1.P5	T1.P6	T2. P3	T4. P4

MESA 1 – BMEL: Sala Tempo e Poesia

MESA 2 – BMEL: Sala Nau de Ícaro

MESA 3 – CEI: Sala 1

MESA 4 – CEI: Sala 2

13.00 horas - Pausa para almoço

14.30 horas - Apresentação de Comunicações (continuação): Eixos temáticos (T) e Painéis (P)

Sessões paralelas na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço e no Centro de Estudos Ibéricos

18.45 horas - Coleção Iberografias. Lançamento dos livros:

Nº 50 - Narrativas ambientais, comunidades tradicionais e desenvolvimento rural

Nº 51 - Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas, urbanas e culturais

Apresentação: Cláudia Guedes (Vereadora da Câmara Municipal da Guarda), Valentín Cabero (Universidade de Salamanca) e Rui Jacinto (Universidade de Coimbra)

19.30 horas - Término dos trabalhos (hora prevista)

03 de julho, sexta-feira

7.45 horas - Saída da Sede do CEI, Av. Alexandre Herculano, Guarda

Trabalho de Campo

Roteiro 2 - Património cultural/ industrial

[Guarda – Béjar – Salamanca]

11.20 horas - **Béjar, Património industrial e urbano**

Coordenação: Javier R. Sánchez Martín (Centro de Estudios Bejaranos)

. “Património industrial: a rota das fábricas têxteis”

. “Património Urbano: o conjunto Histórico do centro histórico de uma vila romana, árabe, judaica e cristã”

14.30 horas - Pausa para almoço

Salamanca

15.30 horas – Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca

Mesa Redonda 2

“As relações ibéricas. Geografia e geógrafos na Universidade de Salamanca”

Intervenções: Valentín Cabero e María Isabel Martín Jiménez (Universidade de Salamanca)

17.00 horas - Aula Francisco de Vitoria da Universidade de Salamanca

Conferência 2

“Universidad de Salamanca: 500 años de la Escuela de Salamanca” - Antonio Notario Ruíz (Universidade de Salamanca)

18.00 horas - Percurso urbano - Salamanca

19.30 horas - Término dos trabalhos (hora prevista)

04 de julho, sábado

9.00 horas – Saída da Residencia Camplus Platina, Salamanca

Trabalho de Campo

Roteiro 3

Paisagens transfronteiriças. A fronteira e suas mudanças

[Salamanca – Vilar Formoso – Guarda]

9.30 horas - São Pedro de Rio Seco

Coordenação: María Isabel Martín Jiménez (Centro de Estudos Ibéricos - Universidade de Salamanca) e Rui Jacinto (CEGOT; Centro de Estudos Ibéricos - Universidade de Coimbra)

“Memória de Eduardo Lourenço e fronteira”

11.00 horas Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro

“Fronteira: realidade e imaginário.

40 Anos de Portugal e Espanha na União Europeia” - Isabel Monteiro (Junta de Freguesia de Vilar Formoso)

Encerramento do XXVI Curso de Verão

13.30 horas - Pausa para almoço

15.00 horas - Saída para a Guarda (hora prevista)

Trabalhos de Campo

Roteiro 1 - Paisagens rurais da Beira

[Coimbra – Nelas – Folgoso – Guarda]

Roteiro 2 - Património cultural/ industrial

[Guarda – Béjar – Salamanca]

Roteiro 3 - Paisagens transfronteiriças. A fronteira e suas mudanças

[Salamanca – Vilar Formoso – Guarda]

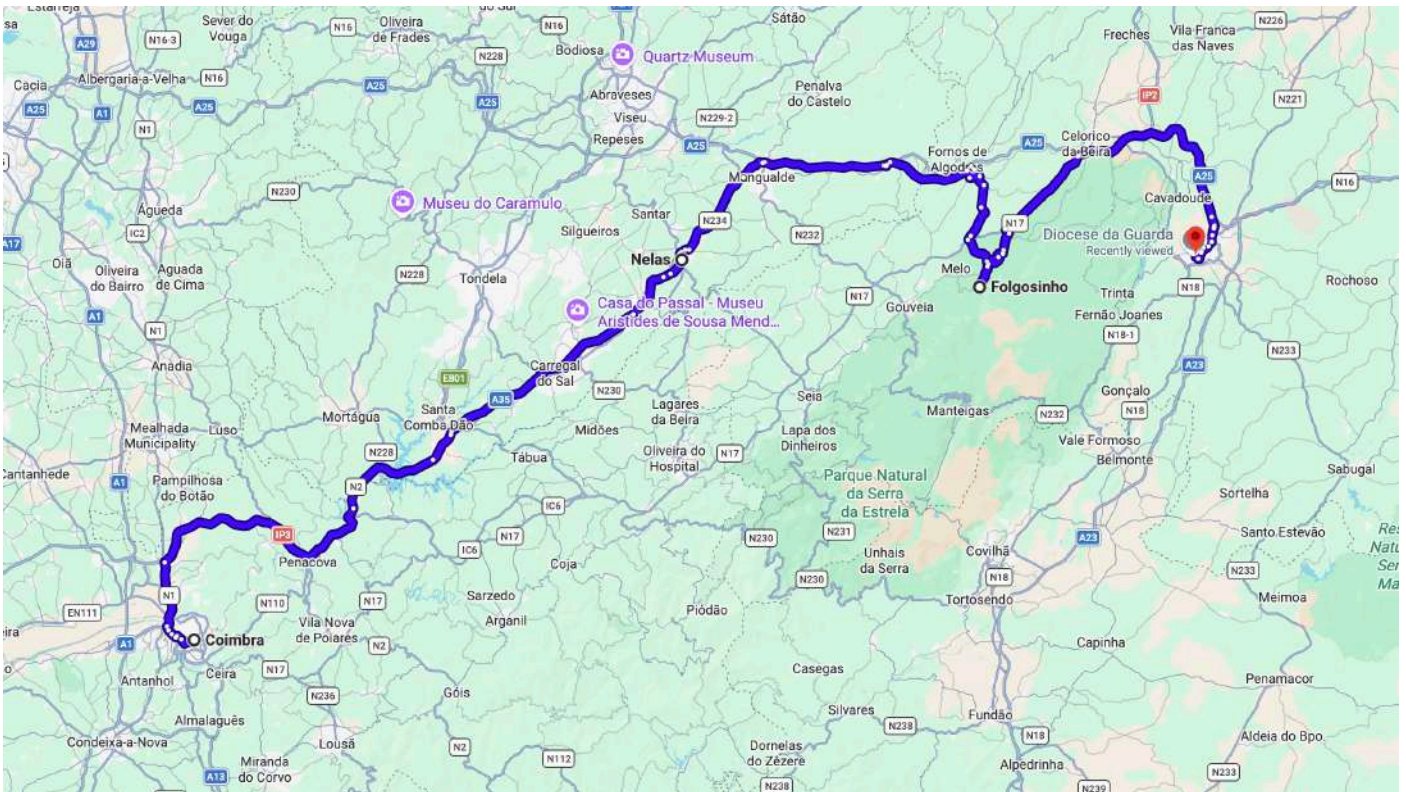
01 de julho, quarta-feira

Trabalho de Campo

Coimbra – Nelas – Folgosinho - Guarda

Roteiro 1

Paisagens rurais da Beira



. Nelas, coração do Dão

Coordenação: Joaquim Amaral (Presidente da Câmara Municipal de Nelas) e Paulo Barracosa (Instituto Politécnico de Viseu)

. Percurso literário urbano António Lobo Antunes “Paisagens literárias. Percurso Literário: pelas memórias de António Lobo Antunes”

. Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão “O vinho e as paisagens vinícolas. Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão”

. Rota dos Moinhos incluindo Almoço ao ar livre junto a um Moinho (oferecido pela Câmara Municipal de Nelas) “Molinologia e Gastronomia da paisagem”

. Folgosinho

. Ainda há pastores? A serra, os pastores e o património rural

(Ano Internacional das Pastagens e dos Pastores e Ano Internacional da Mulher na Agricultura)

. Vergílio Ferreira e o património literário da Serra – Catarina Santos (CM Gouveia)

. Património material – Joel Correia (CM Gouveia)

. Geopatrimónio – Lúcio Cunha (UC)

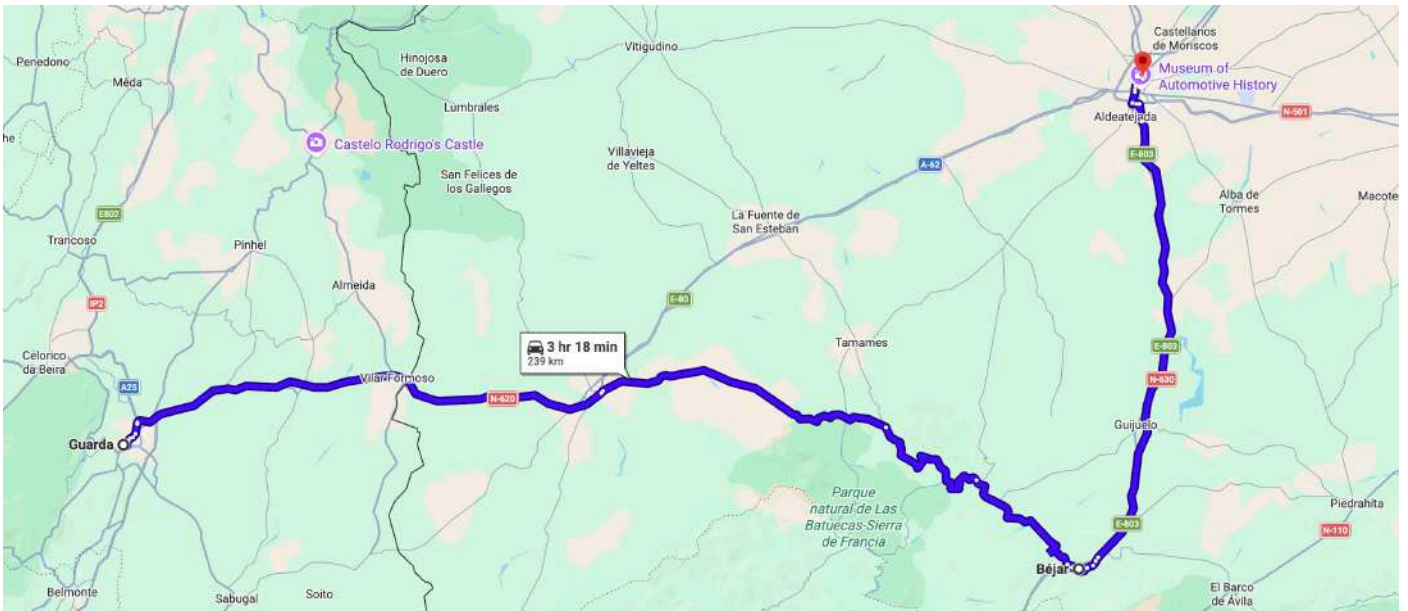
03 de julho, sexta-feira

Trabalho de Campo

Guarda – Béjar - Salamanca

Roteiro 2

Património cultural/ industrial

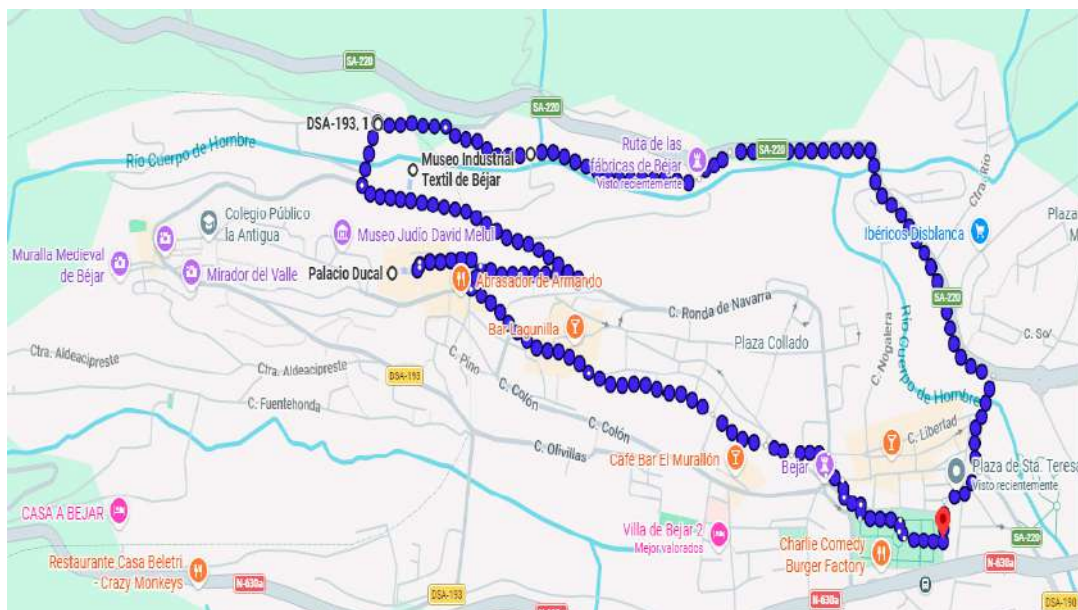


Béjar

Coordenação: Javier R. Sánchez Martín (Centro de Estudios Bejaranos)

. “Património industrial: a rota das fábricas têxteis”

. “Património Urbano: o conjunto Histórico do centro histórico de uma vila romana, árabe, judaica e cristã”



. Salamanca

Faculdade de Geografia e História da USAL

Mesa Redonda 2

. “As relações ibéricas. Geografia e geógrafos na Universidade de Salamanca”

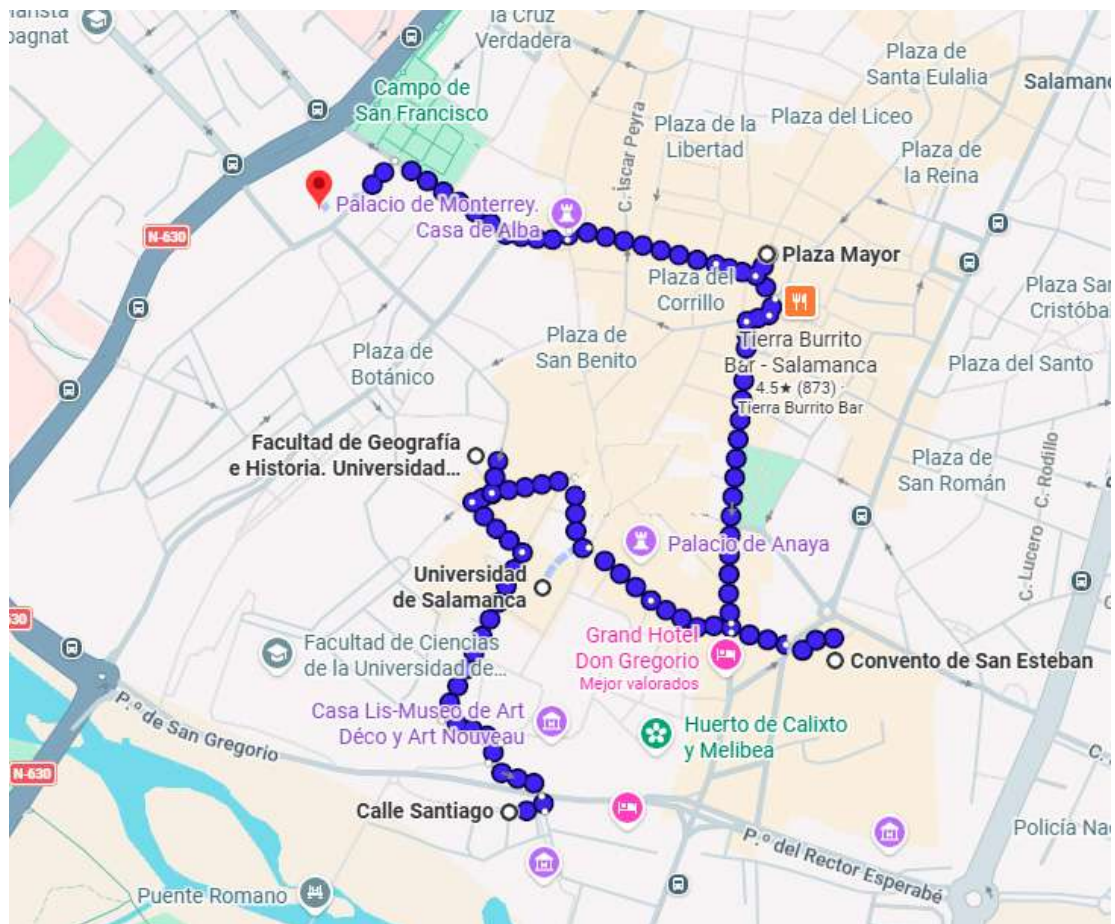
Intervenções: Valentín Cabero e María Isabel Martín Jiménez (USAL)

Aula Francisco de Vitoria da USAL

Conferência 2

“Universidad de Salamanca: 500 años de la Escuela de Salamanca” - Antonio Notario Ruíz (USAL)

. Percurso urbano - Salamanca



04 de julho sábado

Trabalho de Campo

Salamanca – Vilar Formoso – Guarda

Roteiro3

Paisagens transfronteiriças. A fronteira e suas mudanças

. São Pedro de Rio Seco

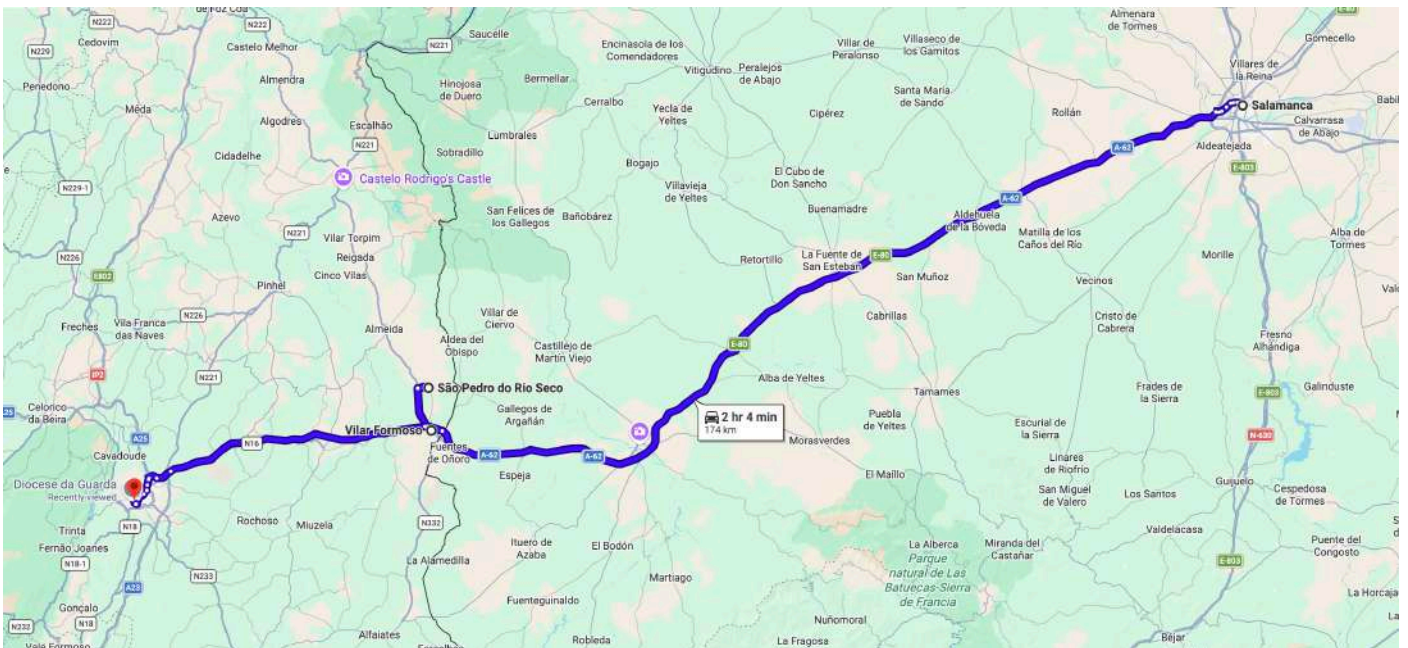
“Memória de Eduardo Lourenço e fronteira”

Coordenação: María Isabel Martín Jiménez (CEI - USAL) Rui Jacinto (CEGOT; CEI -UC)

. Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro

“Fronteira: realidade e imaginário.

40 Anos de Portugal e Espanha na União Europeia” - Isabel Monteiro (Junta de Freguesia de Vilar Formoso)



Eixos temáticos, Painéis e Comunicações

Índice

Eixos temáticos:

1. Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local
2. Agricultura e desenvolvimento rural
3. Cidade e dinâmicas do espaço urbano
4. Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas e políticas públicas
5. Cultura, artes e leituras do território

1. Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local

Painel 1.1

Moderação: Dirce Maria Antunes Suertegaray (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Paraíba – Amazônia – UFRGS-UFPB-UEA)

Intervenções:

Em comemoração aos 100 anos de Milton Santos: a categoria Natureza em Geografia - Dirce Maria Antunes Suertegaray (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Paraíba – Amazônia – UFRGS-UFPB-UEA)

Do rio à barragem: toponímia e a transformação ambiental do Rio Veríssimo, município de Nova Aurora, Goiás - Ana Paula Novais Pires Koga, Sandra de Fátima Lopes do Nascimento (Universidade Federal de Catalão)

Patrimônio natural e arqueológico em ecótono semiárido: uma análise integrada da paisagem no Parque Estadual da Serra dos Montes Altos (Bahia, Brasil) - Jane Mary Lima Castro; Poliana Bezerra de Oliveira, Artur José Pires Veiga (Universidade Estadual do Sudoeste Baiano – UESB)

Memória e Patrimônio Natural do Parque Estadual da Serra dos Montes Altos/Bahia, Brasil: dinâmicas territoriais e construção da identidade regional - Poliana Bezerra de Oliveira, Jane Mary Lima Castro (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

Painel 1.2

Moderação: Messias Modesto dos Passos (UNESP - Presidente Prudente/SP)

Intervenções:

Meio Ambiente – uma abordagem geográfica - Messias Modesto dos Passos e Diogo Laércio Gonçalves (FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente/SP)

Análise da Fragilidade Ambiental na Bacia do Córrego do Cedro em Presidente Prudente, São Paulo, Brasil - Thais Helena Gonçalves, Diogo Laércio Gonçalves (FCT Unesp Presidente Prudente / FCTE Ourinhos)

A percepção da paisagem a partir da relação entre o uso e cobertura da Terra com a História e Cultura de Ibirarema, São Paulo, Brasil - Luiz Eduardo de Lima Generoso e Diogo Laércio Gonçalves (Universidade Estadual Paulista - UNESP)

Complexidade em frente de Colonização CFSP/CTNP - Humberto Yamaki (Três Bocas, Laboratório de Paisagem)

Dinâmicas da paisagem motivadas por projetos Colonização na Amazônia Mato-Grossense: o caso da Gleba Celeste e a atuação da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP) - Diogo Laércio Gonçalves, Messias Modesto dos Passos (FCTE/UNESP Campus de Ourinho; FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente)

Painel 1.3

Moderação: António Campar de Almeida (Universidade de Coimbra)

Intervenções:

Guia prático de visita de estudo em Geomorfologia: uma proposta metodológica para o ensino-aprendizagem da Geografia - Eugénio Calei Lucamba (Instituto Superior de Ciências de Educação - Angola)

Saneamento básico e proteção de corpos hídricos na bacia hidrográfica do rio Verde, Zona Leste – São Paulo/SP - Bárbara Melo Vieira (Universidade Federal de São Paulo)

Uso de técnicas de Geoprocessamento e SIG para identificação da vulnerabilidade à erosão do solo- O caso na comunidade remanescente Quilombola de Santo Antonio do Guaporé, Rondonia-Fronteira-Bolivia - Grasiela Rocha Torres Goveia, Eliomar P.Silva Filho, M.M Ferreira (Universidade Federal de Rondônia)

Análise da cobertura vegetal na UGRHI - Alto Tietê nos anos de 1985 e 2024 - Luiza Marques Leite; Larissa Roberta Trombeta; Letícia Roberta Amaro Trombeta (Universidade Federal de São Paulo)

Painel 1.4

Moderação: Lúcio Cunha (Universidade de Coimbra)

Intervenções:

Percepção acerca das mudanças climáticas, queimadas e suas relações com a saúde da população em Corumbá-MS - Leonardo Ferreira de Araujo, Mauro Henrique Soares da Silva, Izabely Cristina da Silva Moraes (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS)

O uso e ocupação da terra e sua correlação com os eventos extremos (secas e enchentes) na Bacia do Rio Madeira, Rondônia, Brasil - Juci Theodoro, Lúcio Cunha, Irene Carniatto, Maria Madalena Ferreira (Universidade de Coimbra – UC)

O uso da Geocartografia para monitoramento de incêndios florestais no Município De Porto Velho-Rondônia-Amazônia Ocidental - Arthur Felipe Borin dos Santos, Juci Theodoro, Maria Madalena Ferreira (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho/RO – SEMA)

Gestão do risco natural no ordenamento do território: lições da Tempestade Kristin na Região de Leiria - Ana Carolina Pimenta de Jesus (Universidade de Aveiro)

Painel 1.5

Moderação: Lúcio Cunha (Universidade de Coimbra)

Intervenções:

Alterações climáticas, género e vulnerabilidade social: uma revisão da literatura sobre adaptação, resiliência e justiça climática - Tiago Mesquita, Aline Pascoalino (Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas)

Hidrogênio verde: a inserção do Ceará na nova geoeconomia da energia - Antony Levir dos Santos Melo e Alexsandra Maria Vieira Muniz (Universidade Federal do Ceará - UFC)

Neocolonialismo verde no contexto globalizado: o global, o local e o transnacional na transição energética - Fernando Heleno Fernandes de Souza Freire (Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES)

Entre promessas verdes e violências extrativas, colonialidade e racismo ambiental no Vale do Lítio - Matheus Silveira de Souza (Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES)

A agenda institucional do lítio em Portugal e seus efeitos territoriais - Elaine Santos (Laboratório Nacional de Energia e Geologia)

Painel 1.6

Moderação: António Campar de Almeida (Universidade de Coimbra)

Intervenções:

O Parque Estadual de Terra Ronca (Goiás): exemplo de paisagem cárstica no Cerrado brasileiro - Helena Martinho Coradini, Ana Paula Novais Pires Koga (Universidade Federal de Catalão)

Território, geopatrimónio e esperança: a percepção dos moradores de Bonito-MS sobre o Geopark Bodoquena-Pantanal - Regiane Silvestrini, Mauro Henrique Soares, Eduardo Salinas Chávez, Lúcio Cunha (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Universidad de Granada; Universidade de Coimbra, CEGOT)

Práticas de Educação Ambiental: um olhar para os desafios e possibilidades na Comunidade São Francisco do Iratapuru - Tatiana dos Santos Costa; Manoel Raimundo Santos; Nubia Deborah Araujo Caramello (Instituto Federal do Amapá – IFAP)

O papel da Educação Ambiental e Climática na percepção do indivíduo: estudo na Mata de Santa Genebra - Giulia Beck; Aline Pascoalino (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP)

2. Agricultura e desenvolvimento rural

Painel 2.1

Moderação: Rosângela Hespanhol (UNESP – Presidente Prudente)

Intervenções:

Estado, território e agricultura familiar: a trajetória do Programa de Aquisição de Alimentos no oeste paulista - Rosângela Hespanhol (UNESP de Pres. Prudente)

Implantação de cacimbas de contenção de água como estratégia de conservação do solo e da água em comunidades rurais - Leandro Fernandes Teixeira, Diana Felipe Mendes, Nathanne Karita Gonçalves da Fonseca, Loren Lucas Ribeiro e Ana Paula Novais Pires Koga (Universidade Federal De Catalão)

Abelhas Nativas no Cerrado: Polinização, Agrotóxicos e Relações Territoriais com Comunidades Cerradeiras (Bianca Barros da Silva Universidade Federal de Catalão)

Guardiões da agrobiodiversidade: uma pesquisa sobre os camponeses guardiões das sementes crioulas no município de Catalão – Goiás - Leandro Fernandes Teixeira, Gilmar Alves de Avelar (Universidade Federal de Catalão - UFCAT)

Pluriatividade e governança territorial: estratégias de sustentabilidade na agricultura familiar em Presidente Médici-RO - João Gabriel Ferreira Ramos, Monica Gomes Monteiro Feitosa, Maria Madalena Ferreira (Fundação universidade Federal de Rondônia - UNIR)

Painel 2.2

Moderação: José Sampaio de Mattos Junior (Universidade Estadual do Maranhão - UEMA)

Intervenções:

Circuitos territoriais de abastecimento alimentar, agricultura familiar e políticas públicas de acesso a alimentação no território do Vale do Itapecuru, Maranhão, Brasil - José Sampaio de Mattos Junior; Chirlene Pessoa Sousa (Universidade Estadual do Maranhão - UEMA)

O papel da agricultura familiar no fortalecimento da alimentação escolar no Município de Novo Horizonte do Oeste – RO entre os anos de 2023 a 2026 - Carla Taveira Nunes, Emanuel Maia, Jéssica Stocco Granado, Letícia da Silva Oliveira e Gracielen Cristina Milomes Alves (Faculdade Estácio São Paulo de Rondônia, Universidade Federal de Rondônia, Residência Multiprofissional em Saúde da Família de Pimenta Bueno-RO)

Os sabores e os ritmos no Vale do Jari: influências culturais na governança do território - Nubia Caramello, Micael Caramello – Luzze, Hanna Lopes Farias, Diego Aparecido Belo Cabral da Silva, Sidnei Pereira da Silva, Frederico Yuri Hanai (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e Universidade de São Carlos – UFSCAR)

Cotonicultura, território usado e reestruturação socioespacial no Nordeste - Fábio Ferreira Sampaio; Alexsandra Maria Vieira Muniz; Eduardo von Dentz (Universidade Federal do Ceará)

Dinâmica territorial e concentração de agroindústrias na RMF - Rhuan Rodrigues Brito; Alexsandra Maria Vieira Muniz (Universidade Federal do Ceará)

Reimaginar o rural no contexto de uma geografia da esperança: cultura e turismo no território SUDOE - Claudete Oliveira Moreira, Luís Silveira, Rui Ferreira, Mansour Ghanian, Paulo Carvalho, Tiago Santos, Andreia Martins (Universidade de Coimbra, CEGOT)

Painel 2.3

Moderação: José Sampaio de Matos Júnior (Universidade Estadual do Maranhão - UEMA)

Intervenções:

Autoavaliação Institucional: de que forma os resultados orientam as ações de gestão voltadas ao território, desenvolvimento e sustentabilidade? - Ana Lúcia Cunha Duarte, José Sampaio de Matos Júnior (Universidade Estadual do Maranhão - UEMA)

Agricultura e o potencial do regadio de Chókwe: estratégias de produção local e uso da água para irrigação Chilembene-Mocimbe - Sérgio Silverstre Ngovene e Ricardo Gilson da Costa Silva (Universidade Federal de Rondônia)

Novas configurações territoriais do agronegócio no Baixo Jaguaribe (CE): a produção de soja e algodão - Francisco Moacir de Saboia Filho; Lara Rafaela Gomes (Universidade Federal do Ceará)

Economia circular e desenvolvimento sustentável no Agro Amazônico: o papel estratégico da FAPERON na transformação do desenvolvimento rural em Rondônia - Lucas Alves de Oliveira, Vera Lúcia de Almeida (FAPERON/ Universidade Federal de Rondônia - UNIR)

Topologia do Banco da Produção do Estado de Alagoas – PRODUBAN (1963–1997): usos e abusos do território alagoano - Caroline da Silva Santos; Dhiego Antonio de Medeiros (Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL)

3. Cidade e dinâmicas do espaço urbano

Painel 3.1

Moderação: José Borzacchiello da Silva (Universidade Federal do Ceará – UFC)

Intervenções:

Fragmentos da cidade insurgente: a vez da periferia - José Borzacchiello da Silva (Universidade Federal do Ceará – UFC)

Neoliberalização da Política Urbana e Mercantilização dos Bens Públicos em Fortaleza - Henrique Eder Cavalcante Araújo, Tiago Estevam Gonçalves e Maria Clelia Lustosa Costa (Universidade Federal do Ceará)

A Financeirização do Espaço Urbano em Fortaleza: O Caso da OUC Jôquei Clube - Bruna Lima Pastor, Alexsandra Maria Vieira Muniz (Universidade Federal do Ceará)

Turismo esportivo de eventos e produção do espaço: uma análise da Praia de Guajiru, Trairi, Ceará - Francisca Walesca Castelo Branco Araújo; Vinicius Vitoriano Barbosa da Silva; Ticiane Alessandra Araújo das Neves; Alexandre Queiroz Pereira (Universidade Federal do Ceará -UFC)

Turistas ou residentes? A visitação ao patrimônio histórico do Centro de Fortaleza - Vinicius Vitoriano Barbosa da Silva, Ticiane Alessandra Araújo das Neves, Francisca Walesca Castelo Branco Araújo, (Universidade Federal do Ceará - UFC)

Painel 3.2

Moderação: Valentín Cabero Diéguez (Universidade de Salamanca)

Intervenções:

Geografias urbanas do acesso desigual à cidade: uma leitura crítica do caso de Génova - Giampietro Mazza - Fabiana Pedrelli (Universidade de Genova)

Os Conceitos Geográficos nas Trilhas da Cidade - Letícia de Sousa Pinheiro, Alessandra Maria Viera Muniz (Universidade Federal do Ceará - UFC)

Rotas Ciclaveis. Atuando Como Elemento Fundamental do Planejamento Urbano - Victor Duarte Vilar de Albuquerque (Universidade Estadual do Maranhão)

Centralidade e Mobilidade Espacial: os fluxos que dinamizam a Parangaba - Francisco Thalvanys Marques Duarte (Universidade Federal do Ceará - UFC)

Transporte público coletivo no município de Itapequerica de Serra, São Paulo: uma análise sobre a desigualdade socioespacial - Lucas da Silva Souza Barbosa; Letícia Roberta Amaro Trombetta (Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP)

Painel 3.3

Moderação: Rui Jacinto (CEI – CEGOT-UC)

Intervenções:

Comparação dos índices RS, NDVI, SAVI, EVI para a Zona Leste do Município de São Paulo - Larissa Roberta Trombetta, Júlio César da Costa e Letícia Roberta Amaro Trombetta (Universidade Estadual Paulista – UNESP; Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP)

Território, conforto térmico e saúde pública: a importância da avaliação bioclimática para a gestão de riscos nas cidades - Aline Pascoalino; Tiago Mesquita (Universidade Estadual Paulista - UNICAMP; Universidade de Coimbra)

Planejamento urbano e educação ambiental e climática na construção de cidades resilientes em contextos de emergência climática - Aline Pascoalino; Juliana Rink (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP)

Desenvolvimento Sustentável Metropolitano em Portugal: Uma Abordagem Multidimensional com Índices Compósitos - Constança Borges, Maria Inês Oliveira, Tiago Jorge, Tiago Mesquita, Helena Nogueira (Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

Painel 3.4

Moderação: Alessandra Maria Vieira Muniz (Universidade Federal do Ceará)

Intervenções:

Governança em rede e desenvolvimento territorial no nordeste brasileiro - José Átila Abreu de Sousa e Alessandra Maria Vieira Muniz (Universidade Federal do Ceará)

O mundo em disputa: o poder das marcas e os usos do território como recurso a partir do franchising - Clevisson José da Silva (Universidade de São Paulo - USP)

Trajetória, expansão e dinâmicas atuais dos supermercados e produção do espaço urbano em Fortaleza - Maria Eduarda Oliveira de Lima, Alessandra Maria Vieira Muniz e José Borzacchiello da Silva (Universidade Federal do Ceará)

Desconcentração produtiva e as suas repercussões na indústria de transformação no Ceará, Brasil - Maria da Penha dos Santos Costa, Alessandra Maria Vieira Muniz, José Borzacchiello da Silva (Universidade Federal do Ceará)

4. Sociedade e território: dinâmicas socioeconómicas e políticas públicas

Painel 4.1

Moderação: María Isabel Martín Jiménez (Universidade de Salamanca)

Intervenções:

Envelhecimento, dependência e território: desafios na distribuição dos serviços de apoio domiciliário em Portugal - Rodrigo Luciano Macedo Machado, Miguel Padeiro (CEGOT-Universidade de Coimbra)

El efecto frontera en la demografía hispanolusa de la Franja Céltica - María del Pilar Burillo Cuadrado (Instituto de Investigación Serranía Celtibérica)

Ensinos Clínicos em Enfermagem na área do Doente Crítico em Territórios de Baixa Densidade: Desafios e Oportunidades para a Coesão Territorial, a Saúde e a Sustentabilidade - Isabel Lopes, Bárbara Monteiro, Daniel Riso (Unidade Local de Saúde da Guarda)

Envelhecimento ativo e saudável no Brasil: Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde no período de 2006–2026 – Ralcilene Santiago da Frota, Irene Carniatto, Cleber Alvarenga de Medeiros, Francisco Norberto Moreira da Silva e Julio Mariano Kersul de Carvalho (Universidade de Coimbra; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; RIPERC - Rede

Internacional de Pesquisa Resiliência Climática)

Complexidade em Territórios Periféricos: Supervisão Clínica e Idoneidade Formativa no Ensino Clínico em Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica - Isabel Lopes, Bárbara Monteiro, Daniel Riso (Unidade Local de Saúde da Guarda)

Painel 4.2

Moderação: Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)

Intervenções:

Os cidadãos estrangeiros na dinâmica demográfica da União Europeia - Lídia Maria Galvão Rodrigues Praça (Instituto Politécnico de Bragança)

Saberes tradicionais, protagonismo feminino e a presença da migração no Sertão do Norte de Minas Gerais - Thays Malveira Ruas (Universidade Estadual de Montes Claros)

Canaã dos Carajás - PA: Migração, Mineração e Formação Urbana - Maria Clara Souza Sanches (Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES)

Migrações e reconfigurações territoriais: as comunidades rurais vazanteiras do Médio São Francisco, Brasil - Maria Cecília Cordeiro Pires; Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (Universidade Estadual de Montes Claros)

Migração queer e transformação da paisagem urbana: experiências territoriais de pessoas LGBTQIA+ em Montes Claros-MG - João Heitor Mendes, Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)

Painel 4.3

Moderação: María Isabel Martín Jiménez (Universidade de Salamanca)

Intervenções:

Manifestações do rural no Brasil e em Portugal: diálogos transterritoriais e interdisciplinares - Maria Cecília Cordeiro Pires; Andréa Maria Narciso Rocha De Paula; Rui Jacinto; Tiago Mesquita (UNIMONTES; OPARÁ-MUTUM; CEI; CEGOT; CIAS)

Critérios para avaliação da usabilidade de infraestruturas de dados espaciais brasileiras para a cidadania digital - Tainah Ramos e Letícia Roberta Amaro Trombeta (Universidade Federal de São Paulo - Unifesp)

Entre a rede global e as raízes do lugar - Ronaldo Rodrigues Martins, Amanda Silva Negreiros, Estevane de Paula Pontes Mendes (Universidade Federal de Catalão – UFCAT)

Dinâmicas (trans) territoriais e a biopolítica na Ilha Grande Angra dos Reis- Rio de Janeiro- Brasil - Carla Taciane Figueiredo, Gelsom Rozentino (Universidade Federal de Sergipe e Universidade de Lisboa; Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Comunidade de Cubas: território, modos de vida e a disputa de sentidos sobre desenvolvimento - Andreia Ferreira dos Santos e Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (Universidade Estadual de Montes Claros)

Nossa Palestina: configurações sociais e arranjos produtivos - Francisco - José Araujo (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA)

Painel 4.4

Moderação: Valentín Cabero Diéguez (Universidade de Salamanca)

Intervenções:

Desafios da CPLP em meio às guerras contemporâneas - Julie Lício Magalhães Almeida Carvalho e Renata Maria Ribeiro - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)

Internacionalização da educação superior: um estudo de caso da maior universidade multicampi da América Latina - Caíque da Conceição dos Santos e Jussara Fraga Portugal (Universidade do Estado da Bahia; UNEB)

Entre a proteção e o controle: o papel do estado na produção de conflitos territoriais na RDS Bom Jardim (Porto Velho - RO) – Daniela Moreira Machado, Maria do Rozário Almeida da Silva, Juci Theodoro, Maria Madalena Ferreira Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho – SEMA; Universidade de Coimbra – UC; Centro de Estudos de Geografia e ordenamento do Território – CEGOT; Rede Internacional de Pesquisa Resiliência Climática – RIPERC; Grupo de Estudos Estado, Território e Fronteira Amazônica)

Os caminhos para a elaboração de uma Política de Reconciliação e Perdão no Brasil a partir do modelo australiano: um estudo de caso prospectivo e comparado - Thaís de Oliveira Queiroz (Australian National University - ANU)

Emoções políticas: o experimentar atmosférico e as ruas como catalisadoras do ambiente político - Fábio Tavares (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

A construção das políticas de ação afirmativa no serviço público brasileiro de 1988 a 2025 - Thaís de Oliveira Queiroz (Australian National University); Patrícia Siqueira de Medeiros (Enap), Cecília Chachamovitz (Enap), Rachel Dorneles (Enap)

5. Cultura, artes e leituras do território

Painel 5.1

Moderação: Joana Capela de Campos (Universidade de Coimbra)

Intervenções:

O solo comum da União Europeia: Cultura, Educação e Património como pilares de solidariedade para a coesão territorial - Joana Capela de Campos (Universidade de Coimbra)

Processos de identificação e construção de espaços de identidade e memória: exemplos de autores e obras - Rosário Santana - Helena Santana (Instituto Politécnico da Guarda; Universidade de Aveiro)

Entre viagens, memórias e diásporas: caminhos da América Latina - Ana Júlia França Monteiro (Universidade de Brasília)

Eugénio de Andrade: da Raia ao Tejo. Geografia e rotas de uma poética identitária da Beira - Alexandre Leonardo, André Mota Veiga e Pedro Miguel Salvado (Museu Arqueológico Municipal José Monteiro)

Entre Veredas e travessias: Errância e Ressignificação do Território na Literatura de João Guimarães Rosa - Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (Universidade Estadual de Montes Claros)

Os novos sentidos da cidade e a literatura: caminhos do imaginário em roteiros literários - Tiago Vieira Cavalcante, Valéria Cristina Pereira da Silva, Givaldo Ferreira Corcinio Junior, Rui Jacinto (UFC - UFG / IFGO - Agência Brasil Central de Comunicação - CEGOT & CEI)

Painel 5.2

Moderação: Pedro Miguel Salvado (Museu Arqueológico Municipal José Monteiro)

Intervenções:

Museus e comunidades em territórios de baixa densidade: a rede “Casa de Lugares do Sentir” do Fundão - Pedro Salvado (Museu Arqueológico Municipal José Monteiro)

Museus como estratégias de valorização do património e fortalecimento territorial no Geoparque Serra do Sincorá: o caso do Museu do Garimpo Vivo e do Museu do Sempre Viva, em Mucugê - Ba.- Iris Fernanda Silva Bonfim; Artur José Pires Veiga (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB)

Vino, piedra y firma: la arquitectura icónica como construcción del paisaje cultural en la Rioja – Alavesa - Salvatore Lampreu (Università degli Studi di Sassari)

Religiosidade nos trópicos: o Sertão do Ceará e a construção do “franciscanismo tropical sertanejo” - Odilon Monteiro da Silva Neto, Eustógio Wanderley Correia Dantas (Instituto Federal Ceará - IFCE/ Universidade Federal do Ceará - UFC)

Desafios e demandas das políticas linguísticas em contexto fronteiriço: o caso de Guajará-Mirim – RO - Josireni Valéria Ximenes, Marília Lima Pimentel Cotinguiba, Luiz de Sousa Guilherme, Juci Theodoro, Maria Madalena Ferreira (SEDUC, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Universidade de Coimbra - UC; CEGOT; RIPERC.; GEPE-FRONT)

Painel 5.3

Moderação: Helena Santana e Rosário Santana (Universidade de Aveiro e Instituto Politécnico da Guarda)

Intervenções:

O homem e a natureza: representações fluídicas na obra de arte - Helena Santana e Rosário Santana (Universidade de Aveiro e Instituto Politécnico da Guarda)

Sabores urbanos oitocentistas: o cotidiano da alimentação no Rio de Janeiro através do olhar de Debret - Nathália Moro; Christian Fausto Moraes dos Santos (Universidade Estadual de Maringá)

Enredos da história do pensamento Geográfico na Província das Alagoas – Brasil – no século XIX - Renan Rubert Rosas Neto (Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Alagoas)

Eletiva explorando o mundo com jogos: uma jornada interativa no ensino de Matemática e Geografia na EMTI Prof. Álvaro Costa - Emanuelton Antony Noberto de Queiroz, Ana Beatriz de Almeida Lima, Alexsandra Maria Vieira Muniz, Lays Nogueira da Rocha (Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará)

Josepha d’Ayalla (1630-1684) e a vida conventual durante a Restauração na cidade de Coimbra - Pedro Manuel Pereira da Silva Tavares (CHAIA, Universidade de Évora)

Comunicações

Resumos

1. Paisagens, patrimónios, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local

Esta breve intervenção, objetiva, em comemoração, resgatar uma dimensão do constructo intelectual de Milton Santos, neste ano (2026) em que se comemora 100 anos de seu nascimento em 3 de maio de 1926, ocorrido na cidade de Brotas de Macaúbas, no interior da Bahia. Toma-se para análise então, o livro “Por uma Geografia Nova”, publicado em 1978. Nesta obra Santos estabelece uma ruptura e encaminha a avaliação crítica do fazer geográfico tradicional. Com esse livro, Milton Santos nos direciona “da crítica da Geografia a uma geografia crítica e propositiva” propõe uma Geografia Nova que rompa com as interpretações em curso (1970), seja a Geografia Clássica seja a emergente Geografia Quantitativa e da mesma forma a Geografia Comportamental ou da Percepção. Propõe uma análise a partir da categoria produção do espaço, para ele deveríamos partir do próprio objeto da disciplina o espaço, tal como se apresenta enquanto produto histórico: Santos, (1978)2004 p.141. Seria para ele o objeto explícito da Geografia – o espaço social- e este foi sempre deixado em segundo plano. Atribui esta não consideração uma falha da Geografia e um atraso no campo teórico epistemológico e, seu respectivo isolamento científico. Santos (1978) 2004 p.145 agrega em sua construção que: devemos centrar nossas preocupações na categoria espaço tal como ele se apresenta como produto histórico isto é o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através de seu trabalho. A concepção de natureza natural onde o homem não existisse ou fora o seu centro, cede lugar à ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano... (1978)2004 p. 151. A natureza é uma realidade social e não exclusivamente natural, acrescentando que nesse sentido a palavra natural deve ser tomada como um sinônimo de social, da mesma forma que podem ser assimilados os vocábulos natureza e espaço. Quando se admite que o espaço é um fato social é o mesmo que recusar sua interpretação fora das relações sociais que o definem. Muitos fenômenos apresentados como se fossem naturais, são de fato sociais. Nessa expressão natureza socializada deve-se identificar aquilo que os geógrafos chamam normalmente de espaço geográfico. Santos (1978) 2004 p.203.. Ao resgatar o conceito de Formação Econômica – Social (FES), resalta que jamais houve sociedade sem espaço, daí considerar relevante entendê-la como Formação Sócio – Econômica e Espacial. Para ele aceitar esse enfoque (na análise da FES) equivale a afastar de nossas análises o perigo sempre presente, e sobre o qual devemos insistir, de encarar as relações Homem – Natureza como uma relação dualista, erro que tanto contribuiu para que a realidade fosse interpretada deformada em tantas disciplinas sociais, mas erro cuja gravidade parece maior na Geografia pois o problema das relações da sociedade e o espaço é o próprio centro de nossas preocupações. Santos, (1978) 2004 p.247. Centra-se essa intervenção, num resgate nesta obra de Santos das categorias/conceitos de espaço, tempo, produção do espaço, espaço geográfico, natureza - e sociedade a partir do conceito de Formação Sócio Econômica e Espacial, conceito resignificado por ele a partir do constructo Formação socio-espacial.

Do rio à barragem: toponímia e a transformação ambiental do Rio Veríssimo, município de Nova Aurora, Goiás

Ana Paula Novais Pires Koga

anageografa@gmail.com

Sandra de Fátima Lopes do Nascimento

Universidade Federal de Catalão

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos emocionais, sociais e a percepção das mudanças paisagísticas oriundas da transformação do Rio Veríssimo a partir do seu barramento, em Nova Aurora, Goiás, sendo o Rio um espaço significativo na memória afetiva da infância e adolescência da pesquisadora. Fundamentada nos conceitos de toponímia e topofobia, conforme abordados por Yi-Fu Tuan (1974), a investigação explora os vínculos entre o ambiente, a identidade cultural e a memória coletiva, a observação direta da paisagem modificada e análise de documentos históricos, bem como o relato de experiência. Por meio da técnica de pesquisa do relato de experiência, buscou-se compreender como o Rio Veríssimo estava inserido no cotidiano e na construção identitária da pesquisadora, e de que maneira a substituição pelo reservatório modificou as percepções e experiências da pesquisadora. A pesquisa indicou que o Rio Veríssimo era um espaço de forte conexão afetiva, representando pertencimento e memória positiva (toponímia), enquanto a barragem gerou sentimento de perda, desconforto e alienação (topofobia). Além disso, ressaltou-se a importância de preservar a memória histórica de espaços transformados, promovendo ações que valorizem o significado cultural e emocional dos territórios para as comunidades locais.

Patrimônio natural e arqueológico em ecótono semiárido: uma análise integrada da paisagem no Parque Estadual da Serra dos Montes Altos (Bahia, Brasil)

Jane Mary Lima Castro

janecastroo@hotmail.com

Poliana Bezerra de Oliveira

geopollyana@yahoo

Artur José Pires Veiga

veiga@uesb.edu.br.com.br

Universidade Estadual do Sudoeste Baiano – UESB

A Parque Estadual da Serra dos Montes Altos, localizado no sudoeste da Bahia, integra o prolongamento meridional da Serra do Espinhaço e constitui uma área de elevada relevância ambiental e cultural no contexto do semiárido brasileiro. Inserido em uma zona de transição entre Caatinga e Cerrado, o parque abriga significativa diversidade biológica, numerosas nascentes e expressivo conjunto de registros arqueológicos, configurando uma paisagem complexa marcada pela interação entre processos naturais e ocupações humanas pretéritas. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo analisar de forma integrada o patrimônio natural e o patrimônio arqueológico, buscando compreender a organização da paisagem e suas transformações recentes. A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico, análise de imagens de satélite e aplicação de técnicas de sensoriamento remoto, associadas a observações de campo e à interpretação de indicadores socioambientais. Os resultados evidenciam a intensificação de processos de fragmentação da vegetação e a crescente pressão sobre os recursos naturais, associadas principalmente à expansão agropecuária. Observa-se, ainda, que os registros arqueológicos se distribuem em áreas que apresentam forte relação com elementos físicos da paisagem, indicando padrões espaciais relevantes para a compreensão da paisagem enquanto construção histórico-ambiental. Conclui-se que a análise integrada entre patrimônio natural e arqueológico permite ampliar a leitura da paisagem, superando abordagens fragmentadas e evidenciando áreas de maior relevância para a conservação do patrimônio natural e cultural. O estudo contribui para o avanço das discussões sobre paisagens culturais em ambientes semiáridos e amplia o conhecimento científico sobre áreas protegidas no Brasil.

Palavras chave: Patrimônio natural; Patrimônio arqueológico; Paisagem arqueológica; Análise integrada da paisagem; Semiárido brasileiro.

Memória e Patrimônio Natural do Parque Estadual da Serra dos Montes Altos/Bahia, Brasil: dinâmicas territoriais e construção da identidade regional

Polliana Bezerra de Oliveira

polliana.oliveira@ifbaiano.edu.br

Jane Mary Lima Castro

janecastroo@hotmail.com

Artur José Pires Veiga

veiga@uesb.edu.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

O Parque Estadual da Serra dos Montes Altos (PESMA) constitui uma unidade de conservação de significativa relevância ambiental e cultural que se localiza na porção sudoeste do estado da Bahia, próxima à divisa com Minas Gerais. Instituída legalmente em 2010 com o objetivo de preservar a biodiversidade e proteger patrimônios naturais e arqueológicos, esse mosaico de mais de 60 mil hectares abriga ecossistemas de transição entre os biomas da Caatinga e Cerrado, além de sítios arqueológicos que revelam vestígios milenares da ocupação humana. Este estudo tem como objetivo analisar a área sob a perspectiva da memória e do patrimônio natural, bem como compreender sua influência na identidade regional. A metodologia adotada baseia-se em revisão bibliográfica, análise documental e abordagem qualitativa interpretativa. Os resultados indicam que o parque representa não apenas um espaço de conservação ambiental, mas também um território de memória coletiva, marcado por significados históricos, culturais e identitários. Entretanto, desafios relacionados à conservação ambiental, uso do solo e valorização social do patrimônio ainda persistem. Conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas e da educação ambiental constitui elemento essencial para consolidar o parque como referência simbólica e patrimonial na região.

Palavras-chave: Biodiversidade; Educação Ambiental; Unidade de Conservação.

Messias Modesto dos Passos

mmpassos86@gmail.com

FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP – Brasil

Diogo Laércio Gonçalves

diogo.goncalves@unesp.br

UNESP, Campus de Ourinhos/SP – Brasil

A forte escalada da questão ambiental se efetua numa confusão de fenômenos exacerbados e desconhecidos, contraditórios e mal matizados: desregulamentos ecológicos e econômicos, dificuldades sociais e incertezas políticas, avanços científicos com grandes buracos negros, aberturas culturais... A pesquisa científica se interroga e oscila sobre seus fundamentos científicos e disciplinares, indispensáveis, mas medíocres.

Se não sabemos qual é o objeto da Geografia, a Geografia não tem futuro. Hoje há uma grande diversidade de temas que se dizem da Geografia, mas que, em verdade não tem nada de Geografia. Pois, não utilizam os conceitos, as teorias, a metodologia..., próprias da Geografia. Então, o que estamos fazendo: antropologia, sociologia...? A compreensão geográfica do meio ambiente deve se manifestar essencialmente nessa perspectiva. “Territorializar” o meio ambiente é, ao mesmo tempo, enraizá-lo no território dos homens e na longa história das sociedades..., fornecendo os meios conceituais e metodológicos de fazer avançar o conhecimento ambiental nesse campo. A crise contemporânea da natureza fez da pesquisa sobre o meio ambiente uma moda e uma necessidade. O meio ambiente é, antes de tudo, um imenso questionamento, global e confuso, quase metafísico, que a sociedade faz a si mesma e, mais precisamente, ao conjunto da comunidade científica. De onde a necessidade de não se analisar o meio ambiente no quadro estrito de um único conceito: ecossistema, geossistema. A partir de 1990, Bertrand reconhece que não é possível abordar o meio ambiente – complexo e com diversidade -, a partir de um conceito unívoco, (ecossistema e/ou geossistema) e, então, propõe o modelo GTP (Geossistema – Território – Paisagem). BERTRAND (2002) explicita, de forma bastante didática, o sistema metodológico fundado sobre estes três conceitos espaço-temporais:

- O geossistema, um conceito naturalista, com dimensão antrópica, representa o espaço-tempo da natureza antropizada. É a “fonte” (SOURCE).
- O território, fundado sobre a apropriação e o “limitar/cercar”, representa o espaço-tempo das sociedades, aquele da organização política, jurídica, administrativa e aquela da exploração econômica. É o “recurso” (RESSOURCE) no tempo curto e instável do mercado.
- A paisagem, representa o espaço-tempo da cultura, da arte, da estética, do simbólico e do místico. Ela é o RESSOURCEMENT de tempo longo, patrimonial e identitário.

De modo geral, a Geografia Física que praticamos ainda é excessivamente elementarista, com ênfase à abordagem geomorfológica e/ou climática. Malgrado o esforço e a realização da Biogeografia na elaboração de uma análise mais integrada/mais globalizada, esta encontra-se na penumbra dos Encontros, Congressos etc. e, pior, com um conteúdo programático distante do cotidiano dos alunos de graduação.

Thais Helena Gonçalves

thais.helena@unesp.br

Diogo Laercio Gonçalves

diogo.goncalves@unesp.br

FCT Unesp Presidente Prudente / FCTE Ourinhos

As ações antrópicas impactam e provocam intensas alterações na dinâmica ambiental, comprometendo o equilíbrio dos sistemas naturais. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a fragilidade ambiental da Bacia Hidrográfica do Córrego do Cedro, localizada na porção sul do município de Presidente Prudente, no estado de São Paulo, inserida na bacia do manancial Santo Anastácio. A pesquisa fundamenta-se na análise integrada de variáveis físico-ambientais, considerando aspectos geomorfológicos, declividade, pedologia, uso e ocupação da terra, associados à utilização de geotecnologias aplicadas ao processamento e interpretação de dados espaciais. Foram realizados levantamentos bibliográficos, análise cartográfica e trabalhos de campo, possibilitando a identificação das áreas com maior suscetibilidade à degradação ambiental. Os resultados evidenciam que as formas de uso e ocupação da terra exercem influência direta sobre os níveis de fragilidade ambiental da bacia, especialmente em áreas com maior declividade e baixa cobertura vegetal, favorecendo processos erosivos e a instabilidade ambiental. Sendo assim, o estudo contribui para o planejamento ambiental e para a gestão territorial da bacia hidrográfica. O intuito do estudo consiste na mitigação dos impactos ambientais, especialmente aqueles relacionados ao uso e à cobertura da terra, por meio da proposição de ações voltadas à conservação dos recursos naturais e ao fortalecimento de políticas públicas que promovam a manutenção da disponibilidade hídrica, tanto em qualidade quanto em quantidade, contribuindo, assim, para o equilíbrio das relações entre sociedade e meio ambiente.

Palavras-chave: Fragilidade ambiental; Bacia hidrográfica; Geoprocessamento; Uso e ocupação da terra; Presidente Prudente-SP.

**A percepção da paisagem a partir da relação entre o uso e cobertura da Terra com a História e Cultura de Ibirarema,
São Paulo, Brasil**

Luiz Eduardo de Lima Generoso

lel.generoso@unesp.br

Diogo Laércio Gonçalves

diogo.goncalves@unesp.br

Unesp - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

O trabalho tem como objetivo analisar a percepção da paisagem no Município de Ibirarema/SP, por meio da relação entre o uso e cobertura da terra e aspectos históricos e socioculturais, considerando também elementos naturais, como os recursos hídricos. A pesquisa fundamenta-se no conceito geográfico de paisagem como resultado dinâmico da interação entre elementos naturais e antrópicos, incorporando dimensões históricas e culturais, utilizando autores como Luchiarini (2001), Bertrand & Bertrand (2009) e Tuan (2013). A área de estudo compreende o município de Ibirarema, cuja formação territorial e desenvolvimento histórico estão vinculados a recursos hídricos como o rio Paranapanema, o rio Novo e o ribeirão Pau D'Alho. Estes elementos desempenharam importante papel na ocupação e organização do território, embora atualmente observe-se um distanciamento da população em relação a eles. Desta forma, a pesquisa busca entender se e como as transformações no espaço geográfico local, marcadas pelo êxodo rural, expansão do agronegócio e mudanças nas práticas culturais, impactam na relação da população com a natureza, especialmente com os corpos hídricos. Metodologicamente, o estudo envolve levantamento bibliográfico; pesquisa documental, incluindo registros fotográficos e análise de acervos históricos; elaboração de mapas temáticos, especialmente mapas de uso e cobertura da terra, a partir das coleções da Plataforma MapBiomas, e a análise de suas séries históricas (1985–2024); e trabalho de campo. Assim, adota uma abordagem mista, combinando análise quantitativa e qualitativa, ao considerar os resultados cartográficos e sua relação com os contextos socioculturais observados. Busca-se, assim, compreender as transformações da paisagem no município ao longo do tempo e suas implicações na identidade local. Como resultado, espera-se evidenciar como as mudanças ambientais e socioeconômicas influenciam a paisagem, contribuindo para a reflexão sobre identidade, memória e sustentabilidade em contextos de cidades pequenas.

O mito do imprevisto e precariedade persiste nas frentes de colonização no Norte do Paraná. Passados cem anos do início do empreendimento, a narrativa permanece. O artigo reavalia a complexidade de estratégias e ações da CFSP / CTNP na década de 1930. Do vernacular ao projetado. Contrastando com depoimentos de burocratas e topógrafos da época, as ações visavam atender simultaneamente os saberes tradicionais aos decretos governamentais. E, potencializar a presença de grupos de imigrantes. Em 1925, Cia Marcondes, Governo do Estado e a CTNP assinam um contrato de compra e venda de 350 000 alq. de terras devolutas. Com ela, a transferência da concessão da EFCP, ajustada. Logo em seguida, Em 1928, a CTNP consegue, através de um Termo, a substituição de várias ferrovias a partir de Ourinhos/Cambará e a EFCP ajustada. Com isso, passa a prevalecer a CFSP, de Cambará à serra de Apucarana. No Limite de Terras CTNP/Beltrão da Planta Geral CFSP, Macdonald projeta o Patrimônio Três Bocas (1930). Uma planta retangular com acesso central pela Parada CFSP. Cumpre cláusula do Decreto de Colonização. Logo depois, Razgulaeff inicia a Planta Parcial da Gleba dos Ribeirões Jacutinga, Vermelho e Três Bocas. Patrimônio e Núcleo Colonial eram módulos de planejamento. O parcelamento tem início no outro lado da ferrovia e segue em direção ao Ribeirão Três Bocas. São projetadas as “colônias Shokuminchi” 1 e 2 (1930,1932) de imigrantes japoneses. Envolviam a área das Três cachoeiras (Macdonald, 1930). Na Planta de colonização da margem esquerda do Tibagy (1931), está delimitada uma grande área margeando o ribeirão Três Bocas. Incorporava o Picadão Três Bocas, uma histórica rota ao sul. Contraponto à história oficial, estratégias e ações iam moldando e definindo um padrão de planejamento e ocupação.

Dinâmicas da paisagem motivadas por projetos Colonização na Amazônia Mato-Grossense: o caso da Gleba Celeste e a atuação da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP)

Messias Modesto dos Passos

mmpassos86@gmail.com

FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP – Brasil

Diogo Laércio Gonçalves

diogo.goncalves@unesp.br

FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente/SP – Brasil

A integração econômica da Amazônia no contexto da ascensão do capitalismo brasileiro no século XX, é marcada por várias fases. No início dos anos 1970, o governo brasileiro criou o Programa de Integração Nacional (PIN), destinando recursos para a construção de obras de infraestrutura entre de 1971 a 1974, visando a integração das regiões Norte e o Nordeste com o restante do país. No sentido Norte-Sul, a integração ficou por conta do prolongamento da BR-163, sobretudo, no trecho entre Cuiabá/MT à Santa-rém/PA. Com a motivação das frentes pioneiras, surgem projetos de colonização ao longo da área da nova rodovia, que seguia sob os divisores de água das bacias do rio Tapajós e Xingu. É sob as terras da bacia do rio Teles Pires, um dos principais afluentes do Tapajós, que emerge a empreitada de Ênio Pipino. Juntamente com João Pedro Moreira de Carvalho, fundaram em 1948 em Presidente Venceslau, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP). Em 1972, a colonizadora SINOP, adquiriu junto ao INCRA uma área de aproximadamente 645 mil hectares nas cabeceiras do rio Teles Pires, no centro-norte de Mato Grosso, denominada Gleba Celeste. Derrubando as matas nas bordas do eixo da BR-163, surgiram uma série de povoamentos em cinco fase: Vera (1972), Santa Carmem (1974). Sinop (1974) e Cláudia (1978). Em pouco tempo, a região se constituiu num importante polo de desenvolvimento agropecuário, inicialmente com atividade madeireira e a pecuária, até a sua consolidação no setor de commodities (especialmente a soja) nos finais dos anos 1990. Desta forma, pretendemos com esse trabalho, investigar as mudanças de uso e cobertura da terra expressas na paisagem ocorridas desde os anos 1970 aos dias atuais no contexto da região da Gleba Celeste. A metodologia envolve o estudo da paisagem na perspectiva geossistêmica a partir do arcabouço teórico-metodológico do modelo GTP (Geossistema-Território-Paisagem) proposto por Bertrand (1991). Dentre as etapas de pesquisa, temos: a) a revisão bibliográfica; b) cartografia da temática da área de estudo; c) trabalhos de campo com levantamento por geofotografias feitas por câmeras fotográficas e aeronaves remotamente pilotadas (drone), sobre as unidades da paisagem em Sinop e Santa Carmem e visitas ao atual Grupo Sinop, e órgãos públicos destas localidades.

Eugénio Calei Lucamba

lucambacalei@gmail.com

Instituto Superior de Ciências de Educação-Angola

O ensino de geomorfologia necessita de ferramentas e instrumentos que auxiliem os estudantes a reconhecer a complexidade dos elementos que compõem a paisagem física. O objectivo desta pesquisa, é de apresentar um guia prático de visitas de estudos, constituído de técnicas e procedimentos, que os professores de Geografia e outros profissionais podem usar durante as suas aulas de campo, especialmente em estudos sobre a Geomorfologia local. Por meio de uma intensa revisão bibliográfica e experiências bem-sucedidas, destacaram-se critérios essenciais para a realização de uma visita de estudo em Geomorfologia, visando suprir a carência de materiais que auxiliem os docentes no planeamento de aulas no campo. Com isso, o texto apresenta a proposta de atividades metodológica para a realização de uma aula de visita de estudo, as ferramentas necessárias a serem utilizadas em cada momento da aula, bem como os aspectos a ter em conta no momento da redação do relatório do referido relatório. Além disso, ressalta a importância dessa metodologia tanto na educação básica como no ensino superior, uma vez que torna os conteúdos geográficos mais atrativos. Acredita-se que as atividades cognitivas-interpretativas, conduzidas em visitas de estudos, pautadas pela percepção, identificação e partilha das variações e inadequações encontradas na paisagem e a experiência de observação direta da paisagem constituem ferramentas didáticas facilitadoras do ensino-aprendizagem da Geografia.

Bárbara Melo Vieira

vieira.melo@unifesp.br

Universidade Federal de São Paulo

No Brasil atual, a regência jurídica referente à prestação de serviços de saneamento básico nacional se dá por meio do Marco Legal do Saneamento, Lei nº 11.445/2000 (Constituição Federal, 1988). Porém, ainda que garantido constitucionalmente, grande parcela dos rios e córregos que percorrem São Paulo estão canalizados, soterrados ou poluídos. Sendo uma questão socioambiental, as contradições relativas à água e aos corpos hídricos, por vezes, estão envoltas no acesso à saneamento básico.

Compreende-se que conduzir estudos sobre saneamento básico utilizando a bacia hidrográfica como área de análise é fundamental para garantir uma abordagem geográfica, a qual permite uma visão holística e integradora sobre os objetos, elementos, fenômenos e dinâmicas investigados, sob a ótica da relação entre sociedade e natureza (TROMBETA, 2015; TROMBETA, 2019).

O estudo buscou entender as condições dos corpos hídricos e a interface dessas condições com o saneamento básico na bacia hidrográfica do rio Verde, um dos afluentes da margem esquerda do córrego Jacu, localizado em Itaquera, Zona Leste do município paulistano.

Para tanto, foi realizado levantamento da bibliografia, relacionado à saneamento básico e bacia hidrográfica. Ademais, foi processado dados qualitativos e quantitativos fitando a produção de mapas para análise da distribuição territorial de padrões e de características relacionadas ao tema.

Constatou-se que o acesso universal ao saneamento básico na bacia hidrográfica do rio Verde, não é uma realidade, assim, revelando desigualdades. A investigação evidenciou a relação intrínseca entre os rios urbanos e a execução dos serviços de saneamento básico, a qual ocorre de modo utilitário. Em suma, a qualidade dos rios urbanos está diretamente relacionada com a maneira pela qual tais serviços são prestados.

Uso de técnicas de Geoprocessamento e SIG para identificação da vulnerabilidade à erosão do solo- O caso na comunidade remanescente Quilombola de Santo Antonio do Guaporé, Rondonia-Fronteira-Bolívia

Grasiela Rocha Torres Goveia

grasiela.torres@gmail.com

Universidade Federal de Rondônia

Eliomar P.Silva Filho

M.M Ferreira

Este resumo apresenta resultado de dissertação de mestrado realizado em 2012 intitulado “Estudo da vulnerabilidade à erosão do solo na comunidade remanescente quilombola de Santo Antônio do Guaporé/RO- aplicação de técnicas de geoprocessamento”; trata-se de estudo realizado no campo da Geografia Física aplicada, com ênfase em análises ambientais voltadas à compreensão da dinâmica erosiva em áreas ocupadas por populações tradicionais. A pesquisa partiu da necessidade de avaliar a vocação natural da paisagem e as consequências da utilização do solo, considerando os processos de erosão como fator determinante para a sustentabilidade da comunidade quilombola estudada.

A comunidade remanescente quilombola de Santo Antônio do Guaporé está localizada na faixa de fronteira Brasil-Bolívia, às margens do rio Guaporé e possui relevância histórica e cultural; a presença da mesma funciona como sentinelas e proteção da fronteira. Parte da comunidade está inserida na Reserva Biológica do Guaporé. Trata-se de uma população que sobrevive na localidade há aproximadamente dois séculos, mantendo práticas sustentáveis de uso da terra, mesmo diante de pressões externas de colonizadores e órgãos federais. A pesquisa fundamentou-se na descendência quilombola da própria autora, conferindo caráter identitário ao trabalho. A problemática central consistiu em compreender como os fatores físicos – geologia, geomorfologia, solos, vegetação e clima – associados às intervenções antrópicas, condicionam a vulnerabilidade natural à erosão do solo e como a população realiza o manejo deste solo. A pesquisa mapeou e analisou a vulnerabilidade natural à erosão na área da comunidade, utilizando técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto; e especificamente caracterizou (i) os aspectos físicos da área; (ii) realizou a integração dos dados temáticos em ambiente SIG; (iii) e elaborou mapas de vulnerabilidade; e (iv) conseguiu indicar as áreas potenciais para recuperação, preservação e uso sustentado.

À época do estudo a população era composta por cerca de 60 a 70 pessoas, em sua maioria descendentes de quilombolas. Do ponto de vista socioeconômico, trata-se de uma comunidade com limitações de infraestrutura e acesso à energia elétrica, saneamento básico e serviços de saúde. A economia local baseia-se em agricultura de subsistência e extrativismo, reforçando a dependência direta dos recursos naturais.

Metodologicamente a pesquisa foi apoiada na Teoria Ecodinâmica de Tricart (1977), que relaciona processos de morfogênese e pedogênese à estabilidade ambiental; utilizando complementarmente a metodologia de Crepani et al. (1996), que propõe a integração de parâmetros físicos para avaliar vulnerabilidade à erosão. O uso de geoprocessamento, sensoriamento remoto e álgebra de mapas em ambiente SPRING permitiu operacionalizar tais referenciais teóricos.

Como Materiais e Métodos foram utilizados dados cartográficos, imagens de satélite (SRTM e TM/Landsat), fornecidas pela SEDAM e SIPAM. Na etapa de campo foram realizadas observações diretas e aplicação de questionários à comunidade para a elaboração do perfil da população. O banco de dados geográficos foi estruturado em ambiente SIG, permitindo a integração dos temas geologia, geomorfologia, solos, vegetação e clima. A álgebra de mapas foi empregada para atribuir valores de vulnerabilidade a cada unidade temática, gerando mapas específicos e, posteriormente, um mapa síntese.

Os resultados obtidos evidenciaram que a maior parte da área estudada (70,14%) apresentou estabilidade moderada, sendo considerada medianamente vulnerável à erosão. Áreas moderadamente estáveis correspondem a 26,00%, enquanto apenas 3,86% foram classificadas como totalmente estáveis. A área total mapeada foi de 86.763,625 hectares. A análise temática revelou as unidades com Geomorfologia que apresentou maior declividade apresentaram maior vulnerabilidade. Em relação à Geologia as litologias menos resistentes mostraram-se mais suscetíveis à denudação; os Solos com associações de baixa coesão e elevada erodibilidade foram identificadas como críticas; quanto à Vegetação as áreas de cobertura secundária ou em processo de uso agrícola apresentaram maior fragilidade; em relação ao Clima a elevada pluviosidade da região intensifica os processos erosivos, sobretudo em áreas desprovidas de cobertura vegetal. A integração dos dados gerou o mapa síntese de vulnerabilidade, que reflete o estado atual da paisagem e o comportamento dinâmico do ecossistema. Observou-se que o uso agrícola tradicional, aliado à ausência de práticas conservacionistas, pode agravar a instabilidade ambiental.

Os resultados apontaram que a comunidade remanescente quilombola de Santo Antônio do Guaporé encontra-se em território de vulnerabilidade ambiental significativa, embora mantenha práticas de uso relativamente sustentáveis. A metodologia aplicada demonstrou eficácia na identificação de áreas críticas e na proposição de medidas de manejo.

É possível inferir que os resultados obtidos poderão (i) subsidiar políticas públicas de ordenamento territorial; (ii) orientar práticas agrícolas conservacionistas; (iii) apoiar processos de titulação e regularização fundiária; e (iv) contribuir para a preservação cultural e ambiental da comunidade. É importante ressaltar que a integração entre ciência geográfica, tecnologia de geoprocessamento e saberes tradicionais são fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável em áreas ocupadas por populações tradicionais, visando a valorização destas como agentes de conservação ambiental e ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de definir novas políticas públicas definidas com a participação das próprias comunidades para garantir a permanência dessas populações em seus territórios.

PALAVRAS CHAVE: Santo Antônio do Guaporé/RO, Fronteira, Vulnerabilidade à erosão, Comunidade quilombola, Geoprocessamento, SIG, Sustentabilidade ambiental

Luiza Marques Leite

marques.luiza25@unifesp.br

Larissa Roberta Trombeta

larissa.trombeta@unesp.br

Letícia Roberta Amaro Trombeta

leticia.trombeta@unifesp.br

Universidade Federal de São Paulo

O crescimento urbano acelerado tem provocado intensas transformações no uso e cobertura da terra, sendo que, em muitos casos, ocorre a substituição de áreas vegetadas por áreas construídas, que por vezes, são áreas impermeáveis. A preservação da vegetação é fundamental, pois contribui para a manutenção da qualidade da água, auxilia no controle dos impactos da supressão vegetal, sendo crucial para a regulação do microclima e na proteção de nascentes (Costa et al., 2022).

O estudo abrange a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto Tietê (UGRHI - Alto Tietê), que possui seis sub-bacias: Cabeceiras, Juqueri-Cantareira, Penha-Pinheiros, Pinheiros-Pirapora, Billings-Tamanduateí e Cotia-Guarapiranga, sendo realizada análise temporal da cobertura vegetal, comparando os anos de 1985 e 2024, tendo como objetivo analisar as transformações ocorridas na cobertura vegetal na área de estudo. Para isso, os fragmentos de vegetação foram mapeados e quantificados, a partir da classificação das transições ocorridas no período, em três categorias: Manutenção - permanência da vegetação; Supressão - perdas da vegetação; e, Acréscimo - regeneração ou plantio de vegetação. Foram utilizados dados de uso e cobertura da terra da plataforma MapBiomas (coleção 10), através de técnicas de geoprocessamento no QGIS, a fim de compreender as mudanças espaço-temporais da vegetação.

A UGRHI apresentou 2,2% de supressão e 29,6% de acréscimo de cobertura vegetal, ao comparar os anos de 1995 e 2024. Entre as sub-bacias analisadas, destacou-se a Cotia-Guarapiranga, com 51% de acréscimo da vegetação, e a Cabeceiras, com 54% de supressão. Nesse contexto, os resultados evidenciam o potencial da abordagem adotada para a análise de dinâmicas espaço-temporais da vegetação e revelam preocupações de áreas na bacia hidrográfica fundamentais para garantia da quantidade e qualidade da água que estão sofrendo com o processo de desmatamento nas últimas décadas, como é o caso da sub-bacia Cabeceiras.

Leonardo Ferreira de Araujo

leonardo_f_araujo@ufms.br

Mauro Henrique Soares da Silva

mauro.soares@ufms.br

Izabely Cristina da Silva Moraes

izabely.cristina@ufms.br

UFMS

Nas últimas décadas, têm se verificado mudanças nas paisagens do Pantanal brasileiro, devido as instabilidades climáticas, e o aumento de episódios de queimadas. O município de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, situado no Pantanal, se insere, portanto, nesse contexto. Assim, a pesquisa buscou identificar a percepção dos moradores locais, acerca dos efeitos das mudanças climáticas e das queimadas para a saúde. Desse modo, foi aplicado um questionário, estruturado em 30 questões, e subdividido em quatro blocos temáticos: percepção sobre o clima/queimadas; impactos na saúde; estratégias de adaptação; poder público/soluções. Este questionário foi aplicado em duas Feiras Livres locais, e no Porto Geral da cidade, nas margens do Rio Paraguai. Leram-se somente os enunciados das questões, para evitar possíveis interferências nas respostas. No total, a amostra reuniu 14 participantes em 14 aplicações, das quais 6 eram mulheres e 8 eram homens. A faixa etária divide-se em: 46-60 (42,9%), 31-45 (21,4%), 19-30 (21,4%), acima de 60 (14,3%). A população destacou o aumento do calor e das queimadas como os fatores que mais afetam o seu cotidiano. Os problemas de saúde observados no calor extremo, destacam-se a fadiga, dificuldades respiratórias e pressão baixa. Durante as queimadas, percebe-se o aumento dos problemas respiratórios, alergias e irritação nos olhos. Os mais afetados em suas famílias são as crianças e os idosos. Diariamente, percebem que os interiores das suas casas são mais quentes que o exterior, e somente 31% possuem ar-condicionado. Durante o calor aumenta-se o consumo de água e evitam o sol. Nas queimadas, evitam sair de casa e utilizam umidificador. Ademais, a percepção sobre a capacidade dos serviços de saúde/poder público foi negativa. Quanto as possíveis soluções, indicaram um melhor combate as queimadas e o aumento da arborização. Por fim, verifica-se que os moradores locais percebem que as mudanças climáticas e as queimadas afetam o seu cotidiano e saúde.

O uso e ocupação da terra e sua correlação com os eventos extremos (secas e enchentes) na Bacia do Rio Madeira, Rondônia, Brasil

Juci Theodoro

theodorojuci@gmail.com

Lúcio Cunha

luciocunha@fl.uc.pt

Irene Carniatto

irenecarniatto@gmail.com

Maria Madalena Ferreira

madhafer2024@gmail.com

Universidade de Coimbra

Este trabalho apresenta resultados parciais de estudos realizados na bacia do Rio Madeira, visando identificar os impactos da ocupação da terra nas alterações climáticas, especialmente sobre o regime hídrico do Rio Madeira, entre o período 1967 e 2025 e consequentemente, os efeitos sobre a economia e qualidade de vida das populações tradicionais. O modelo de ocupação e desenvolvimento econômico estabelecido em Rondônia decorre a partir de um programa de colonização dirigida, a partir da década de 1970, e ampliada pela abertura de rodovias. A posterior ocupação desordenada promoveu o avanço da pecuária e da monocultura da soja, potencializando o desmatamento e convergindo para intensos processos erosivos, assoreamento de rios e nascentes, compactação sistemática do solo, diminuição da recarga dos mananciais e perda da biodiversidade. A instalação das UHEs Jirau e Santo Antônio, a partir do ano de 2008, ampliou os problemas ambientais na bacia hidrográfica do Rio Madeira. O projeto previu que o sistema implantado não provocaria grande volume de água nos reservatórios, entretanto, desconsiderou-se o regime hídrico naturalmente peculiar do Rio Madeira, em que tem volume de água excepcional no período de chuva e intensa vazão no período de estiagem. O barramento tem impactado diretamente a população que vive à jusante dos empreendimentos. A constante abertura das comportas em períodos chuvosos aumenta a velocidade normal do fluxo, intensificando a força dos “banzeiros” e potencializando o fenômeno natural das “terras caídas” nas margens do rio. A forma de uso dos recursos hídricos é um agravante, onde o intenso barramento dos tributários do Rio Madeira para implantação de Pequenas Centrais Elétricas (PCHs), piscicultura comercial, irrigação agrícola, dessedentação de animais e também a perfuração irregular de poços artesianos com captação indevida de águas subterrâneas, contribuem para o desabastecimento dos mananciais e as sucessivas emergências hídricas registradas. Este trabalho analisa a série histórica de vazão do Rio Madeira e a correlaciona com os dados de cota, já publicados, referentes ao mesmo período. Os dados foram obtidos pela estação fluviométrica 15400000, localizada na cidade de Porto Velho e operada pela Agência Nacional de Águas (ANA). Foram separados os dados de maior e de menor vazão em cada dia do ano, possibilitando assim compreender a dinâmica hídrica, em uma escala temporal. Desta forma, foi possível identificar que os eventos graves de cheia e seca têm se tornado mais intensos, mais constantes e mais alongados, a exemplo da cheia de 2014, considerada histórica, onde a cota do rio atingindo 19,70 m, e a seca de 2024, onde a mesma estação fluviométrica registrou cota de 25 cm. Neste ano, 18 municípios rondonienses decretaram emergência hídrica em decorrência de seca extrema. É necessário continuar as investigações, de forma a se compreender todos os fatores que têm contribuído para o quadro apresentado, bem como para a definição de quais processos são de ordem global (El Niño, La Niña) e quais processos têm origem regional e local. Esta compreensão possibilitará um planejamento mais assertivo de enfrentamento e mitigação das alterações no clima, no Estado de Rondônia.

Palavras-chave: Mudanças climáticas, eventos extremos, crise hídrica, Rio Madeira, Rondônia.

**O uso da Geocartografia para monitoramento de incêndios florestais
no Município De Porto Velho-Rondônia-Amazônia Ocidental**

Arthur Felipe Borin dos Santos

arthurborin88@gmail.com

Juci Theodoro

theodorojuci@gmail.com

Maria Madalena Ferreira

madhafer2024@gmail.com

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho/RO – SEMA

A pressão econômica sobre os ecossistemas frágeis, como os do Bioma Amazônia, configura-se de forma bastante agressiva em todo o mundo. No Brasil, esse cenário segue padrões semelhantes de ocupação, desflorestamento e queimadas. Entre os principais fatores que fomentam a ocupação de territórios preservados, como Unidades de Conservação, Terras Indígenas e áreas ocupadas por quilombolas, destaca-se o avanço do agronegócio e a ampliação das commodities como modelo de negócio voltado à exportação. Nesse contexto, o fogo é a principal ferramenta utilizadas para supressão vegetal e a limpeza do solo, com a finalidade de formação de áreas de pastagem e prática da agricultura, especialmente a monocultura. Assim, as Geotecnologias tornam-se fundamentais para a identificação de focos de calor, a mensuração do tamanho de áreas queimadas e o combate aos incêndios florestais. O monitoramento por sistemas orbitais, aliado à geração e disponibilização contínua de dados, é primordial para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate e à mitigação dos impactos provocados pelo fogo. Nesse sentido, a plataforma tecnológica Painel do Fogo, lançada no ano de 2021 pelo Governo do Brasil, por meio do Ministério da Defesa, e operada pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, constitui é uma das mais importantes ferramentas de apoio aos estados e municípios, no enfrentamento dos incêndios florestais. A plataforma reúne dados consistentes e contínuos desde abril de 2020, abrangendo aproximadamente meia década de monitoramento. Para este trabalho, foram compilados dados referentes ao período de 2020 a 2025, especialmente dos meses de julho a outubro, que correspondem à estação de estiagem na Amazônia. A área de estudo compreende o município de Porto Velho, com uma extensão territorial de 34.090,95 km². A análise desses dados possibilita a compreender o comportamento das queimadas ao longo da presente década, bem como sua correlação com fenômenos climáticos globais, como El Niño e La Niña. Os resultados são apresentados tanto de forma quantitativa, por meio de gráficos, quanto por meio da espacialização dos focos de calor, utilizando a Geocartografia da área, o que permite visualizar a extensão dos impactos ambientais decorrentes.

Palavras Chave: Amazônia; Porto Velho; incêndios florestais; monitoramento; Geocartografia.

Ana Carolina Pimenta de Jesus

carolina.jesus@ua.pt

Universidade de Aveiro

A ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, associada às alterações climáticas, tem vindo a reforçar a importância da integração da gestão do risco natural nas políticas de ordenamento do território. Eventos como tempestades severas podem provocar impactos significativos em infraestruturas, sistemas naturais e áreas urbanas, evidenciando fragilidades territoriais e a necessidade de estratégias de planeamento mais resilientes.

Neste contexto, o ordenamento do território assume um papel fundamental na redução da exposição e da vulnerabilidade, através da regulação do uso do solo, da integração da cartografia de riscos e da promoção de medidas de adaptação.

A presente comunicação analisa a relação entre a gestão do risco natural e o ordenamento do território, tomando como referência os impactos associados à Tempestade Kristin, analisando três dos concelhos mais afetados: Leiria, Marinha Grande e Pombal e Marinha Grande.

A análise incide na identificação dos principais impactos territoriais associados ao evento, nomeadamente queda de árvores, danos em infraestruturas, interrupções de serviços e perturbações na mobilidade. São analisadas as implicações para o ordenamento do território, destacando a importância da integração da avaliação de riscos naturais nos instrumentos de planeamento, da promoção de infraestruturas mais resilientes e do reforço da articulação entre ordenamento do território, gestão florestal e proteção civil.

Tiago Mesquita ⁽¹⁾

tiagonmesquita.uc@gmail.com

Aline Pascoalino ⁽²⁾⁽¹⁾

⁽¹⁾ Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

⁽²⁾ Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas

As alterações climáticas constituem uma das principais crises globais contemporâneas, com impactos crescentes e desigualmente distribuídos sobre as populações humanas, afetando de forma particularmente acentuada os grupos em situação de vulnerabilidade, nomeadamente mulheres e raparigas.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a literatura científica sobre a relação entre alterações climáticas, género e vulnerabilidade social, explorando abordagens no âmbito da adaptação, resiliência e justiça climática, com enfoque nos direitos humanos e na equidade de género.

Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com base numa pesquisa estruturada na base de dados Scopus, recorrendo a combinações de descritores relacionados com alterações climáticas, género, vulnerabilidade, adaptação, resiliência e justiça climática. Foram incluídos estudos e documentos científicos pertinentes que abordam impactos diferenciados, respostas políticas e sociais, bem como contextos geográficos diversos.

A literatura consultada evidencia que os impactos das alterações climáticas são socialmente diferenciados, afetando de forma mais significativa populações em situação de vulnerabilidade, em resultado de determinantes socioeconómicos, institucionais e estruturais. Os estudos analisados indicam que mulheres e raparigas constituem grupos particularmente expostos e vulneráveis, enfrentando constrangimentos acrescidos no acesso a recursos, mecanismos de proteção e capacidades de adaptação. Adicionalmente, destaca-se a relevância de estratégias de adaptação sensíveis ao género e baseadas na comunidade como elementos centrais para o reforço da resiliência e da inclusão social.

Conclui-se que abordagens assentes nos princípios da justiça climática, da equidade de género e dos direitos humanos são fundamentais para uma resposta eficaz às alterações climáticas, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e para a redução das desigualdades sociais existentes.

Palavras-chave: Alterações climáticas; Vulnerabilidade social; Género; Resiliência e Adaptação; Justiça climática.

Antony Levir dos Santos Melo

levirmeloufc@gmail.com

Alexsandra Maria Vieira Muniz

Universidade Federal do Ceará (UFC)

As mudanças climáticas e os acordos para o meio ambiente catapultaram a corrida pela descarbonização das indústrias. Após o Acordo de Paris, países do globo vêm se articulando para diminuir seus níveis de emissão de gases de efeito estufa. Dessa forma, a corrida pela descarbonização elege energias alternativas viáveis para a transição. O hidrogênio verde, elemento químico mais abundante e um dos mais energéticos, tem ganhado destaque nos últimos anos. O avanço das tecnologias de hidrogênio de baixo carbono consolida-o como vetor central na transição energética, reconfigurando espaços produtivos e acirrando a competição entre territórios, em virtude das condições necessárias para sua obtenção: fontes renováveis — notadamente eólica e solar —, sendo o estado do Ceará uma área estratégica propícia para a produção. Nesse cenário, emerge o conceito de geoeconomia verde, no qual vantagens comparativas naturais são potencializadas por estratégias estatais para a construção de vantagens competitivas sustentáveis. O Ceará desponta, nesse panorama, materializando seu potencial no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Este artigo analisa a trajetória cearense na formação do circuito do hidrogênio verde (H2V) como caso emblemático da geoeconomia verde e da neoindustrialização. A metodologia baseia-se na análise bibliográfica, documental e de dados industriais secundários. Conclui-se que o Ceará construiu uma posição de destaque por meio de um projeto estatal, aproveitando vantagens comparativas e uma base industrial preexistente, lançando as bases para um processo de neoindustrialização alinhado à transição energética. Contudo, esse processo demanda atenções muito claras, notadamente quanto à questão ambiental, especificamente no que se refere aos conflitos pelo uso da água.

O ponto de partida da análise é a desconstrução do conceito de “desenvolvimento”, entendido na esteira de Gustavo Esteva (2000), que o identifica como o centro de uma rede de sentidos, um campo associativo, utilizada para legitimar modelos econômicos que aprofundam desigualdades e a “sustentabilidade”, que tem tido seu significado esvaziado. O discurso do desenvolvimento, mesmo quando adjetivado como “sustentável”, é confrontado nesta pesquisa com a teoria de Milton Santos (2000) sobre a globalização como fábula e perversidade. Questiona-se a viabilidade da “Modernização Ecológica” (Milanez, 2009) em países periféricos, uma vez que sua visão utilitária do meio ambiente ignora as profundas questões sociais e a dependência tecnológica. Este referencial é crucial para analisar a Lei do PATEN: analisa-se se o incentivo à infraestrutura verde representa uma transformação real ou apenas uma repaginação do paradigma desenvolvimentista, especialmente diante do paradoxo brasileiro de investir grandes recursos na transição energética enquanto mantém a hegemonia estatal e financeira na exploração de combustíveis fósseis, como pela Petrobras. O método de abordagem adotado é qualitativa, e método de pesquisa é a bibliográfica, com bases de livros e relatórios. Parte-se da hipótese de que a assimetria regulatória e tecnológica entre Brasil e China, onde o primeiro fornece a engenharia jurídica de leilões e o segundo domina a manufatura global, gera uma nova forma de dependência. A pesquisa busca, por meio da análise de dados de relatórios da International Energy Agency (IEA) e textos legais, verificar se a transição energética no Sul Global, em vez de substituir modelos fósseis, está apenas se somando a eles, configurando um “neocolonialismo verde”. O principal ponto de partida, é a presunção de que a técnica e a inovação ambiental só se realizam plenamente através da intermediação de políticas que priorizem a soberania local frente às pressões do mercado global.

Matheus Silveira de Souza

matheussilveira12@gmail.com

PPGDS-UNIMONTES

A expansão da extração de lítio reposiciona a América Latina como ponto chave do capitalismo global, evidenciando a continuidade de uma lógica extrativa que molda a modernidade desde suas origens. A mineração deve ser entendida como prática fundamental da colonialidade, que combina apropriação de recursos naturais, expropriação territorial e produção de hierarquias raciais. No Vale do Jequitinhonha, especialmente nas regiões de Araçuaí e Itinga, essa dinâmica dá continuidade com o ciclo extrativo voltado à transição energética. Proponho examinar a mineração de lítio como expressão contemporânea da colonialidade, articulando a crítica ao extrativismo com a noção de dupla fratura colonial e enfatizando a emergência de racismo ambiental sobre comunidades tradicionais. A mineração moderna opera de modo paradoxal, em que conjuga promessas de desenvolvimento com a produção de violência socioambiental. De um lado, constrói-se um discurso que vincula progresso à exploração mineral; de outro, materializam-se contaminação, perda de territórios e desestruturação de modos de vida. No Vale do Jequitinhonha, isso se traduz na reconfiguração de territórios quilombolas e comunidades negras, transformados em espaços disponíveis para exploração, evidenciando a persistência de estruturas que racializam o espaço. A noção de dupla fratura colonial permite ver o processo como simultaneamente ecológico e racial. A fratura ecológica revela-se na ruptura das relações entre sociedade e natureza, a fratura colonial, na distribuição desigual dos impactos, que recai sobretudo sobre populações negras e tradicionais. Nesse contexto, o racismo ambiental atua como princípio organizador da exploração, definindo quais corpos e territórios serão expostos à degradação. A análise problematiza a transição energética, frequentemente apresentada como solução universal, mas capaz de reproduzir padrões históricos de exploração e desigualdade. A extração de lítio no Vale do Jequitinhonha demonstra a continuidade da colonialidade sob novas formas, articulando exploração ambiental e desigualdade racial, e exige alternativas enraizadas nas territorialidades e modos de vida das comunidades afetadas.

No contexto da transição energética e da crescente valorização dos minerais estratégicos, o lítio passou a ocupar um lugar central nas agendas institucionais europeias e nacionais. Em Portugal, porém, o avanço dessa agenda produziu intensa controvérsia pública antes mesmo da abertura de qualquer mina. Este trabalho analisa o papel desempenhado por dispositivos institucionais e técnico-administrativos na construção pública do lítio como problema territorial e político entre 2016 e 2025.

A pesquisa baseia-se em observação situada e prolongada, complementada pela análise de documentos institucionais, processos de consulta pública e arenas digitais. A análise acompanha a sucessão de instrumentos associados à agenda do lítio em Portugal, incluindo grupos de trabalho, resoluções governamentais, avaliações ambientais, mapas de áreas prioritárias e enquadramentos regulatórios nacionais e europeus. Argumenta-se que esses dispositivos não operam apenas no plano jurídico e administrativo, mas também como mecanismos de visibilidade pública, produzindo antecipadamente efeitos sociais e territoriais ao tornar determinadas áreas legíveis como espaços potenciais de mineração.

Ao acompanhar a circulação desses instrumentos entre escalas institucionais e territórios concretos, o trabalho mostra como procedimentos inicialmente técnicos passaram a produzir efeitos territoriais antecipados, alimentando processos de mobilização, desconfiança e contestação pública. O caso português evidencia, assim, como políticas associadas à transição energética podem reconfigurar percepções sobre os territórios antes mesmo da materialização dos projetos mineiros, revelando tensões em torno da participação pública, da circulação do conhecimento técnico e das formas de decisão territorial.

O Parque Estadual de Terra Ronca (Goiás): exemplo de paisagem cárstica no Cerrado brasileiro

Helena Martinho Coradini

helenacoradini@gmail.com

Ana Paula Novais Pires Koga

ana_novais@ufcat.edu.br

Universidade Federal de Catalão

Paisagens cársticas com atrativos turísticos resultam da interação entre processos geomorfológicos singulares, exuberante beleza cênica e expressivo uso do território, assumindo destaque nos debates sobre patrimônio natural, gestão de recursos e desenvolvimento socioambiental. O Parque Estadual de Terra Ronca (PETeR), localizado no estado de Goiás (Brasil), exhibe um exemplo de paisagem cárstica inserida no bioma Cerrado (savana brasileira). Criado em 1989 como uma Unidade de Conservação de proteção integral, o Parque abrange cerca de 56 mil hectares e abriga um dos maiores complexos cavernícolas da América do Sul, com centenas de cavidades desenvolvidas em rochas carbonáticas, associadas a uma extensa e complexa rede hidrográfica subterrânea. Esses atributos naturais conferem ao PETeR um exemplo de paisagem cárstica tropical com potencial de relevância em escalas nacional e internacional. Assim, o trabalho tem como objetivo apresentar os aspectos fisiográficos do PETeR, tais como geologia regional, geomorfologia, hidrografia, solos e cobertura vegetal. Além disso, a apresentação visa uma análise integrada da paisagem cárstica do PETeR sob a perspectiva das Geodiversidades, uma vez que os elementos abióticos que estruturam o Parque (como cavernas, grutas, rios, cachoeiras, dolinas, mirantes naturais, morros residuais e afloramentos rochosos) têm reconhecidos valores científicos, educativos e turísticos. No contexto socioambiental, o Parque apresenta particularidades envolvendo o turismo de natureza, comunidades rurais e populações tradicionais. A intensificação da visitação, a incompleta regularização fundiária e as pressões antrópicas no entorno, devido ao uso inadequado do solo, são desafios à conservação dos sistemas cársticos, que são reconhecidamente frágeis. Portanto, o Parque destaca-se como um estudo de caso para compreender a dinâmica das paisagens cársticas e o desenvolvimento sustentável, fundamentado no turismo consciente, em áreas protegidas do Cerrado.

Regiane Silvestrini

r.silvestrini@ufms.br

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Universidade de Coimbra e CEGOT

Mauro Henrique Soares

mauro.silva@ufms.br

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Eduardo Salinas Chávez

eduardosalinas@ugr.es

Universidad de Granada

Lúcio Cunha

luciogeo@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra

Este estudo analisa a percepção da população do município de Bonito acerca do Geopark Bodoquena-Pantanal e dos geossítios identitários da Serra da Bodoquena, considerando suas relações com identidade territorial, pertencimento e desenvolvimento sustentável. O município foi selecionado por concentrar o maior número de geossítios inventariados no território proposto do geoparque, além de apresentar relevância econômica vinculada ao turismo e participação ativa no processo de candidatura submetido à UNESCO em 2010. A pesquisa possui caráter exploratório e abordagem quali-quantitativa. Os questionários estruturaram-se em quatro blocos temáticos compostos por questões complementares sobre aspectos territoriais, ambientais e patrimoniais, visando compreender a percepção da população local quanto à necessidade de implementação de políticas públicas voltadas à conservação da natureza e da geodiversidade, entendidas como fundamentais para o fortalecimento do geoturismo e para a preservação das paisagens do geoparque proposto. Entre os objetivos específicos destacam-se a identificação dos geossítios considerados identitários pela população local, a análise da relação entre geopatrimónio e identidade cultural, a avaliação do conhecimento da comunidade sobre o geoparque e a investigação das potencialidades e desafios para o desenvolvimento territorial sustentável. Os resultados demonstram que a população local reconhece o potencial da Serra da Bodoquena para a geoeducação e a valorização do geopatrimónio, fortalecendo a identidade territorial e o sentimento de pertencimento. Contudo, a pesquisa realizada evidenciou que muitos moradores desconhecem o Geopark Bodoquena-Pantanal e não visitaram a maioria dos geossítios analisados, indicando que o processo de patrimonialização da geodiversidade ainda permanece restrito principalmente ao meio técnico-científico. Ressalta-se que os resultados necessitam da ampliação da pesquisa para outros municípios do território do geoparque.

Palavras-chave: Geopark Bodoquena-Pantanal; Geodiversidade; Geoturismo; Percepção territorial; Desenvolvimento sustentável.

Tatiana dos Santos Costa

tatiana.costa@ifap.edu.br

Manoel Raimundo Santos

manoel.santos@ifap.edu.br

Nubia Deborah Araujo Caramello

nubia.caramello@ifap.edu.br

Instituto Federal do Amapá – IFAP

Este resumo refere-se a uma pesquisa vinculada ao projeto Iniciativa Amazônia + 10, que integra comunidades tradicionais de Laranjal do Jari - AP. Desta forma, este estudo teve como objetivo identificar de que maneira a educação desenvolvida na comunidade São Francisco do Itatapuru tensiona e se articula com as dimensões socioambientais da localidade, a partir da perspectiva dos professores locais. A pesquisa foi realizada durante expedições científicas em comunidades tradicionais, no ano de 2024. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com coleta de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas, analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), tendo os resultados discutidos com base na categoria temática Educação Ambiental na comunidade: práticas desenvolvidas em articulação com os saberes locais. Como base teórica, o artigo ancora-se nos autores Boff (2017), Carvalho (2008), Loureiro (2012), Marques et al. (2016), Siqueira Campos (2018), dentre outros que subsidiaram o estudo. Os resultados evidenciam docentes conscientes das lacunas formativas no campo da Educação Ambiental, e também dispostos a desenvolver práticas educativas relacionadas ao tema, ainda que suas perspectivas estejam predominantemente orientadas por uma concepção naturalista do campo ambiental, o que pode limitar uma abordagem mais crítica e articulada ao contexto socioambiental da comunidade. Além disso, verificou-se que o campo da Educação Ambiental na escola é marcado pela escassez de projetos institucionais, fator que poderia contribuir para impulsionar a articulação com os saberes da comunidade e ampliar diálogos. Nesse sentido, conclui-se que dois aspectos são fundamentais para ampliar o diálogo entre a Educação Ambiental e os saberes da comunidade: a formação docente em Educação Ambiental Crítica e o incentivo institucional à implementação e ao desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental vinculados à realidade local.

Giulia Beck

g243725@dac.unicamp.br

Aline Pascoalino

apascoal@unicamp.br

UNICAMP

A Área de Relevante Interesse Ecológico (A.R.I.E.) Mata da Santa Genebra está localizada no Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, São Paulo, bairro Bosque de Barão, nas coordenadas geográficas: 22°44'45"S, 47°06'33"W. Compreende um fragmento de mata atlântica, classificado como um remanescente de vegetação de Floresta Estacional Semidecidual, um dos mais devastados do Brasil. É também um refúgio para diversas espécies, o que torna-se contraditório quando observamos que ela está localizada em uma região que passou por um processo de urbanização rápido que expôs as áreas verdes a agentes antrópicos degradantes que dificultam sua ligação com outros fragmentos.

A gestão e conservação da área é realizada pela Fundação José Pedro de Oliveira, uma autarquia instituída pela Lei Municipal nº 5.118/81 com o objetivo de administrar a Mata de Santa Genebra, possibilitando a realização de atividades de caráter científico e cultural. É neste contexto que a Fundação promove práticas específicas voltadas para o manejo de fauna e flora, programa de gestão e atividades de visitação. Atividades estas que promovem o contato do público com a floresta por meio de visitas e programas infanto-juvenis educativos, como as visitas monitoradas de escolas municipais de Campinas, as quais têm por objetivo instigar a sensibilização dos indivíduos para a conservação da natureza.

Pensando em evidenciar a influência desse tipo de educação na conscientização dos indivíduos, o presente projeto tem como abordagem entender a percepção de alunos de ensino fundamental II que visitaram o local durante uma visita guiada. Isso, por meio de questionários que exploram a experiência e o sentimento do indivíduo nos períodos de contato com a área, partindo da hipótese de que a realização de mais atividades educativas voltadas para o estudo climático contribui para maior conscientização e para que ações de proteção e gestão ambiental sejam mais aceitas pela população.

2. Agricultura e desenvolvimento rural

Rosangela Hespanhol

medeiroshespanhol@gmail.com

UNESP de Pres. Prudente

Este estudo analisa a trajetória do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) entre 2003 e 2020, em escalas nacional e regional, tendo como referência os 16 municípios que compõem o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Dracena, situado no extremo oeste do estado de São Paulo. O objetivo da pesquisa foi compreender como uma política nacional voltada à segurança alimentar e ao fortalecimento da agricultura familiar é operacionalizada em âmbito regional. Partiu-se da hipótese de que a eficácia e a continuidade de políticas públicas como o PAA estão diretamente relacionadas à capacidade de articulação entre Estado e sociedade civil, à valorização das especificidades territoriais e à existência de uma institucionalidade pública comprometida com o desenvolvimento social. A partir da análise de dados de fontes secundárias e entrevistas com dirigentes de cooperativas, associações e técnicos da extensão rural, foram examinados o perfil dos beneficiários, a atuação das organizações coletivas, os produtos comercializados e a abrangência territorial do programa na região. Em nível nacional, identificaram-se três fases distintas na trajetória do PAA: expansão (2006-2012), retração (a partir de 2013) e quase paralisação (a partir de 2019), fortemente influenciadas por transformações no contexto político, econômico e institucional do país. Em escala regional, os resultados indicam que o programa alcançou seu ápice entre 2011 e 2014, com expressiva atuação das associações e cooperativas nos municípios de Dracena, Tupi Paulista e Adamantina, sofrendo acentuada retração a partir de 2015. Conclui-se que o PAA desempenhou um papel estratégico na articulação entre produção e consumo, embora sua efetividade tenha estado condicionada à capacidade institucional dos municípios, à organização coletiva dos agricultores e ao apoio das instâncias locais. A descontinuidade e o desmonte do programa, observados a partir de 2016, refletem não apenas mudanças de orientação política em nível nacional, mas também a fragilidade da institucionalização de políticas voltadas à agricultura familiar e à segurança alimentar no país. Este estudo contribui para o debate sobre políticas públicas descentralizadas, evidenciando a importância de considerar as dimensões socioterritoriais na análise de sua implementação.

Leandro Fernandes Teixeira

leandroteixeira.18.lt@gmail.com

Diana Felipe Mendes

dianafm12@hotmail.com

Nathanne Karita Gonçalves da Fonseca

fonsecank@gmail.com

Loren Lucas Ribeiro

loren.rib@hotmail.com

Ana Paula Novais Pires Koga

ana_novais@ufcat.edu.br

Universidade Federal de Catalão

Este estudo tem por objetivo analisar a relevância da construção de cacimbas de retenção de água (barraginhas) e de curvas de nível como ferramentas de conservação do solo e ampliação da disponibilidade hídrica em pequenas propriedades rurais. A área de estudo compreende comunidades rurais localizadas nos municípios de Catalão e Ouvidor, no sudeste do estado de Goiás, região inserida no bioma Cerrado, caracterizada por regime climático com alternância entre períodos chuvosos e secos e por solos suscetíveis a processos erosivos. A metodologia fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e documental, com destaque para publicações técnicas da EMBRAPA e documentos institucionais de gestão hídrica, sendo complementada por duas saídas de campo realizadas no município de Catalão (GO). A primeira ocorreu na Comunidade Rural dos Coqueiros, onde foi aplicada a técnica de marcação de curvas de nível, e a segunda consistiu na observação in loco de cacimbas já implantadas em propriedades rurais no município de Catalão (GO), participante de projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT), em parceria com instituições locais. Os resultados parciais indicam que a associação entre curvas de nível e cacimbas contribui para a redução do escoamento superficial, diminuição dos processos erosivos e aumento da infiltração da água no solo, favorecendo a recarga hídrica subterrânea e a manutenção da umidade em períodos de estiagem. Observou-se ainda que a implantação dessas técnicas fortalece a segurança hídrica das propriedades, reduz as vulnerabilidades produtivas e estimula a participação comunitária na gestão sustentável dos recursos naturais. Dessa forma, conclui-se que as cacimbas, quando articuladas a outras práticas conservacionistas, configuram-se como tecnologia social de baixo custo e elevada relevância socioambiental, com potencial de replicação em comunidades rurais do Cerrado brasileiro.

O Cerrado, savana mais biodiversa do mundo e segundo maior bioma brasileiro, ocupa cerca de 23% do território nacional e possui relevância ecológica, econômica e cultural. Suas paisagens de campos sujos, veredas e cerradões abrigam milhares de espécies endêmicas, entre elas abelhas nativas como jataí, mandaçaia e uruçú-amarela, fundamentais para a polinização de plantas que sustentam o bioma.

No sudeste goiano, onde vivo e pesquiso, essas abelhas não são apenas polinizadoras. Elas garantem frutos como pequi e cagaita, presentes na alimentação e na cultura de comunidades locais há gerações. Falar dessas abelhas é também falar de território, permanência e modos de vida.

Entretanto, o Cerrado enfrenta intensas pressões. A expansão da soja, a urbanização, as queimadas e o uso de agrotóxicos reduzem rapidamente os habitats naturais. Dados do MapBiomas indicam que cerca de metade da vegetação original já foi convertida. Em Catalão, essa transformação se expressa na diminuição de apiários familiares, na perda de flora nativa e no declínio das abelhas.

Essa degradação compromete serviços ecossistêmicos essenciais, como regulação climática, retenção hídrica e ciclagem de nutrientes, colocando em risco o Cerrado como “berço das águas”. As abelhas são diretamente afetadas por agrotóxicos, que contaminam o néctar e pólen e geram impactos em cadeia no equilíbrio ecológico.

Além disso, perde-se um patrimônio imaterial. As relações entre comunidades cerradeiras e abelhas envolvem saberes tradicionais, manejo em troncos ocos e usos medicinais. Na Universidade Federal de Catalão, esse vínculo é evidenciado no trabalho do Prof. Dr. Gabriel de Melo Neto, que atua no resgate e realocação de abelhas nativas, demonstrando que sua conservação também implica preservar identidades territoriais.

Destarte, este trabalho busca compreender a polinização por abelhas nativas no Cerrado goiano, analisar os impactos dos agrotóxicos e investigar relações culturais locais. A partir de uma abordagem geográfica interdisciplinar, propõem-se estratégias como viveiros de meliponas em escolas, áreas de refúgio sem agroquímicos e o fortalecimento do diálogo com agricultores familiares. Preservar essas abelhas é, portanto, cuidar do Cerrado que nos forma.

**Guardiões da agrobiodiversidade: uma pesquisa sobre os camponeses guardiões das sementes crioulas
no município de Catalão – Goiás**

Leandro Fernandes Teixeira

leandroteixeira.18.lt@gmail.com

Gilmar Alves de Avelar

gilmar_alves_avelar@ufcat.edu.br

Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

O presente estudo analisa a preservação das sementes crioulas no município de Catalão (GO), destacando sua importância para a manutenção da agrobiodiversidade, da cultura camponesa e da soberania alimentar. A pesquisa parte da compreensão de que o campesinato desempenha papel fundamental na produção de alimentos e na conservação de variedades tradicionais, em contraposição ao modelo hegemônico do agronegócio, baseado na monocultura, no uso intensivo de agrotóxicos e na disseminação de sementes geneticamente modificadas. Nesse contexto, as sementes crioulas representam não apenas um recurso produtivo, mas também um patrimônio genético, cultural e político construído historicamente por povos camponeses e indígenas, sendo transmitido entre gerações por meio de saberes tradicionais. Metodologicamente, a pesquisa possui abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, observação participante e registro em diário de campo, realizados junto a camponeses reconhecidos como guardiões de sementes crioulas. Os resultados evidenciam que, no município de Catalão, camponeses vinculados ao Movimento Camponês Popular (MCP) desenvolvem práticas agroecológicas voltadas à preservação, seleção e multiplicação dessas sementes, como a implantação de corredores agroecológicos e a realização de trocas entre camponeses. Essas iniciativas contribuem para a manutenção da diversidade agrícola, para a autonomia produtiva das famílias e para a resistência frente às pressões do modelo agroindustrial. Conclui-se que a preservação das sementes crioulas ultrapassa a dimensão técnica da produção agrícola, configurando-se como estratégia de resistência territorial, cultural e política. Nesse sentido, o fortalecimento de redes camponesas, a valorização do papel dos guardiões de sementes e a implementação de políticas públicas de apoio à agroecologia mostram-se fundamentais para a conservação da agrobiodiversidade e para a construção de modelos de desenvolvimento rural mais sustentáveis e socialmente justos.

João Gabriel Ferreira Ramos

Monica Gomes Monteiro Feitosa

mgfeitosa.mf@gmail.com

Maria Madalena Ferreira

madhafer@hotmail.com

Fundação Universidade Federal de Rondônia- UNIR

Este artigo analisa a realidade da agricultura familiar em Presidente Médici-RO, investigando como a pluriatividade se consolidou como estratégia central para a sustentabilidade econômica e social frente aos desafios da modernização do campo na Amazônia. O estudo aborda o hiato entre a pujança do agronegócio mecanizado e a vulnerabilidade das pequenas propriedades que, para garantir sua permanência no território, diversificam suas atividades produtivas. Através de um estudo de caso qualitativo, identificou-se que a integração de atividades como suinocultura, piscicultura e a fabricação de ração atua como um mecanismo de governança local, fortalecendo a renda familiar e mitigando os riscos do mercado global. Os resultados apontam que, embora a pluriatividade garanta a sucessão familiar e a segurança alimentar, a carência de ferramentas formais de gestão — o chamado “gargalo da governança” — ainda limita a competitividade desses atores no cenário regional.

Circuitos territoriais de abastecimento alimentar, agricultura familiar e políticas públicas de acesso a alimentação no território do Vale do Itapecuru, Maranhão, Brasil

José Sampaio de Mattos Junior

sampaio.uema@gmail.com

Chirlene Pessoa Sousa

pchirlene@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão

A segurança alimentar constitui um fenômeno territorial que envolve a articulação entre produção agrícola, políticas públicas e formas de acesso aos alimentos. No Brasil, a agricultura familiar ocupa uma posição central, sendo responsável por uma parcela significativa dos produtos que compõem a alimentação cotidiana da população. Entretanto, a inserção dessa produção nos circuitos institucionais de abastecimento depende da mediação de políticas públicas voltadas à garantia do direito alimentação. Entre esses instrumentos, destacam-se os equipamentos públicos de alimentação, responsáveis pela oferta de refeições a preço subsidiado e pela ampliação do acesso à alimentação em contextos de vulnerabilidade social. Posto desse modo, este estudo tem como objetivo analisar de que maneira as políticas de alimentação contribuem para a organização dos circuitos territoriais de abastecimento alimentar, considerando a atuação da agricultura familiar na produção de alimentos e sua inserção nos equipamentos institucionais de acesso à alimentação. A pesquisa toma com referência o território do Vale do Itapecuru, localizado no estado do Maranhão, Nordeste do Brasil, tendo como recorte empírico os municípios de Itapecuru-Mirim e Vargem Grande. Nesses municípios, observa-se forte presença de agricultura familiar, o que configura um recorte territorial relevante para analisar as articulações entre produção local, políticas públicas e equipamentos institucionais de acesso à alimentação. Nesse sentido, o estudo busca contribuir para o debate sobre a organização territorial dos sistemas de abastecimento alimentar, evidenciando como políticas públicas podem ressignificar a produção da agricultura familiar ao acesso à alimentação em territórios marcados por vulnerabilidade social.

**O papel da agricultura familiar no fortalecimento da alimentação escolar
no Município de Novo Horizonte do Oeste – RO entre os anos de 2023 a 2026**

Carla Taveira Nunes
carla.taveira@estacio.br

Faculdade Estácio São Paulo de Rondônia-

Emanuel Maia
emanuel@unir.br

Universidade Federal de Rondônia

Jéssica Stocco Granado
jessicasgranado@hotmail.com

Letícia da Silva Oliveira
leticianutrioliver@hotmail.com

Gracielen Cristina Milomes Alves
gracielenenfer@gmail.com

Residência Multiprofissional em Saúde da Família de Pimenta Bueno-RO-

A alimentação escolar, conforme previsto na legislação vigente, compreende todos os alimentos disponibilizados aos estudantes no ambiente escolar durante o período letivo, independentemente de sua procedência. Nesse cenário, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destaca-se como uma das maiores iniciativas de alimentação escolar do mundo e a única com caráter universal, garantindo acesso a todos os estudantes da rede pública. A inserção da agricultura familiar nesse programa representa uma estratégia relevante para ampliar a oferta de alimentos saudáveis e estimular o desenvolvimento local, especialmente considerando que grande parte da produção orgânica é proveniente desse segmento agrícola. Este estudo teve como objetivo analisar a contribuição da agricultura familiar para o PNAE nas escolas municipais de Novo Horizonte do Oeste-RO. O estudo utilizou como base informações disponibilizadas pela Secretaria de Municipal da Educação (SEMECE), considerando o número de estudantes atendidos, número de agricultores familiares, os processos de aquisição de alimentos da agricultura familiar, os tipos de gêneros alimentícios adquiridos e os recursos financeiros destinados e efetivamente executados. Os resultados identificaram que houve um aumento de fornecedores/ agricultores devido ao fortalecimento de políticas públicas voltadas ao tema. Além disso, foi possível oferecer uma alimentação mais diversificada e mais bem equilibrada aos alunos da rede municipal. Conclui-se que é necessário ampliar as ações do programa e fortalecer o envolvimento dos atores participantes para alcançar as metas do PNAE e consolidar a agricultura familiar como eixo de promoção da alimentação escolar saudável e equilibrada.

Os sabores e os ritmos no Vale do Jari: influências culturais na governança do território

Nubia Caramello

geocaramellofrj@gmail.com

Micael Caramello Luzze

mikaelluzzi@hotmail.com

Hanna Lopes Farias

hannalpf6@gmail.com

Diego Aparecido Belo Cabral da Silva

diego.silva@ifap.edu.br

Sidnei Pereira da Silva

sidneips@ufscar.br

Frederico Yuri Hanai

fredyuri@ufscar.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e Universidade de São Carlos – UFSCAR

O Vale do Jari, integra na margem direita o estado do Pará e na esquerda o Amapá, em sua cabeceira encontra-se as fronteiras entre Suriname e Guiana Francesa, sendo composto por povos indígenas e comunidades tradicionais: extrativistas, agroextrativistas e quilombolas, que trazem no resgate e expressão cultural a identidade territorial e organização econômica a partir dos sabores produzidos a partir da biodiversidade da floresta amazônica, agregando o saber fazer do artesanato, da dança e das festas tradicionais a sabedoria dos povos da floresta passado por gerações. Neste contexto a presente pesquisa resgatou a partir da entrevista e da pesquisa participante o ato produtivo dos sabores e dos ritmos, registrando por meio de recursos audiovisuais a diversidade que a sociobiodiversidade regional vem produzido. O resultado possibilitou mapear mais de 17 atividades, o sabor envolveu os produtos como pescados, sementes, extração do açaí e de outros frutos tipicamente regionais. Enquanto o ritmo compreende as danças do marabaixo, o remado ciclônico das pequenas embarcações de madeira, o som da organização do trançado dos artesanatos e do entalhe das peças de madeira que se transforma em barcos, e outros produtos para venda local. Estes elementos que por muito tempo foram apenas elementos cotidianos, hoje se converte em produto turístico nestas comunidades, onde o que está à venda não é os produtos em si, mais toda a história de resistência que os mantém vivos nestes territórios. A governança adaptativa do rio e suas águas, com ciência cidadã como infraestrutura e redução da latência entre saberes locais e decisões institucionais, é o caminho para que essa resistência se converta também em poder deliberativo nos comitês de bacia.

Fábio Ferreira Sampaio

fabioigt@gmail.com

Alexsandra Maria Vieira Muniz

geoalexsandraufc@gmail.com

Eduardo von Dentz

eduardovondentz@hotmail.com

Universidade Federal do Ceará

As transformações contemporâneas do espaço agrário no Nordeste brasileiro revelam dinâmicas territoriais complexas, marcadas pela coexistência entre modernização seletiva, permanências históricas e múltiplas formas de resistência socioespacial. Nesse contexto, a cotonicultura constitui importante atividade para compreender os processos de reorganização territorial da região, considerando seu papel histórico na constituição econômica, social e política do Nordeste, sobretudo nos espaços semiáridos. Ao longo do tempo, a produção algodoeira articulou redes produtivas, fluxos mercantis, relações de trabalho e formas específicas de apropriação do território, conformando espacialidades agrárias profundamente conectadas às dinâmicas nacionais e internacionais do capital. Entretanto, as crises produtivas, as transformações técnico-científicas e a reestruturação dos mercados agrícolas promoveram significativas mudanças nas relações socioespaciais, redefinindo usos do território, formas de trabalho e estratégias de reprodução social. Partindo dessa problemática, o presente trabalho analisa as dinâmicas de reestruturação socioespacial associadas à cotonicultura no Nordeste brasileiro, tomando como eixo interpretativo a categoria território usado, formulada pelo professor Santos (2002)(2008), compreendida como expressão histórica das relações sociais, técnicas, econômicas e políticas materializadas no espaço geográfico. A pesquisa fundamenta-se no entendimento de que o território deve ser interpretado não apenas como suporte funcional da acumulação capitalista, mas igualmente como espaço de disputas, permanências e possibilidades emancipatórias, onde distintos agentes sociais produzem territorialidades frequentemente contraditórias, Santos (2002). Metodologicamente, o estudo ancora-se em revisão bibliográfica crítica, análise documental e levantamento de dados históricos e socioeconômicos relacionados à trajetória da cotonicultura nordestina, articulados à perspectiva da geografia crítica. Dialoga-se, especialmente, com as contribuições de Santos e Silveira (2014), Harvey (2004) e (2011) e Lefebvre (2000), buscando compreender como os processos contemporâneos de reestruturação territorial intensificam desigualdades socioespaciais, redefinem relações campo-cidade e ampliam conexões transterritoriais vinculadas à circulação de capitais, tecnologias, políticas públicas e mercados agrícolas. Argumenta-se que a cotonicultura no Nordeste brasileiro expressa uma dinâmica transterritorial, na medida em que conecta escalas locais, regionais e globais, revelando simultaneamente processos de subordinação territorial e formas de resistência social. Neste sentido, pensar uma “Geografia da Esperança” implica reconhecer o território usado como categoria analítica capaz de evidenciar não apenas desigualdades e conflitos, mas também experiências de permanência, solidariedade e reinvenção territorial. Ao enfatizar a trajetória da cotonicultura como elemento estruturante das transformações regionais, o estudo busca contribuir para o debate sobre justiça socioespacial, desenvolvimento territorial e dinâmicas agrárias no Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Cotonicultura; Território usado; Reestruturação socioespacial; Nordeste brasileiro; Geografia da esperança.

Rhuan Rodrigues Brito

rhuanrb@alu.ufc.br

Alexsandra Maria Vieira Muniz

geoalexandraufc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) concentra parcela significativa das atividades industriais do Ceará, constituindo-se como um espaço estratégico para a compreensão das transformações produtivas e territoriais recentes. Nesse contexto, o presente trabalho analisa a dinâmica territorial da indústria na RMF, com ênfase na agroindústria de bebidas, considerando os processos de concentração, redistribuição espacial e reorganização produtiva observados nas últimas décadas.

Parte-se do pressuposto de que a reestruturação produtiva e espacial altera a organização do espaço industrial, promovendo tanto a concentração de atividades em áreas dotadas de infraestrutura quanto a expansão para municípios periféricos. Assim, busca-se compreender os fatores que explicam a centralidade da RMF e a distribuição territorial das indústrias do setor de bebidas no espaço metropolitano.

A metodologia articula revisão bibliográfica sobre reestruturação produtiva, dinâmica territorial e organização do espaço, além do levantamento e análise comparativa de dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando o período de 2004 a 2024.

Os resultados evidenciam que a RMF concentra a maior parte dos estabelecimentos e vínculos empregatícios da agroindústria de bebidas no Ceará, reafirmando sua centralidade econômica. Ao mesmo tempo, observa-se um processo de redistribuição espacial das atividades produtivas, com destaque para municípios como Eusébio, Horizonte e Itaitinga, que passam a desempenhar funções relevantes na dinâmica industrial metropolitana.

Conclui-se que a agroindústria de bebidas expressa um movimento combinado de concentração e dispersão produtiva na RMF, revelando a seletividade territorial e contribuindo para a produção de novas espacialidades e para a reorganização do espaço urbano contemporâneo.

Claudete Oliveira Moreira

claudete@fl.uc.pt

Luís Silveira

aviladasilveira@gmail.com

Rui Ferreira

rff@uc.pt

Mansour Ghanian

mansour.ghanian@fl.uc.pt

Paulo Carvalho

paulo.carvalho@fl.uc.pt

Tiago Santos

tiago.serafino@gmail.com

Andreia Martins

martinsandreia1995@gmail.com

Universidade de Coimbra, CEGOT

As áreas rurais do interior da Europa enfrentam vários desafios comuns, despovoamento e envelhecimento da população, baixa densidade de infraestruturas, de equipamentos e de serviços, escassa diversificação da economia, dificuldade em atrair investimento, abandono do património, perda de tradições locais, fraca coordenação entre os principais agentes e grupos de interesse, designadamente culturais e turísticos, ténues relações com os centros urbanos, sendo os desequilíbrios entre as áreas rurais e as áreas urbanas notórios. Importa ter presente que as áreas rurais são detentoras de um património natural e cultural que importa salvaguardar e valorizar, sendo fundamental estreitar relações no âmbito da cultura e do turismo com as áreas urbanas e promover um turismo responsável, sustentável e regenerativo. O projeto RELIGHT – Faróis Regionais para Promover o Turismo Sustentável Através da Cultura, um projeto Interreg SUDOE (2025-2028), liderado pela Fundación Banco Santander e no qual a Universidade de Coimbra participa, propõe – através da promoção de diálogos transterritoriais –, a valorização do património cultural e natural e do turismo nas áreas rurais localizadas no interior do território SUDOE, e a ativação de nós regionais que se constituam como faróis para o desenvolvimento e para a experimentação de uma metodologia de colaboração sistémica que reforce o valor do património cultural e natural. Nesta comunicação pretende-se apresentar os resultados de um processo de co-criação transnacional desenvolvido para criar uma estratégia interterritorial que apoie a integração dos agentes e grupos de interesse da cultura e do turismo em sete territórios rurais europeus e que permita o estreitar de relações entre as áreas rurais e as áreas urbanas: 1. Campoo (ESPANHA), 2. Vale do Côa (PORTUGAL), 3. Gironde – Entre-Deux-Mers, 4. Lot – Aveyron, 5. Canal du Midi, 6. Comunidade de Comunas Sud-Hérault e 7. Lozère (FRANÇA). Metodologicamente o estudo adota uma abordagem participativa, alicerçada no envolvimento das partes interessadas através da realização de sessões de co-criação com agentes públicos, agentes privados locais e organizações da sociedade civil que atuam no âmbito da cultura e do turismo. Estas sessões possibilitaram a identificação de desafios, de oportunidades e de prioridades estratégicas. O quadro resultante articula-se em torno de seis pilares estratégicos interrelacionados: 1. governança, coordenação e networking; 2. comunicação, marketing e posicionamento territorial; 3. integração da cultura e do turismo; 4. acessibilidade, mobilidade e equilíbrio territorial; 5. recursos, competências e sistemas de conhecimento; e 6. envolvimento comunitário e alargamento de públicos. Cada pilar é apoiado por um conjunto de medidas projetadas para melhorar a coordenação institucional, promover produtos culturais e turísticos integrados, melhorar a acessibilidade, fortalecer as capacidades dos stakeholders e promover a participação inclusiva. A comunicação destaca o papel da co-criação tanto como um instrumento metodológico como de governança, permitindo a articulação de agentes e de grupos de interesse heterogéneos e a co-produção de estratégias sensíveis aos contextos locais e em linha com uma ‘geografia da esperança’. Para além disto, demonstra-se como a sistematização e o refinamento dos resultados participativos podem contribuir para o desenvolvimento de quadros estratégicos coerentes e implementáveis. A comunicação oferece contributos metodológicos sobre governança territorial participativa e apresenta implicações práticas para o design de estratégias culturais e turísticas integradas em contextos de multiatores e transnacionais.

Palavras-chave:

Áreas rurais, desenvolvimento centrado no território, governança territorial, envolvimento de stakeholders, co-criação, turismo cultural

Autoavaliação Institucional: de que forma os resultados orientam as ações de gestão voltadas ao território, desenvolvimento e sustentabilidade?

Ana Lúcia Cunha Duarte

anaduarte5621@gmail.com

José Sampaio de Matos Júnior

sampaio.uema@gmail.com

UEMA

O estudo apresentado é recorte da pesquisa intitulada “Autoavaliação Institucional do Sinaes (2013-2021): do uso dos resultados aos efeitos na gestão das IES” financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com vinculação à Rede Universitas/BR. Tem-se como objetivo analisar os relatórios de autoavaliação institucional (RAIs) e os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) sobre as ações voltadas ao território, desenvolvimento e sustentabilidade. A investigação consiste em um estudo de natureza qualitativa e documental onde os resultados abrangem a análise de conteúdo dos PDIs e RAIs. A temática, território tem referência em Milton Santos que defende território como construção social, resultantes das relações sociais, culturais, econômicas e políticas de todos que vivem em sociedade. Pensar o território só tem sentido quando a relação entre as atividades humanas e o meio ambiente garante qualidade de vida para as gerações atuais e futuras. A Uema, a partir do seu processo de autoavaliação e do seu planejamento estratégico tem despendido esforços com vistas ao desenvolvimento local sustentável como estratégias que permitam crescimento econômico com justiça social e preservação ambiental de maneira que a relação natureza e sociedade sejam interdependentes. As conclusões parciais das análises dos relatórios de autoavaliação institucional e as ações de gestão propostas nos PDIs são ainda tímidas, mas já começam a aparecer quando a Uema cria a superintendência de gestão ambiental com o propósito de desenvolver um sistema de gestão ambiental.

Palavras-chave: Autoavaliação Institucional; Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; Território; Desenvolvimento Sustentável.

Agricultura e o potencial do regadio de Chókwè: estratégias de produção local e uso da água para irrigação Chilembene-Moçambique

Sérgio Silverstre Ngovene

sergiongovene5@gmail.com

Ricardo Gilson da Costa Silva

rgilson@unir.br

Universidade Federal de Rondônia

Apresenta-se os resultados parciais da pesquisa sobre o Regadio de Chókwè, localizado em Chilembene (Moçambique), constituindo-se na maior infraestrutura de irrigação de Moçambique e desempenha papel estratégico no desenvolvimento agrícola da província de Gaza. O objetivo desta pesquisa é analisar o papel da agricultura e o potencial Regadio de Chókwè para o desenvolvimento agrícola e melhoria da qualidade de vida da população. Alimentado pela água proveniente da Barragem de Macarretane, localizada no rio Limpopo, este sistema (regadio) foi implantado durante o período colonial e continua sendo a principal fonte de abastecimento hídrico para pequenos, médios e grandes produtores agrícolas inseridos no perímetro irrigado. Do ponto de vista metodológica esta pesquisa é da bordagem descritiva-qualitativa, estudo envolveu 35 agricultores rurais de Chilembene, que voluntariamente participaram de entrevistas semiestruturadas aplicadas via plataforma Google Forms. Os dados indicam que indicam a predominância feminina na atividade agrícola local, correspondendo a aproximadamente 70% dos entrevistados. Essa participação está associada a fatores socioeconômicos, como migração masculina para a África do Sul, viuvez e chefia feminina dos agregados familiares. Os resultados demonstram baixo nível de escolarização entre os agricultores entrevistados: 38% não possuem escolarização formal; 33% possuem ensino primário; 23% possuem nível básico; e 8% possuem nível médio. Cerca de 45% dos agricultores afirmaram beneficiar-se diretamente da água do regadio, enquanto outros produtores dependem parcialmente do rio Limpopo ou exclusivamente das condições climáticas. As principais atividades econômicas identificadas foram agricultura (55%), pecuária (30%) e comércio (15%). Entre as culturas predominantes destacam-se arroz, milho, tomate, cebola, repolho, feijão, mandioca e hortícolas diversas.

Palavras-chave: Agricultura; Potencial do Regadio; Gestão da água; desenvolvimento rural.

Francisco Moacir de Saboia Filho

moacirsaboia@gmail.com

Iara Rafaela Gomes

Universidade Federal do Ceará

O Baixo Jaguaribe, localizado no semiárido cearense, vivencia transformações territoriais associadas à expansão do agronegócio da soja e do algodão. Historicamente marcado pela pecuária extensiva, pela agricultura tradicional e pela forte presença da fruticultura irrigada, o território passou a integrar de forma mais intensa os circuitos nacionais e internacionais de produção agrícola, impulsionado pela ampliação da irrigação, pela moderna técnica de agricultura e pela atuação de agentes econômicos vinculados ao agronegócio globalizado. Nesse contexto, municípios como Limoeiro do Norte, Jaguaruana, Quixeré e Russas assumem papel estratégico na organização regional, concentrando infraestrutura logística e atividades ligadas à produção agroindustrial. A pesquisa fundamenta-se nos referenciais da Geografia crítica, especialmente nos conceitos de território e multiterritorialidade discutidos por Rogério Haesbaert (2004), espaço geográfico e circuitos espaciais de produção formulados por Milton Santos (1988; 1996) e agronegócio globalizado debatido por Denise Elias (2013). O objetivo do estudo é analisar as dinâmicas territoriais decorrentes da expansão da soja e do algodão no Baixo Jaguaribe, considerando transformações na estrutura fundiária, nas relações de trabalho e nos circuitos produtivos. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, priorizando a análise de dados secundários do IBGE e da Pesquisa Agrícola Municipal, além de levantamento bibliográfico, análise documental e visitas exploratórias em campo. Os dados analisados demonstram a consolidação de Limoeiro do Norte como principal polo regional da soja, enquanto o algodão apresentou crescimento expressivo em municípios como Jaguaruana e Limoeiro do Norte, especialmente em 2023. Observa-se que a modernização agrícola promove maior integração aos mercados de commodities, mas também amplia conflitos pelo uso da água, concentração fundiária e desigualdades socioespaciais.

Lucas Alves de Oliveira

arteluccano@gmail.com

Vera Lúcia de Almeida

engvera3@gmail.com

FAPERON/UNIR

A promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia demanda arranjos institucionais capazes de integrar produção, inovação, responsabilidade socioambiental e estratégias eficazes de comunicação no meio rural. Nesse contexto, este estudo analisa o papel estratégico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (FAPERON) na promoção de práticas alinhadas à economia circular e no fortalecimento do agro amazônico no estado de Rondônia. Parte-se do entendimento de que organizações representativas do setor produtivo exercem função relevante na articulação entre produtores rurais, conhecimento técnico, políticas públicas e processos comunicacionais capazes de ampliar o acesso à informação, inovação e às práticas sustentáveis. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em análise institucional e documental das ações desenvolvidas pela federação, considerando iniciativas voltadas ao fortalecimento da produção rural, à difusão de boas práticas ambientais e à ampliação da competitividade do agro regional. O estudo também observa o papel da comunicação institucional como instrumento estratégico para mobilização, circulação de conhecimento e articulação entre produtores, instituições de apoio e demais atores envolvidos no desenvolvimento rural. Os resultados indicam que a atuação da FAPERON tem se consolidado como elemento catalisador de transformações no sistema produtivo rural rondoniense, destacando-se pela liderança institucional, pela atuação integrada de sua equipe técnica e pela capacidade de promover processos de comunicação que ampliam o diálogo entre produtores, organizações de apoio e instituições públicas. Conclui-se que a experiência analisada demonstra como estratégias institucionais articuladas à comunicação podem impulsionar práticas sustentáveis e fortalecer um modelo de desenvolvimento rural mais resiliente e inovador na Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Economia circular; Desenvolvimento sustentável; Comunicação institucional; Agro amazônico; Rondônia.

Caroline da Silva Santos

caroline.santos.2024@alunos.uneal.edu.br

Dhiego Antonio de Medeiros

dhiego.medeiros@uneal.edu.br

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)

O presente trabalho analisa a atuação do Banco da Produção do Estado de Alagoas – PRODUBAN no processo de uso do território alagoano entre 1963 e 1997, à luz da categoria “território usado”, entendida como resultado das relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Parte-se do pressuposto de que instituições financeiras públicas constituem agentes estratégicos da conformação espacial, especialmente no âmbito das políticas de desenvolvimento regional. A metodologia baseou-se em pesquisa documental e bibliográfica, com levantamento sistemático de 803 registros no Diário Oficial do Estado de Alagoas, referentes ao período de 1963 a 1997, complementado por investigação em acervos do Arquivo Público estadual e em bibliotecas especializadas. Os resultados indicam que a implantação do PRODUBAN ocorreu de forma seletiva. Os registros formalmente identificados apontam, inicialmente, a presença de duas unidades: a matriz em Maceió e uma agência no município de Rio Largo. Tais evidências revelam a atuação direta do Estado na criação de fixos estratégicos voltados à dinamização econômica em centros urbanos específicos. Em contrapartida, a ausência de registros sobre outras unidades sugere limites na expansão documentada da instituição, bem como lacunas nos processos administrativos e na publicidade oficial. Conclui-se que a atuação do banco expressa um uso seletivo do território, orientado por estratégias de indução econômica e concentração espacial que, ao mesmo tempo em que dinamizam áreas específicas, contribuem para a reprodução de desigualdades socioespaciais. Desse modo, a topologia do PRODUBAN permite interpretar as formas pelas quais a ação financeira estatal participou da organização desigual do território alagoano.

3. Cidade e dinâmicas do espaço urbano

A periferia nas cidades com os seus subúrbios e favelas não se traduz apenas como um espaço de carência ou exclusão. A periferia se liberta das amarras e se configura como território de insurgência, autonomia e resistência. É inegável a expressão assumida pelas redes sociais e a incorporação de vários seguimentos das tecnologias da informação que propagam as mobilizações sociais, a produção cultural e política das comunidades. São muitos os coletivos que se denunciam a desigualdade social, o racismo estrutural, a faltas e deficiências de infraestrutura, de equipamentos e de serviços. Esse empoderamento dos moradores periféricos não fica restrito aos espaços confinados de moradia. Ele repercute na mídia e revela a criatividade das práticas e soluções que desafiam o modelo que segrega e exclui. Cientes de que a cidade oficial não é planejada para eles, os trabalhadores produzem os seus territórios com arranjos inventivos de baixo custo, com reuso de materiais. Entre becos e ruelas, essa parte da cidade é a que mais se expande, criando uma nova realidade social e geográfica que atemoriza as autoridades. A ausência do aparato estatal enquanto provedor das infraestruturas e dos serviços essenciais dá margem à ocupação desses territórios por facções ligadas ao narcotráfico e/ou militares aposentados ou não, que se organizam em grupos popularmente conhecidos no Brasil como milicianos. O mercado age rápido e logo implanta as infraestruturas necessárias para vender mercadorias — energia, água, alimentos, bebidas, gás, etc.

Neoliberalização da Política Urbana e Mercantilização dos Bens Públicos em Fortaleza

Henrique Eder Cavalcante Araujo

henriquecavalcantearaujo@yahoo.com.br

Tiago Estevam Gonçalves

tiagoestevam@ifce.edu.br

Maria Clelia Lustosa Costa

clelialustosa@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

Diante das transformações no sistema produtivo e tangenciadas pelo regime de acumulação flexível em ascensão, tem-se, em Fortaleza uma demonstração do avanço de uma política e governança urbana, seguindo um modelo neoliberal, que, por sua vez, se manifesta na produção do espaço urbano. Deste modo, novas configurações urbanas vêm a viabilizar o modelo de acumulação por despossessão. Neste sentido, com uma análise sobre a gestão urbano dos bens públicos, este trabalho tem como objetivo estudar os bens públicos em meio à mercantilização. Em termos de recorte espacial, haverá uma concentração na zona leste e no Antigo Sítio Cocó em Fortaleza. A base teórica e conceitual tem autores com Harvey (2020), Roilk (2015), Keil (2002) e Gonçalves (2023). Em síntese, identificou-se uma transformação estrutural do planejamento urbano. As novas escalaridades do capital vêm a alterar substancialmente, os bens públicos, que deveriam ser de uso coletivo; contudo ajustam-se ao modelo neoliberal. Este movimento tem sido algo que vai além de Fortaleza, representando, mas uma agenda de justaposição do Estado em meio as pressões das incorporadoras e investidores financeiros.

Bruna Lima Pastor

brunalipastor@alu.ufc.br

Alexsandra Maria Vieira Muniz

geoalexandraufc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

A Operação Urbana Consorciada (OUC) Jóquei Clube exemplifica a financeirização urbana, onde a cidade é produzida sob a lógica da acumulação de capital. Instituída em 2007, a OUC atua como parceria público-privada que transforma a regulação do solo em um ativo estratégico, tornando intervenções urbanas objetos de investimento lucrativo. O Estado atua como facilitador, provendo o alicerce jurídico e infraestrutural para a valorização da terra em benefício do mercado imobiliário. A justificativa desta pesquisa reside na necessidade de investigar como esses instrumentos de planejamento urbano, ao priorizarem o valor de troca em detrimento do valor de uso, aprofundam a

segregação socioespacial em metrópoles periféricas.

O presente estudo tem como objetivo analisar as relações entre os instrumentos urbanísticos e o processo de financeirização no bairro Jóquei Clube. A pesquisa possui caráter exploratório e adota uma abordagem quali-quantitativa para compreender a dinâmica territorial da área sob intervenção. Os procedimentos metodológicos envolveram a análise do comparativo de valor médio venal por meio da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) da (SEFIN), abrangendo o período de 2010 a 2025. Além disso, foi examinada a transição da tipologia habitacional, comparando a predominância de residências unifamiliares frente ao avanço das multifamiliares, utilizando dados secundários do Censo IBGE de 2010 e 2022. A investigação contou com o uso de ferramentas computacionais, como Python e QGIS, voltadas ao georreferenciamento e à espacialização das transformações urbanas.

Os resultados alcançados evidenciam que a implementação de equipamentos âncoras, como o Hospital da Mulher (2012) e o North Shopping Jóquei (2013), funcionou como catalisador da valorização imobiliária no recorte estudado. Observou-se que o valor médio do IPTU no bairro sofreu um aumento superior a 150% em apenas seis anos após a homologação da OUC. Esse cenário impulsionou uma mudança drástica na paisagem: se em 2010 cerca de 75% dos domicílios eram casas unifamiliares, a área passou por uma rápida transição para torres de apartamentos de médio e alto padrão. Tais transformações resultaram na expulsão indireta de populações de menor renda,

consolidando um processo de gentrificação induzido pela ação estatal associada ao capital financeiro.

Francisca Walesca Castelo Branco Araújo

walescaaraujoufc@gmail.com

Vinicius Vitoriano Barbosa da Silva

viniciusvitoriano@alu.ufc.br

Ticiane Alessandra Araújo das Neves

ticianaaraujooo@alu.ufc.br

Alexandre Queiroz Pereira

aqpufc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Na contemporaneidade, o turismo e a vilegiatura marítima consolidam-se como práticas modernas que desempenham papel central na reorganização econômica do Nordeste, transformando o litoral em um importante eixo de articulação da região com os circuitos da economia global. Os esportes náuticos, com destaque para o kitesurf, vêm adquirindo grande relevância no litoral cearense, impulsionados por condições naturais favoráveis, pela profissionalização e regulamentação da prática e pela realização de eventos esportivos. Pretende-se, a partir deste trabalho, discutir os processos de difusão e territorialização dessas práticas, de modo a compreender como o esporte atua como vetor de especialização de serviços e influencia, ainda que de forma incipiente, a formação de uma cultura esportiva entre praticantes amadores. A metodologia adotada segue uma abordagem quali-quantitativa, estruturada em três etapas: revisão do estado da arte sobre as novas dinâmicas turísticas litorâneas, com foco no turismo esportivo; trabalho de campo piloto na Praia do Guajiru (Trairi-CE), durante um evento de esportes à vela, visando observar in loco os efeitos da consolidação dessas práticas no espaço litorâneo e suas articulações em redes mais amplas; e levantamento e mapeamento de serviços especializados, como escolas de formação esportiva e outros empreendimentos, com atenção às estratégias publicitárias que utilizam o kitesurf como atrativo. Os resultados apontam para uma tendência de especialização do litoral, com serviços e infraestrutura voltados ao esporte. Os eventos atuam como catalisadores desse processo ao gerar visibilidade e novas demandas. A inserção do kitesurf em estratégias promocionais e a emergência de uma cultura esportiva entre praticantes amadores, evidencia o fortalecimento da região como destino vinculado ao turismo esportivo.

Turistas ou residentes? A visitação ao patrimônio histórico do Centro de Fortaleza

Vinicius Vitoriano Barbosa da Silva

viniciusvitoriano@alu.ufc.br

Ticiane Alessandra Araujo das Neves

ticianaaraujooo@alu.ufc.br

Francisca Walesca Castelo Branco Araújo

walescaaraujoufc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará (UFC)

A cidade de Fortaleza completou 300 anos em 2026 desde a sua elevação à vila. Atualmente, a metrópole tem o turismo como um dos seus maiores setores econômicos. Diferente de outros estados do Nordeste brasileiro, que incorporaram elementos patrimoniais ao turismo, o Ceará supervalorizou exclusivamente o segmento sol e mar, em detrimento do patrimônio histórico.

O Centro de Fortaleza se destaca pela concentração de bens tombados. Considerado uma das áreas mais antigas da capital, o bairro foi alvo de políticas de tombamento do IPHAN e de órgãos estaduais.

Diante da hegemonia do turismo de sol e mar, os monumentos do Centro são assimilados pelos visitantes como elementos vivos de memória ou reduzem-se a meros artefatos decorativos?

O trabalho, ainda em andamento, objetiva compreender em que medida o patrimônio tombado no Centro de Fortaleza é assimilado pelos turistas. A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso de abordagem mista, combinando pesquisa documental e levantamento de campo. Foram identificados e catalogados os bens tombados nas esferas municipal e estadual. Na segunda etapa, realizaram-se trabalhos de campo em patrimônios selecionados para análise dos livros de visita.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os resultados aqui apresentados são preliminares. Considerando que a maioria dos turistas que visitam Fortaleza são atraídos pelo segmento sol e mar, a hipótese que orienta a investigação é a de que o patrimônio tombado do Centro pode ter baixa assimilação por esse público, sendo potencialmente mais frequentado e ressignificado pelos próprios residentes. Os livros de visita em análise deverão fornecer subsídios para confirmar ou refutar essa hipótese ao final da pesquisa.

Giampietro Mazza

giampietro.mazza@unige.it

Fabiana Pedrelli

Universidade de Genova

As cidades contemporâneas configuram-se como espaços formalmente acessíveis, mas atravessados por profundas desigualdades socioespaciais que condicionam de forma diferenciada as práticas quotidianas e a experiência urbana. Nesta perspetiva, o presente contributo propõe uma reflexão sobre a relação entre género e espaço urbano, assumindo a cidade não como um recipiente neutro, mas como uma construção social que incorpora relações de poder, exclusões e hierarquias espaciais. Nesta direção situam-se as reflexões de Leslie Kern (2020) sobre a cidade feminista, que evidenciam como o planeamento urbano continua a refletir modelos implícitos de cidadão padrão, assim como as de Vanolo (2024) sobre a cidade autista, úteis para interrogar criticamente as formas contemporâneas de fechamento, fragmentação e dificuldade relacional no espaço urbano.

A partir do caso de Génova, o contributo analisa como a particular configuração morfológica da cidade — marcada pela verticalidade, descontinuidades espaciais, forte polarização funcional e complexidade dos sistemas de mobilidade — contribui para produzir formas diferenciadas de acessibilidade, perceção de segurança e possibilidades de atravessamento urbano. Neste contexto, a cidade apresenta-se como um espaço onde o acesso não se distribui de forma homogénea, mas é condicionado por fatores sociais, corporais e territoriais.

Letícia de Sousa Pinheiro

lspineiro290319@gmail.com

Alexsandra Maria Viera Muniz

geoalexandraufc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

A cidade constitui um espaço privilegiado para a compreensão das dinâmicas socioespaciais e para a construção do pensamento geográfico, uma vez que materializa processos históricos, econômicos, políticos, culturais e ambientais que se expressam no cotidiano. Nesse contexto, o estudo do meio, por meio da trilha urbana, apresenta-se como uma estratégia metodológica que articula teoria e prática e possibilita a leitura crítica do espaço urbano a partir da observação direta da realidade.

Entretanto, o ensino de Geografia ainda enfrenta desafios para promover a apropriação significativa de conceitos como espaço geográfico, paisagem, território, lugar e região, muitas vezes trabalhados de forma abstrata e dissociada das vivências dos estudantes. Tal situação limita a compreensão dos conteúdos geográficos e dificulta o desenvolvimento de análises críticas sobre as desigualdades, os conflitos e as transformações que caracterizam a produção do espaço urbano.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a trilha urbana como estratégia metodológica para a compreensão dos conceitos e conteúdos geográficos, tomando o espaço urbano como categoria central de análise. Parte-se do entendimento de que a vivência em campo permite relacionar os referenciais teóricos às experiências cotidianas, favorecendo leituras sobre o patrimônio material e imaterial da cidade, suas rugosidades, permanências e transformações, além de temas como mobilidade, infraestrutura, produção cultural, economia urbana, mercado de trabalho e sustentabilidade ambiental.

A pesquisa possui caráter exploratório e adota abordagem qualitativa, articulando planejamento das atividades, pesquisa bibliográfica, processos formativos, exploração de dados em hemerotecas e trabalhos de campo. Esses procedimentos subsidiaram a definição do percurso, a seleção dos conteúdos e a elaboração das estratégias de observação, registro e análise das dinâmicas urbanas.

Os resultados indicam que a trilha urbana potencializa a leitura crítica do espaço urbano e favorece a compreensão dos conceitos e conteúdos geográficos, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de interpretar de maneira reflexiva as transformações, os conflitos e as desigualdades presentes na cidade.

Victor Duarte Vilar de Albuquerque

victordurt@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão

Este trabalho discute a mobilidade urbana e a importância do desenho urbano como temáticas principais de estudo e busca mais conhecimento sobre a temática. Mais especificamente, trata-se de uma pesquisa que aborda a infraestrutura para o deslocamento por bicicleta. Como objeto de estudo, tem-se um recorte territorial da cidade de São Luís, que engloba os bairros do Turu e Olho d'água e toda a Avenida Litorânea. Apresenta-se como objetivo principal a elaboração de uma proposta de rota ciclável, por meio de desenvolvimento de estudos para conexão de duas importantes avenidas. Para alcançar esse objetivo tem-se um referencial teórico baseado em questões sobre mobilidade, sustentabilidade urbana, espaços públicos e desenho urbano para planejamento e projeto de deslocamentos por bicicletas. Em seguida, foi realizado um levantamento de alguns projetos de infraestruturas para mobilidade por transporte não motorizado como experiências positivas de cidades nacionais e internacionais. Após essas etapas, fez-se uma leitura técnica dos cenários ludovicenses escolhidos para a realização do estudo e, assim, percebe-se a necessidade de revisão do desenho e infraestrutura voltados ao transporte por bicicleta nas duas avenidas, foco da pesquisa. Por fim, como resultado do desenvolvimento da proposta tem-se a adequação dos trechos estudados de acordo com os cadernos técnicos e por meio da abordagem de conceitos como transporte ativo e questões de sustentabilidade urbana.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana; Espaço Público; Transporte Ativo; Planejamento Urbano

Centralidade e Mobilidade Espacial: os fluxos que dinamizam a Parangaba

Francisco Thalvanys Marques Duarte

thalvanysmarques5@gmail.com

Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Parangaba é uma centralidade situada em Fortaleza, que apresenta grande dinâmica de fluxos em razão dos fixos que ali se encontram, como o shopping e demais estabelecimentos de vários segmentos: comércio, serviços de saúde, educação, administração pública etc. Historicamente, já chegou a ser um território independente de Fortaleza, mas, devido à expansão urbana da cidade, acabou sendo incorporada como bairro. Apesar dessas nuances político-territoriais, a Parangaba sempre foi um espaço de intensa dinâmica, a qual contribui para a centralidade que se demonstra atualmente, dada principalmente pelos fluxos de vários tipos, isto é, pela mobilidade espacial empregada, que afluxa a essa espacialidade e, por sua vez, promove uma dinâmica espacial na qual se evidencia a centralidade. Isto posto, o objetivo deste trabalho é compreender a configuração da centralidade da Parangaba, em Fortaleza, por meio da mobilidade espacial.

Lucas da Silva Souza Barbosa

lucas.barbosa27@unifesp.br

Letícia Roberta Amaro Trombeta

leticia.trombeta@unifesp.br

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

O acesso ao transporte público coletivo permite que indivíduos e grupos sociais tenham oportunidades na cidade e se envolvam fisicamente em atividades relacionadas às diversas dimensões da vida social, as quais estão distribuídas espacial e temporalmente (Bittencourt; Gioannotti, 2023). Sendo esta acessibilidade espacial, um aspecto fundamental das interações sociais, econômicas e culturais na cidade (Harvey, 1986). Este estudo visou analisar a desigualdade socioespacial no transporte coletivo urbano do município de Itapecerica da Serra/SP, a partir de um interesse geográfico e social para a temática, utilizando, para isso, técnicas de mapeamento e análise geoespacial. Itapecerica da Serra possui atualmente 33 linhas de ônibus, sendo 9 (nove) municipais, fazendo o trajeto e locomoção de pessoas de seu próprio município e sendo administrado pela empresa de viação BELA SINTRA e 24 linhas de ônibus intermunicipais divididas entre as administrações da EMTU e da SPTRANS. Para entender o processo de segregação socioespacial que o transporte coletivo de Itapecerica da Serra está inserido, é preciso compreender quais fatores contribuem para ocasionar a centralização desse problema urbano. As linhas de ônibus foram georreferenciadas e, posteriormente, realizado o cruzamento espacial com dados físico-geográficos e socioeconômicos, o quais revelaram uma baixa cobertura de linhas nos territórios mais afastados e empobrecidos, com predomínio de pessoas negras, demonstrando uma desigualdade socioespacial na distribuição do serviço de transporte público no município. Com isso, este estudo contribui, não apenas para mapeamento das linhas de ônibus, mas para uma análise crítica sobre a sua distribuição, uma vez que se dá de forma bastante desigual sobre o território, sendo essencial entender a correlação com outras variáveis para dar subsídios ao processo de planejamento no município.

Larissa Roberta Trombeta

larissa.trombeta@unesp.br

Júlio César da Costa

julio.c.costa@unesp.br

Letícia Roberta Amaro Trombeta

leticia.trombeta@unifesp.br

UNESP e UNIFESP

O avanço do processo de urbanização tem contribuído para o aumento de áreas impermeáveis, à medida que a cobertura vegetal é substituída para dar lugar a edificações, infraestrutura urbana e equipamentos públicos. Nesse contexto, torna-se importante pensar em formas de ocupação mais racionais e estratégicas do espaço, de modo a não comprometer a qualidade de vida da população e intensificar a degradação ambiental.

Dessa forma, as áreas permeáveis desempenham papel essencial na mitigação decorrentes dos impactos da urbanização intensiva, contribuindo para a manutenção das funções ambientais urbanas, como infiltração da água no solo e regulação do microclima urbano (Lima; Amorim, 2006).

O objetivo deste trabalho foi analisar a cobertura vegetal na zona leste do município de São Paulo, por meio de índices espectrais de sensoriamento remoto, sendo que essa região possui cerca de 4 milhões de habitantes (IBGE, 2022).

Para isso, utilizando uma imagem do satélite Landsat 8, datada de 16 de julho de 2025, a partir da qual foram processados quatro índices espectrais, sendo eles RS, NDVI, SAVI e EVI. As etapas de processamento e análise dos resultados foram realizadas por meio do software QGIS.

A partir da análise dos índices espectrais, observa-se que a área de estudo apresenta elevado adensamento urbano, com poucos fragmentos de vegetação. Com isso, os resultados do NDVI e do SAVI mostraram-se visualmente semelhantes, mas o SAVI superou em confiabilidade ao mitigar as influências do solo exposto. A RS demonstrou limitações em áreas de transições devido sua sensibilidade a interferências atmosféricas. O EVI apresentou resultados mais consistentes, com menor saturação de biomassa e devido os seus coeficientes de ajuste dos efeitos de aerossóis, que permite melhor separação em ambientes urbanos complexos.

Aline Pascoalino

apascoal@unicamp.br

Universidade Estadual Paulista (UNICAMP)

Tiago Mesquita

tiagonmesquita.uc@gmail.com

Universidade de Coimbra

A relação espaço geográfico, território e saúde implica o entendimento da saúde não apenas no sentido de ausência de uma dada doença, mas considera ainda, aspectos mais abrangentes, tais como os determinantes sociais da saúde, que repercutem sobre a saúde humana conforme as condições de vida da população. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), as mudanças climáticas têm se destacado como uma das grandes ameaças deste século, não só pela probabilidade de impactos advindos de eventos extremos, mas também pelo agravamento de desigualdades sociais e pelo aumento da vulnerabilidade. Com a possibilidade de gerar impactos multiescalares e multidimensionais, as mudanças climáticas têm sido ainda, consideradas como temática da Saúde Global, pois a problemática envolve todo o planeta e requer esforços coletivos de governança.

Partindo-se da premissa que um dos principais impactos ambientais atribuídos às mudanças climáticas refere-se ao aumento de eventos climáticos extremos e ao acréscimo térmico, destaca-se a necessidade de trazer reflexões e estudos sobre a gestão de riscos nas cidades, que se tornam, destacadamente, sistemas vulneráveis, principalmente nas especificidades do intraurbano e do clima urbano. Nesta escala de observação e de ação, pensar a saúde pública a partir da análise do conforto térmico e bioclimático é voltar-se ao diagnóstico e mapeamento de contextos e situações que repercutem diretamente sobre a saúde para, a partir destes, planejar ações para promoção do potencial de intervenção antrópica positiva, reduzindo-se exposição aos riscos e impactos negativos. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo discutir o papel da avaliação bioclimática como instrumento de apoio à gestão de riscos nas cidades e à promoção da saúde pública em contextos de mudanças climáticas.

Estrutura-se na discussão teórico-conceitual de articulação entre conceitos que permearam o desenvolvimento da geografia da saúde - na segunda metade do último século, trazendo o entrelaçamento destes às novas temáticas abordadas - neste primeiro quarto de século, no âmbito da relação território-saúde em contextos da sociedade de riscos e da emergência climática. Em um segundo momento, tece considerações sobre a relação entre variação térmica, conforto humano e saúde pública, explorando-se os desafios que a dinâmica de variabilidade do sistema climático em contextos de mudanças climáticas apresenta para a sociedade e para o ordenamento territorial das cidades. Diante de tal encadeamento, aprofunda-se o detalhamento desta discussão ressaltando-se a importância da avaliação bioclimática, da composição de índices e de sistemas de monitoramento como ferramentas para a digitalização de fenômenos dinâmicos e complexos, que podem auxiliar nas decisões voltadas à gestão de riscos nas cidades contemporâneas.

Palavras-chave: emergência climática; clima urbano; bioclimatologia humana; monitoramento

**Planejamento urbano e educação ambiental e climática na construção de cidades resilientes
em contextos de emergência climática**

Aline Pascoalino

apascoal@unicamp.br

Juliana Rink

jurink@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

As cidades contemporâneas encontram-se diante de grandes desafios postos pelo contexto das mudanças ambientais e climáticas. O adensamento territorial e uso desordenado do solo, junto ao rápido crescimento das cidades pressiona transformações ambientais que impactam diretamente ambiente e sociedade, não só em recortes específicos de uma cidade, mas também em seus processos dinâmicos e geossistêmicos, o que pode gerar fragilidades, riscos e a ampliação de espaços de vulnerabilidade socioambiental. Assim, transformar, alterar, ordenar ou inserir novos recortes e formas ao tecido urbano implica pensar a gestão territorial voltada para situações postas pela sociedade de riscos, mas sem perder de vista o planejamento que incorpore a cronologia do tempo real, como também os princípios de precaução e incerteza demandados para elaborar políticas públicas diante das mudanças climáticas.

É no intuito de refletir sobre o movimento de construção das cidades, diante dos desafios supracitados, que trazemos discussões a partir de uma experiência que coordenamos (2022-2024), realizada em escola pública brasileira, cujo eixo articulador foi Educação Ambiental. Envolveu discentes de Pedagogia e Geografia (Unicamp), parte do edital do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), uma iniciativa para formação docente do Governo Federal Brasileiro. A Universidade e a escola parceira localizam-se em um distrito que foi alvo de proposição (e aprovação) de um projeto de lei que criou o Polo de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (PIDS), que alterou a proposta do uso e ocupação do solo local. Críticas aos impactos ligados à intensificação do tráfego e do trânsito na região e aumento da impermeabilização do solo foram abordadas por ações realizadas pelos estudantes, possibilitando múltiplas reflexões sobre vulnerabilidade socioambiental e gestão territorial.

Neste amplo contexto pensar uma geografia da esperança perpassa por trazer reflexões e perspectivas que se alinhem aos desafios socioambientais, de forma democrática, crítica e justa; caminho que requer o olhar interdisciplinar sobre território e sociedade, uma vez que implica atuar sobre relações indissociáveis como a urbanização e as desigualdades socioambientais, a justiça climática e os impactos sobre grupos populacionais vulneráveis. A governança urbana integradora, incorpora, portanto, a participação social a partir da prerrogativa que esta situa-se na atualidade sob condições de exposição, enfrentamento e adaptação às situações múltiplas de riscos.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Alterações climáticas; Educação Ambiental; Cidades resilientes

Constança Borges ^(2,3)

Maria Inês Oliveira ^(2,3)

Tiago Jorge ^(2,3)

Tiago Mesquita ^(1,2,3)

tiagonmesquita.uc@gmail.com

Helena Nogueira ^(1,2,3)

⁽¹⁾ Centro de Investigação em Antropologia e Saúde

⁽²⁾ Departamento de Geografia e Turismo

⁽³⁾ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

A avaliação do desenvolvimento sustentável em contextos metropolitanos constitui um desafio analítico complexo, dada a natureza multidimensional dos processos territoriais e a necessidade de integrar indicadores sociais, económicos, ambientais e institucionais numa perspetiva territorial comparável. Neste contexto, o presente trabalho apresenta uma proposta metodológica para a construção de índices compósitos de desenvolvimento sustentável aplicados aos municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP) e da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

O estudo tem como principal objetivo analisar o desempenho do desenvolvimento sustentável dos territórios metropolitanos através de uma abordagem multidimensional estruturada em 12 dimensões: Proteção Social, Economia, Saúde, Ambiente, Educação, Cultura e Turismo, Infraestruturas e Energia, Habitação, Inovação, Segurança e Instituições, População e Mobilidade e Acessibilidade. A seleção dos indicadores baseou-se numa revisão da literatura científica sobre desenvolvimento regional e sustentabilidade territorial, na disponibilidade estatística e no enquadramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foram identificados cerca de 60 indicadores estatísticos, provenientes do Instituto Nacional de Estatística, correspondentes ao último ano disponível para cada variável.

Metodologicamente, o trabalho assenta na construção de índices compósitos mediante normalização estatística dos indicadores através da metodologia z-score, permitindo a criação de uma escala comparativa de desempenho territorial entre os municípios das duas áreas metropolitanas. A agregação dos indicadores procura produzir índices sintéticos por dimensão, possibilitando a análise comparativa à escala metropolitana.

Em suma, além de estabelecer uma hierarquização dos territórios, o estudo pretende desenvolver um instrumento analítico de apoio ao planeamento territorial e à monitorização da sustentabilidade metropolitana, contribuindo para a análise das desigualdades territoriais e para a operacionalização dos ODS à escala local e regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Áreas metropolitanas; Análise multidimensional; Índices compósitos.

José Átila Abreu de Sousa

atilasousa@alu.ufc.br

Alexsandra Maria Vieira Muniz

geoalexsandraufc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

A consolidação de políticas voltadas à ciência, tecnologia e inovação (CT&I) tem ocupado posição estratégica no debate sobre desenvolvimento regional no Nordeste brasileiro, especialmente diante das recentes tentativas de fortalecimento da base produtiva nacional. Nesse contexto, a Rede de Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação do Nordeste (Rede ICT-NE), articulada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), surge como proposta de integração entre universidades, centros de pesquisa, setor produtivo e agentes públicos.

Entretanto, a permanência de desigualdades estruturais, da concentração espacial dos investimentos e das limitações históricas da política regional brasileira levanta questionamentos sobre a efetividade dessas iniciativas na redução das disparidades territoriais e na consolidação de uma política regional de inovação socialmente equilibrada.

Dessa forma, o presente estudo objetiva analisar criticamente o papel da Rede ICT-NE na constituição de estratégias de desenvolvimento territorial no Nordeste, considerando seus limites institucionais, políticos e econômicos. Parte-se do entendimento de que a formação de redes técnico-científicas não elimina, por si só, os condicionantes estruturais que historicamente restringem a difusão da inovação na região.

A pesquisa possui caráter exploratório e abordagem quali-quantitativa, articulando diferentes procedimentos metodológicos para compreender a dinâmica territorial da Rede ICT-NE. Foram realizados trabalhos de campo, análise documental de planos institucionais, relatórios e normativas, além da sistematização e interpretação de dados socioeconômicos e técnico-científicos relacionados à CT&I na região. A investigação também contou com produção cartográfica voltada à espacialização das instituições, dos fluxos de articulação e das desigualdades associadas à distribuição das capacidades técnico-científicas no Nordeste brasileiro.

Os resultados alcançados, a partir das análises documentais, dos debates entre os agentes envolvidos na constituição da rede e da espacialização dos objetos estudados, evidenciam a persistência de assimetrias territoriais, fragilidades institucionais e dificuldades de articulação entre inovação, política pública e desenvolvimento regional no Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Ciência, tecnologia e inovação; Redes institucionais; Nordeste brasileiro; Política territorial.

Clevisson José da Silva

clevissonsilva@usp.br

Universidade de São Paulo (USP)

Especialmente desde a crise do fordismo na década de 1970 o capitalismo passou por transformações estruturantes, sobretudo com o aumento da esfera financeira e conseguinte conformação de uma verdadeira “era do capital improdutivo” conforme acentua Ladislau Dowbor (2017). Na atual fase da globalização, mais importante que o valor de bens e serviços em si mesmos é o valor lhes atribuído pelas marcas que carregam, dotadas do poder de manipulação dos indivíduos em prol do consumismo. Esse contexto permite que surjam inclusive modelos de negócios que possuem nas marcas seus principais ativos, como é o caso do franchising, organizado a partir de uma difusão hierárquica em rede. Deste modo, é objetivo do texto discutir a centralidade que as marcas assumem na economia global a partir de seu poder nos negócios franqueados. Para tanto, utiliza-se de uma metodologia ancorada nos três pilares da pesquisa geográfica: pesquisa bibliográfica, com levantamento de literatura sobre o tema pesquisado; pesquisa documental, a partir de publicações oficiais e coleta de dados tanto de órgãos públicos quanto privados; e trabalho de campo, nomeadamente de caráter exploratório. Nessa perspectiva, os resultados alcançados permitem considerações como as seguintes: a) no período atual as marcas possuem poder decisivo no sucesso ou fracasso das atividades econômicas, sendo utilizadas no caso das redes de franquias como ativos centrais que justificam cobranças para operação de unidades; b) essa importância assumida pelas marcas se insere no contexto da financeirização da economia, cuja evidência é de bens e produtos propriamente intangíveis, contexto em que os valores das marcas representam fatias expressivas dos valores totais de mercado das grandes corporações globais; c) o poder das marcas no caso das redes de negócios franqueados é decisivo à sua expansão, justificando movimentos de expansão territorial e impulsionando concorrências desiguais no âmbito das economias urbanas.

Maria Eduarda Oliveira de Lima

mariaeduardaodl@alu.ufc.br

Alexsandra Maria Vieira Muniz

geoalexandraufc@gmail.com

José Borzacchiello da Silva

borzajose@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

Ao longo da formação de Fortaleza, capital do Ceará, intensos processos de expansão territorial, crescimento demográfico e diversificação das atividades econômicas se desenrolaram. Nas últimas décadas, o setor terciário, especialmente nos ramos de autosserviço alimentar, tem se consolidado e influenciado mudanças nos fluxos de circulação e a constituição de centralidades. O comércio de supermercados se destaca a partir de sua distribuição no espaço, estratégias de atuação e expansão, que se articulam às transformações socioespaciais em Fortaleza. No entanto, para entender a atuação desse ramo faz-se necessário resgatar o seu surgimento e desenvolvimento na cidade, perpassando os diferentes momentos de expansão que ditaram o abastecimento alimentar pelo autosserviço. O objetivo é entender o surgimento dessa atividade na capital cearense e de que modo a expansão dos supermercados se articulou às transformações econômicas, territoriais e urbanas observadas atualmente. A metodologia da pesquisa está fundamentada em um resgate bibliográfico sobre comércio e cidade, urbanização e produção do espaço, além de temas específicos sobre o comércio em Fortaleza; as leituras serão articuladas ao levantamento de dados secundários sobre população, indicadores econômicos e o ramo em estudo; os dados, por fim, serão analisados e sistematizados. Historicamente, a localização desses estabelecimentos mostra a apropriação de condições oferecidas pelas cidades, como eixos e vias estruturantes, acessibilidade, intensos fluxos de capital e população. A análise do segmento supermercadista em Fortaleza perpassa o entendimento geral das características populacionais e econômicas, visto ser uma metrópole de relevância nacional capaz de reproduzir as tendências do varejo globalizado em seu espaço urbano. Além disso, a presença desse ramo desde shoppings centers à bairros nas áreas periféricas mostra sua influência na a produção de novas espacialidades no espaço urbano contemporâneo.

Maria da Penha dos Santos Costa

Penhavaz19@gmail.com

Alexsandra Maria Vieira Muniz

geoalexsandraufc@gmail.com

José Borzacchiello da Silva

borzajose@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

A reestruturação produtiva reformulou o quadro econômico do sul global e fez emergir distintas dinâmicas econômicas e territoriais que fizeram com que novos espaços industriais passassem a integrar a economia global, havendo, assim, a redefinição da relação centro-periferia. Os espaços industriais que emergiram neste contexto, passaram a compor o mosaico do sistema de produção global (Benko, 2002) e a atender os requisitos da produção, circulação e consumo de mercadorias, bem como impactaram a dinâmica dos locais de produção. A dispersão territorial da produção industrial é resultado do acirramento da competitividade, expresso nos territórios que também buscavam atrair investimentos industriais, construindo, assim, novas tendências de localização. A nova localização tem como destino as regiões economicamente mais atrasadas, enquanto que a indústria tecnologicamente mais complexa concentra-se nos centros mais modernos do país. Diante desse contexto, objetivamos entender como a reestruturação do sistema produtivo global reconfigurou os novos territórios da produção industrial intensiva em mão de obra no Ceará. Para o estudo, utilizaremos Do ponto de vista metodológico, o estudo se deu mediante: i) pesquisa bibliográfica, ancorada nos conceitos de Reestruturação Produtiva (ALVES, 2012; CHESNAIS, 2005; MUNIZ, 2019) e Território usado (SANTOS, 2005) e ii) Coleta e sistematização de dados primários em sites oficiais. O estudo revelou que a combinação reestruturação produtiva e incentivos fiscais atraíram para o estado do Ceará dezenas de fábricas pertencentes a ramos industriais intensivos em mão de obra, sobretudo para as cidades pequenas e médias, tornando-as importantes para a economia do estado e o para o circuito espacial produtivo.

4. Sociedade e território: dinâmicas socioeconômicas e políticas públicas

Rodrigo Luciano Macedo Machado

rodrigommluciano@hotmail.com

Miguel Padeiro

jmnnn@gmail.comAs

CEGOT/Universidade de Coimbra

Transformações demográficas observadas nas últimas décadas colocam o envelhecimento populacional no centro das agendas científicas e políticas, particularmente no que respeita à organização dos sistemas de cuidados de longa duração. O aumento da longevidade, acompanhado por uma maior incidência de condições crónicas e limitações funcionais, tem contribuído para a expansão das situações de dependência na população idosa, intensificando a necessidade de respostas ajustadas às novas configurações sociais e territoriais. Dessa forma, os Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), assumem um papel estratégico ao possibilitarem a permanência dos indivíduos no seu ambiente habitual, em linha com o paradigma do aging in place. O presente estudo tem como objetivo examinar a articulação entre envelhecimento, dependência e território em Portugal, mais especificamente, com o intuito de avaliar em que medida a distribuição dos SAD acompanha dinâmicas demográficas e socioeconómicas da população idosa. A abordagem metodológica baseia-se na integração de análise de políticas públicas com exploração de dados secundários. Foram buscadas fontes como o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Carta Social e diversos relatórios institucionais, permitindo a construção de um conjunto de indicadores representativos das condições demográficas e sociais. Os resultados evidenciam relevantes lacunas entre a distribuição das necessidades e a capacidade de resposta dos serviços, sugerindo a existência de desigualdades territoriais persistentes. Verifica-se que territórios com maior envelhecimento e maior incidência de dependência nem sempre correspondem àqueles com maior disponibilidade de serviços, o que aponta para limitações na adequação da oferta. Esta análise destaca a necessidade de aplicação de políticas mais sensíveis às especificidades locais. A promoção de maior equilíbrio na distribuição dos SAD surge como elemento-chave para assegurar não apenas a eficácia dos sistemas de cuidado, mas também a equidade no acesso e a qualidade de vida da população idosa.

El efecto frontera en la demografía hispanolusa de la Franja Céltica

María del Pilar Burillo Cuadrado

mpilar.burillo@gmail.com

Instituto de Investigación Serranía Celtibérica

El espacio fronterizo entre España y Portugal, la denominada Franja Céltica, comparten un mismo territorio y clima, pero su evolución demográfica no podría ser más distinta. Uno de sus aspectos más característicos es la presencia mayoritaria femenina en las unidades administrativas locales portuguesas fronterizas, mientras que en la zona limítrofe española nos encontramos con una marcada masculinización de los municipios.

En la presente comunicación se realiza una comparación demográfica de ambos territorios colindantes, y se analizan los motivos que han llevado a esta diferenciación tan marcada en la distribución por sexos entre los territorios de las dos naciones.

Ensinos clínicos em enfermagem na área do doente crítico em Territórios de Baixa Densidade: desafios e oportunidades para a coesão territorial, a saúde e a sustentabilidade

Isabel Lopes

icalopes@hotmail.com

Bárbara Monteiro

Daniel Riso

Unidade Local de Saúde da Guarda

Os territórios de baixa densidade demográfica, em particular os territórios do interior, continuam a enfrentar desafios estruturais relevantes no domínio da saúde, designadamente no acesso a cuidados diferenciados, na fixação de profissionais qualificados e na garantia efetiva da equidade no acesso aos cuidados. Embora os cidadãos sejam formalmente iguais no acesso ao SNS, as distâncias geográficas aos grandes centros urbanos, associadas à menor disponibilidade de recursos especializados, podem colocar em risco a resposta atempada e segura em situações de elevada complexidade clínica, como aquelas que envolvem a pessoa em situação crítica (Assembleia da República, 2019).

Neste contexto, os ensinos clínicos em enfermagem assumem uma relevância acrescida, enquanto eixo estruturante da formação profissional e instrumento estratégico de qualificação dos cuidados de saúde. O ensino clínico constitui o espaço privilegiado de integração entre conhecimento científico, prática clínica, tomada de decisão ética e responsabilidade profissional, sendo regulado por referenciais exigentes definidos pela Ordem dos Enfermeiros, que visam assegurar a idoneidade dos contextos de prática, a supervisão qualificada e o desenvolvimento progressivo de competências avançadas (Ordem dos Enfermeiros, 2011).

Em territórios de baixa densidade, os processos de ensino clínico decorrem frequentemente em contextos marcados por maior escassez de recursos especializados, maior polivalência funcional e maior distância a centros de referência. Estas características, longe de configurarem apenas limitações, exigem elevados níveis de autonomia profissional, capacidade de priorização clínica e articulação em rede, constituindo contextos particularmente exigentes e, simultaneamente, altamente formativos (Ordem dos Enfermeiros, 2018).

A área de Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica, integrada na especialidade de Enfermagem Médico cirúrgica, representa um dos níveis mais avançados de diferenciação profissional em enfermagem. O seu exercício implica competências clínicas altamente diferenciadas, sustentadas em formação avançada e em contextos institucionais capazes de garantir recursos humanos, técnicos e organizacionais adequados. A diferenciação profissional, nestes contextos, não se esgota na qualificação individual do enfermeiro, exigindo igualmente serviços diferenciados, dotados dos recursos necessários para assegurar cuidados seguros, eficazes e de qualidade.

A análise dos ensinos clínicos em Enfermagem do Doente Crítico em territórios de baixa densidade permite, assim, problematizar a articulação entre formação avançada, diferenciação profissional e políticas públicas de saúde, evidenciando que o investimento na qualificação dos enfermeiros, sem o correspondente reforço institucional e organizacional dos serviços, compromete a efetividade da diferenciação e potencia desigualdades territoriais no acesso a cuidados diferenciados. Por este motivo, a diferenciação em enfermagem deve ser entendida como um investimento estratégico do sistema de saúde, particularmente relevante em territórios periféricos, enquanto instrumento de coesão territorial, segurança clínica e justiça social.

Os territórios do interior e da raia ibérica enfrentam desafios estruturais persistentes relacionados com despovoamento, envelhecimento populacional, menor densidade institucional e dificuldades no acesso a serviços públicos diferenciados, incluindo os cuidados de saúde (Jacinto, 2014).

As desigualdades territoriais no acesso a serviços públicos essenciais refletem não apenas diferenças geográficas, mas também dinâmicas estruturais de desenvolvimento territorial e de organização das políticas públicas (Ferrão, 2011).

Neste sentido, o presente trabalho analisa os desafios e oportunidades dos ensinos clínicos em Enfermagem do Doente Crítico em territórios de baixa densidade, enquadrando-os no âmbito da regulação profissional da Ordem dos Enfermeiros e da legislação portuguesa em saúde, e refletindo sobre o seu contributo para a garantia de cuidados diferenciados, a sustentabilidade do sistema de saúde e a proteção efetiva dos cidadãos residentes em territórios do interior (Assembleia da República, 2019; Ordem dos Enfermeiros, 2018; Ordem dos Enfermeiros, 2025).

1. Objetivos do estudo

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os desafios e oportunidades dos ensinos clínicos em Enfermagem do Doente Crítico em territórios de baixa densidade, enquanto dispositivos estratégicos para a coesão territorial, o desenvolvimento da saúde e a sustentabilidade do sistema de saúde, à luz do enquadramento normativo da Ordem dos Enfermeiros e da legislação portuguesa em saúde.

Constituem objetivos específicos:

- enquadrar os ensinos clínicos em enfermagem no contexto dos territórios de baixa densidade;
- analisar a diferenciação em Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica no âmbito da especialidade de Enfermagem Médico cirúrgica;
- identificar desafios e oportunidades associados à realização de ensinos clínicos avançados nestes contextos territoriais;
- discutir o contributo dos ensinos clínicos diferenciados para a coesão territorial, a equidade em saúde e a sustentabilidade do SNS.

Metodologia

O presente trabalho adota uma abordagem analítico descritiva e interpretativa, de base normativa e político organizacional, orientada por uma perspetiva territorial. A metodologia assenta na análise crítica de referenciais legais e regulamentares da área da saúde e da enfermagem, bem como de princípios estruturantes das políticas públicas de saúde relevantes para a organização dos cuidados e para a garantia da equidade em territórios de baixa densidade.

A componente metodológica inclui a análise da legislação portuguesa em saúde, com particular enfoque na Lei de Bases da Saúde, bem como dos regulamentos da Ordem dos Enfermeiros relativos aos ensinos clínicos, às especialidades e à diferenciação profissional na área do Doente Crítico. Paralelamente, procede-se a uma leitura interpretativa das implicações destas normas na organização dos serviços e na prestação de cuidados diferenciados em territórios do interior.

A opção por uma abordagem não empírica justifica-se pela natureza do objeto de estudo, centrado nas condições estruturais, institucionais e políticas que moldam os processos formativos e a diferenciação profissional, e não na recolha de perceções individuais. O território é assumido como categoria analítica central, entendido não apenas como espaço geográfico, mas como contexto organizacional e político que influencia o acesso, a qualidade e a segurança dos cuidados de saúde.

A análise desenvolvida incide sobre a interpretação crítica de enquadramentos normativos, regulamentares e político-institucionais, permitindo identificar implicações estruturais e organizacionais relevantes para os ensinos clínicos e para a diferenciação profissional em Enfermagem do Doente Crítico em territórios de baixa densidade.

Envelhecimento ativo e saudável no Brasil: práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde no período de 2006–2026

Ralcilene Santiago da Frota

professoralenesantiago2023@gmail.com

Universidade de Coimbra

Irene Carniatto

irenecarniatto@gmail.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Cleber Alvarenga de Medeiros

cleber.alvarenga@gmail.com

RIPERC - Rede Internacional de Pesquisa Resiliência Climática

Francisco Norberto Moreira da Silva

norberto.francis@gmail.com

RIPERC - Rede Internacional de Pesquisa Resiliência Climática

Julio Mariano Kersul de Carvalho

jotamariano@gmail.com

RIPERC - Rede Internacional de Pesquisa Resiliência Climática

O envelhecimento populacional constitui uma das transformações demográficas mais significativas do século XXI, refletindo avanços sanitários, biomédicos e sociais, mas também impondo desafios substanciais aos sistemas de saúde, sobretudo em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e territoriais. No Brasil, o envelhecimento ocorre de forma acelerada e heterogênea, exigindo políticas públicas orientadas não apenas para a longevidade, mas para a promoção da autonomia, funcionalidade, bem-estar e participação social das pessoas idosas (OMS, 2002; 2005).

A Organização Mundial da Saúde define o envelhecimento ativo como o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança ao longo do envelhecimento, superando visões reducionistas da velhice centradas na incapacidade ou dependência. Esta abordagem reconhece o envelhecimento enquanto fenômeno multidimensional, influenciado por fatores biológicos, sociais, culturais, econômicos, ambientais e comportamentais (OMS, 2002; 2005). Nesta perspectiva, Marzo et al. (2023) salientam que o envelhecimento ativo depende da interação entre determinantes relacionados ao ambiente físico, serviços de saúde e apoio social, condições econômicas, fatores pessoais e comportamentos individuais. Complementarmente, Abud et al. (2022) destacam dimensões como atividade física, alimentação equilibrada, espiritualidade, aprendizagem contínua, envolvimento comunitário e independência funcional como elementos estruturantes do envelhecimento saudável.

O envelhecimento deve, assim, ser compreendido como um processo construído ao longo do curso de vida, condicionado pelas oportunidades de acesso à educação, saúde, habitação e relações comunitárias. Embora natural, o avanço da idade pode intensificar doenças crônicas, limitações funcionais e vulnerabilidades sociais, tornando imprescindível a adoção de estratégias preventivas, educativas e promotoras da saúde, sobretudo em territórios vulneráveis ou marcados por desigualdades socioambientais.

No contexto brasileiro, a institucionalização da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), por meio da Portaria GM/MS n.º 2.528/2006, constituiu um marco na reorganização da atenção à saúde da população idosa, ao priorizar a recuperação, manutenção e promoção da autonomia e independência funcional, alinhando-se aos princípios da universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação social do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre 2006 e 2026, observou-se fortalecimento gradual das ações dirigidas ao envelhecimento saudável, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde, enfatizando prevenção, autocuidado e promoção da saúde.

Neste cenário, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), institucionalizadas pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), também criada em 2006, ampliaram as possibilidades terapêuticas ao integrarem abordagens centradas no acolhimento, escuta qualificada, autocuidado e valorização das dimensões físicas, emocionais, culturais e espirituais do cuidado. Entre as práticas destacam-se acupuntura, auriculoterapia, fitoterapia, yoga, meditação, reiki, terapia comunitária integrativa e medicina tradicional chinesa, cuja expansão tem sido progressivamente consolidada no SUS. As PICS apresentam potencial relevante para reduzir sintomas de doenças crônicas, aliviar dores persistentes, fortalecer a saúde mental e ampliar a autonomia funcional, especialmente em contextos marcados pela polifarmácia, isolamento social e sofrimento psíquico (OMS, 2002; 2005).

Por fim, as relações entre envelhecimento, território e saúde planetária reforçam a necessidade de abordagens integradas e territorialmente sensíveis. Segundo Sato, Carniatto, Nepomoceno e Fachin (2024), as desigualdades socioeconômicas e a degradação ambiental ampliam vulnerabilidades humanas e territoriais, exigindo novas estratégias educativas e de justiça social. Nesta perspectiva, o envelhecimento ativo pressupõe não apenas cuidados em saúde, mas também a construção de territórios resilientes, inclusivos e sustentáveis, capazes de promover qualidade de vida e envelhecimento saudável.

Metodologia, resultados, desafios e considerações finais

O estudo caracteriza-se como uma investigação de abordagem quali-quantitativa, de natureza descritiva, exploratória, documental e bibliográfica, orientada para a análise das relações entre o envelhecimento ativo e saudável e a implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no Sistema Único de Saúde (SUS), no período de 2006 a 2026. O objetivo consistiu em compreender os avanços institucionais das políticas públicas destinadas à saúde da pessoa idosa e o contributo das PICS para a promoção da autonomia, funcionalidade e qualidade de vida da população envelhecida no Brasil.

A metodologia contemplou três etapas complementares. Inicialmente, realizou-se pesquisa sistemática em bases científicas, sobretudo na plataforma Scopus, selecionada pela abrangência internacional e indexação de periódicos de elevado impacto nas áreas do envelhecimento, geografia da saúde, políticas públicas e saúde coletiva. Foram utilizados descritores relacionados ao envelhecimento ativo e saudável, pessoa idosa, práticas integrativas e complementares, qualidade de vida, autonomia funcional e promoção da saúde. Complementarmente, recorreu-se às bases Scielo, Google Scholar e a documentos institucionais da Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Ministério da Saúde do Brasil, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) e Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC).

No componente quantitativo, procedeu-se à análise secundária de dados do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), considerando os registros de atendimentos individuais em PICS junto à população com 60 anos ou mais, entre 2014 e março de 2026. Foram examinadas variáveis relativas ao número de atendimentos, sexo, grupos terapêuticos e práticas mais utilizadas, permitindo identificar tendências temporais e padrões de utilização das PICS no cuidado à população idosa.

Os resultados evidenciam crescimento expressivo da implementação das PICS no SUS, indicando a sua progressiva consolidação como estratégia complementar de cuidado à saúde da pessoa idosa. Entre 2014 e março de 2026, registaram-se 3.299.864 atendimentos/procedimentos relacionados às PICS para pessoas com 60 anos ou mais, com predominância do público feminino, responsável por 79,3% dos atendimentos, o que sugere maior procura das mulheres por práticas preventivas e terapêuticas. A análise temporal demonstrou crescimento contínuo dos atendimentos, interrompido durante a pandemia da COVID-19, quando ocorreu redução aproximada de 45% em 2020. Contudo, observou-se recuperação significativa após o período pandêmico, sendo que 85% dos atendimentos totais ocorreram entre 2021 e março de 2026, refletindo maior institucionalização das práticas na rede pública de saúde.

Entre os grupos terapêuticos mais utilizados destacam-se Acupuntura, Auriculoterapia e Medicina Tradicional Chinesa, responsáveis por 84% dos procedimentos realizados. A auriculoterapia representou isoladamente 43,2% dos atendimentos, seguida da acupuntura, eletroestimulação, massoterapia e aromaterapia, evidenciando ampla aceitação de práticas menos invasivas voltadas ao alívio da dor, equilíbrio físico e emocional e fortalecimento do bem-estar. Estes achados corroboram Oliveira, Valente e Messias (2024), que identificaram benefícios significativos das PICS na melhoria da qualidade de vida da população idosa, incluindo fortalecimento da autonomia, funcionalidade e convívio social.

Apesar dos avanços, persistem desafios importantes para a consolidação das PICS enquanto política pública efetiva no SUS, incluindo a fragmentação do modelo assistencial, limitações técnico-científicas, ausência de protocolos específicos para pessoas idosas, resistência de profissionais influenciados pelo modelo biomédico tradicional e subfinanciamento das políticas públicas. Conclui-se

que as PICS representam importante instrumento para fortalecer o envelhecimento ativo e saudável no Brasil, sobretudo quando articuladas aos princípios da integralidade, equidade e humanização do cuidado no SUS, embora sua efetividade dependa do fortalecimento das políticas públicas, qualificação profissional e ampliação das evidências científicas (Oliveira, Valente & Messias, 2024).

Complexidade em Territórios Periféricos: Supervisão Clínica e Idoneidade Formativa no Ensino Clínico em Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica

Isabel Lopes

icalopes@hotmail.com

Bárbara Monteiro

Daniel Riso

Unidade Local de Saúde da Guarda

A aprendizagem clínica constitui uma dimensão central da formação em enfermagem, particularmente nas áreas de maior complexidade assistencial, como a enfermagem à pessoa em situação crítica, onde a tomada de decisão ocorre frequentemente em ambientes de elevada exigência técnica, científica e ética, conforme definido pela Ordem dos Enfermeiros (Regulamento n.º 429/2018). O ensino clínico representa o momento em que os estudantes integram conhecimentos científicos, competências técnicas e capacidades relacionais em contextos reais de prática, desempenhando um papel decisivo no desenvolvimento do raciocínio clínico e da autonomia profissional.

Nos territórios de baixa densidade, os processos de ensino clínico desenvolvem-se em contextos assistenciais marcados por especificidades organizacionais próprias, incluindo menor volume de episódios críticos, equipas reduzidas, proximidade funcional entre profissionais e necessidade de maior versatilidade clínica. Estas características influenciam diretamente os modelos de supervisão clínica, os ritmos de aprendizagem e as oportunidades de exposição a diferentes situações de cuidado.

Embora os contextos periféricos sejam frequentemente analisados a partir das suas limitações estruturais, importa reconhecer que estes ambientes apresentam também potencialidades formativas relevantes. A proximidade entre profissionais e estudantes, a participação precoce em diferentes etapas do processo assistencial e a necessidade de adaptação constante podem favorecer aprendizagens clínicas significativas, particularmente no desenvolvimento da autonomia e do raciocínio clínico.

A literatura sobre aprendizagem situada sublinha que o desenvolvimento profissional ocorre através da participação progressiva em comunidades de prática, sendo o contexto um elemento indissociável da construção do conhecimento clínico. Nesta perspetiva, os ensinamentos clínicos em territórios de baixa densidade constituem ambientes específicos de socialização profissional, cuja singularidade importa compreender.

Assim, o presente trabalho propõe-se refletir sobre os desafios e as oportunidades associados aos ensinamentos clínicos em enfermagem à pessoa em situação crítica, realizados em territórios de baixa densidade, privilegiando uma abordagem centrada nas dinâmicas pedagógicas, na supervisão clínica e na idoneidade formativa enquanto elementos estruturantes da qualidade dos contextos de prática.

Em Portugal, a qualidade dos ensinamentos clínicos em enfermagem à pessoa em situação crítica, conforme preconizado pela Ordem dos Enfermeiros (Regulamento n.º 429/2018), não se esgota na exposição a situações clínicas complexas, mas materializa-se na capacidade de garantir contextos formativos diferenciados, supervisionados e eticamente sustentados, assegurando a formação de profissionais preparados para responder com segurança às situações de maior vulnerabilidade da pessoa.

Importa ainda referir que, embora no contexto português se adote a designação “pessoa em situação crítica”, na literatura e prática profissional espanhola é frequente a utilização das expressões “paciente crítico” e “cuidados críticos”. Em Espanha, o regime das especialidades de enfermagem encontra-se definido pelo Real Decreto 450/2005, que inclui a especialidade de Enfermagem de Cuidados Médico-cirúrgicos e prevê a formação por sistema de residência (EIR). Contudo, a delimitação dos cuidados críticos como especialidade autónoma permanece objeto de debate, sendo geralmente enquadrada como área de prática diferenciada.

Objetivos do estudo

A reflexão sobre os ensinamentos clínicos em enfermagem à pessoa em situação crítica, particularmente em territórios de baixa densidade, reveste-se de especial relevância quando analisada à luz de princípios como a equidade no acesso à formação, a humanização dos cuidados e uma abordagem holística e centrada na pessoa. Estes contextos, frequentemente perspetivados a partir das suas limitações estruturais, colocam desafios e oportunidades específicas aos processos formativos, exigindo uma leitura crítica e contextualizada das dimensões pedagógicas, da supervisão clínica e das condições organizacionais que sustentam a qualidade da aprendizagem em enfermagem. Neste enquadramento, importa valorizar os territórios de baixa densidade enquanto espaços legítimos de aprendizagem situada, capazes de promover o desenvolvimento profissional responsável, ético e comprometido com a dignidade da pessoa em situação crítica.

Objetivo geral

Analisar as especificidades pedagógicas e formativas dos ensinamentos clínicos em enfermagem à pessoa em situação crítica realizados em territórios de baixa densidade.

Objetivos específicos

- Caracterizar os contextos de ensino clínico em territórios de baixa densidade;
- Analisar os desafios associados à supervisão clínica em ambientes periféricos;
- Refletir sobre a importância da idoneidade formativa nos contextos clínicos;
- Identificar as potencialidades formativas destes contextos;
- Refletir sobre os processos de aprendizagem situada na formação em enfermagem.

Metodologia

O presente trabalho adota uma abordagem analítico-reflexiva baseada em revisão narrativa da literatura e análise conceitual de referenciais relacionados com ensino clínico, supervisão clínica, idoneidade formativa e aprendizagem em enfermagem.

Foram considerados documentos científicos, legislação e publicações académicas relacionados com:

- pessoa em situação crítica;
- supervisão clínica;
- pedagogia em enfermagem;
- aprendizagem em ensinamentos clínicos;
- idoneidade formativa;
- formação clínica em contextos periféricos.

A análise centrou-se na identificação de desafios pedagógicos e oportunidades formativas associadas aos ensinamentos clínicos em territórios de baixa densidade.

Desafios dos ensinamentos clínicos em territórios de baixa densidade

Os territórios de baixa densidade apresentam especificidades organizacionais e assistenciais que influenciam de forma significativa os processos de ensino-aprendizagem em contexto clínico. Estes desafios não se traduzem apenas em constrangimentos estruturais, mas configuram condições que exigem abordagens pedagógicas ajustadas e maior capacidade de adaptação por parte de estudantes e supervisores.

A dinâmica demográfica é um tema atual e transversal a muitos outros, particularmente com o envelhecimento da população e a sustentabilidade da segurança social, induzindo políticas públicas urgentes e adequadas. Para estes fenómenos podem contribuir grandemente os cidadãos estrangeiros, quando se encontram em idade ativa para o mercado de trabalho (15 aos 64 anos). É neste contexto que se realiza este estudo, na tentativa de responder à seguinte questão: que papel os cidadãos estrangeiros podem representar nesta dinâmica demográfica?

Pretende-se responder através duma análise comparativa entre Estados Membros da União Europeia (EU), com particular ênfase para Espanha e Portugal, bem como mostrar a evolução desde 1998 a 2024, com base em dados estatísticos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística / PORDATA. Procura responder particularmente às seguintes questões: (i) quem recebe mais e menos estrangeiros, (ii) que peso estes cidadãos representam na população ativa e (iii) como tem sido a evolução ao longo do tempo. Os resultados apurados mostram diferenças consideráveis no número de cidadãos que têm escolhido os diferentes Estados Membros da EU, assim como na relação com a respetiva população ativa, ao longo do período em análise. Podemos assim concluir, que o papel que os cidadãos estrangeiros podem assumir num país e num contexto de dinâmica demográfica é relevante, na medida em que contribui para atenuar os seus efeitos negativos, nomeadamente ao contrariar a tendência generalizada do envelhecimento populacional, que se estima ser cada vez mais acentuada.

Palavras chave: cidadãos, demografia, dinâmica, estado-membro, estrangeiros, população.

A utilização de ervas medicinais e práticas ritualísticas – como benzimentos e banhos – é uma prática comum no sertão norte mineiro. Populações da zona rural e até mesmo alguns grupos do ambiente urbano têm esse costume como tradição herdada de raízes indígenas e afro-diaspóricas. A atuação das mulheres mais velhas no tratamento de doenças utilizando plantas, rezas, pêndulos energéticos e banhos que também buscam curar o espírito, torna-as representantes da cultura ancestral, em quem os sujeitos de suas comunidades depositam grande confiança. O presente estudo em desenvolvimento por meio do projeto “Memórias de Resistência”, no Grupo de Pesquisa Opará-Mutum, visa analisar a importância da presença feminina na conservação da medicina tradicional e das práticas a ela relacionadas, e de que maneira a migração funciona como ponte para que esses conhecimentos sejam transformados e agregados a outros saberes. A metodologia utilizada é a revisão de literatura, aliadas a visitas de campo e entrevistas em profundidade junto a lideranças comunitárias. Utilizando como exemplo a freira da Congregação Filhas de Jesus, conhecida popularmente como Irmã Mônica, e atuante há mais de trinta anos como agente da medicina tradicional integrativa na cidade de Porteirinha (MG), é possível compreender como o ato de migrar é capaz de integrar conhecimentos, visto que, segundo a entrevistada, foi pela migração que ela adquiriu grande parte do seu aprendizado acerca das ervas medicinais e, também através dela, ela pôde cuidar da saúde de muitas pessoas e passar esse saber a diante. A cultura do Norte de Minas Gerais sofre forte influência de tradições indígenas e afro-brasileiras, as quais se mantêm vivas, sobretudo, por meio da resistência de mulheres mais velhas que carregam consigo um saber transmitido através de gerações. A migração se torna uma forma de incentivo ao compartilhamento desses saberes, de forma a legitimá-los enquanto áreas do conhecimento popular.

O trabalho proposto, busca demonstrar como a cidade Canaã dos Carajás é interpelada pelos processos migratórios e minerários formando os espaços urbanos na cidade. Sendo esses dois dos principais motivos pelo qual a jovem cidade de 32 anos de idade, deixa de ser uma vila (Mozartinópolis) e passa a ser um polo minerário no sudeste paraense. Desta maneira, os objetivos da pesquisa buscam compreender como migração advinda de empreendimentos minerários formam os espaços urbanos da jovem cidade do sudeste paraense e analisa como essa migração (de mão de obra qualificada) proveniente dos empreendimentos minerários são em suma mineiras. Para a realização da pesquisa foi utilizada a metodologia quantitativa (com análise de dados secundários e formulação de quadros, tabelas) e qualitativa (com entrevistas realizadas no aeroporto de Carajás, análise documental dos obituários da cidade e revisão bibliográfica), as metodologias utilizadas foram escolhidas justamente, por que, possibilitam a comprovação mesmo que parcial do fluxo migratório Minas Gerais á Canaã dos Carajás. Alguns dos autores que embasam a pesquisa realizada são Carla Craice e Marcos Souza (2012) por falarem dos tipos de migrações que ocorrem em Canaã dos Carajás, Alfredo Wagner (1996), por sua vez, propõe uma reflexão crítica sobre o tema ao questionar a utilização da terminologia “migrante”, bem como, Becker (1982) por retratar a ocupação na Amazonia como um fator não espontâneo sendo operado esses fluxos pelo o Estado brasileiro. Com a finalização da pesquisa, foi possível adentrar nos reflexos que a migração mineira a Canaã dos Carajás, associada à mineração, organizaram o corpo urbano e rural do município. A análise combinada dos obituários e das entrevistas possibilitou dimensionar, ainda que de maneira parcial, as rotas migratórias para o município e compreender como esses deslocamentos reconfiguraram, e continuam a reconfigurar, os espaços urbanos e sociais de Canaã dos Carajás.

Maria Cecília Cordeiro Pires

mariaceciliacordeiropires@gmail.com

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

andrea.paula@unimontes.br

Universidade Estadual de Montes Claros

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 passou a pautar formalmente os direitos de grupos étnicos. Pesquisadores como Almeida (2004) buscaram dar forma a esse debate, evidenciando a diversidade de modos de vida e processos de territorialização existentes. Contudo, a herança colonial de concentração fundiária mantém e intensifica os conflitos territoriais. Alinhada a estudos como os de Woortmann (1990), esta comunicação retoma o debate sobre as migrações internas, tratando-as como uma estratégia de resistência ainda atual. Demonstra-se como as mobilidades se tornam costume vital, um sistema intergeracional em que alguns indivíduos partem para prover recursos e garantir que outros permaneçam no território. Apresentamos resultados de tese de doutorado dedicada a compreender as dinâmicas, os sentidos e as mobilidades do Sistema Vazanteiro, através de uma pesquisa inserida nas discussões do Grupo OPARÁ-MUTUM e do projeto “Dinâmicas territoriais em terras tradicionalmente ocupadas no Brasil e em Portugal” (APQ04978-24). O termo “Vazanteiro” define uma categoria étnica de comunidades situadas nas margens e ilhas do Rio São Francisco, cujo cotidiano é regido pela fluidez das águas: plantio nas terras altas nas chuvas e nas vazantes durante a seca. A análise etnográfica focou no Médio São Francisco, abrangendo os Quilombos de Praia e Lapinha, a comunidade Pau Preto (Matias Cardoso-MG) e a Ilha de Pau de Léguas (Manga-MG). O estudo revela que essas populações foram afetadas por processos de expropriação gerados por latifundiários e megaempreendimentos. Os resultados demonstram que as migrações não representam uma ruptura com a identidade. Embora as comunidades lutem pela permanência na terra, a saída temporária torna-se uma estratégia necessária para a reprodução da vida. Assim, essas mobilidades contemporâneas, ainda que atravessem gerações, não desarticulam o Sistema Vazanteiro, pelo contrário, o atualizam e reafirmam como uma forma de resistência cultural e territorial.

João Heitor Mendes

psijoao.heitor@gmail.com

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

UNIMONTES

O geógrafo Milton Santos (1997), ao entender os espaços geográficos como resultado de movimentos da sociedade e de sua produção, conceitua a paisagem como um domínio visível, fruto de movimentos sociais que abarcam diferentes relações, formas, funções e sentidos. Esse trabalho, tem como objetivo compreender as dinâmicas espaciais e migratórias de sujeitos queer e suas implicações na paisagem local. A análise centra-se em Montes Claros, cidade localizada no estado de Minas Gerais, região sudeste do Brasil, que possui cerca de 414 mil habitantes, figurando como o quinto município mais populoso do estado e o primeiro da região norte mineira, segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para entender a vivência de pessoas LGBTQIA+ nesse contexto, é importante compreender que o cenário brasileiro, é constituído de diferenciações que foram construídas e normatizadas sob a influência direta do conservadorismo, tradicionalismo e da religião, exercendo controle social sobre os corpos e a vivência de pessoas queer (Alérico 2023). Foucault (1999) discute como instituições como a igreja, a escola, a família, entre outros, atuam como dispositivos de poder que categorizam pessoas como normais ou desviantes e estabelecem as normas de gênero e sexualidade. Dessa forma, a cidade de Montes Claros se diferencia ao pensarmos na vivência queer, apesar da presença da repressão que está impregnada na cultura brasileira, pois está munida de um aparato de instituições e serviços diretamente ligados às homossexualidades, não encontrados em nenhuma outra cidade do Norte de Minas (Rodrigues, 2013), tornando-se um dos destinos migratórios de pessoas LGBTQIA+. Portanto, ao inferir que a ação humana transforma o ambiente de forma simbólica, sociocultural, espacial e ambiental (De Paula, 2009), busca-se compreender como o deslocamento migratório queer modifica potencialmente a paisagem e os sentidos dos territórios da cidade de Montes Claros.

Maria Cecília Cordeiro Pires

mariaceciliacordeiropires@gmail.com

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

andrea.paula@unimontes.br

Rui Jacinto

rjacintomm@gmail.com

Tiago Mesquita

tiagonmesquita.uc@gmail.com

UNIMONTES; OPARÁ-MUTUM; CEI; CEGOT; CIAS

A presente comunicação decorre de projeto de pesquisa (APQ-04978-24) que envolve uma rede interdisciplinar de investigadores portugueses e brasileiros focados no aprofundamento do debate teórico e metodológico sobre as comunidades rurais, os saberes locais e os processos de (re)territorialização em tempos de crise e pós-globalização. Diante de um mosaico social plural exposto a vulnerabilidades sociais, à precarização econômica e às crises ambientais o estudo centra-se na análise das tensões emergentes com o intuito de fundamentar respostas institucionais para se enfrentarem os novos desafios. O roteiro de investigação estrutura-se em cinco eixos fundamentais: 1) a imersão nos conceitos espaciais, designadamente o território e o lugar, revisitar problemáticas como identidade e topofilia e, a partir das interações multiescalares de geografia variável, comparar tais manifestações nas aldeias portuguesas e nas terras tradicionais brasileiras; 2) a justiça ambiental, climática e energética, discutindo os impactos da transição energética, do extrativismo e do agronegócio nos modos de vida rurais; 3) a dinâmica demográfica e as mobilidades, investigando o envelhecimento populacional, o isolamento e as migrações como estratégias de des/re-territorialização; 4) o desenvolvimento local e as políticas públicas, problematizando a eficácia da coesão socioeconômica e a participação das comunidades sob a ótica da justiça socioterritorial; e 5) a Nova Cartografia Social, recorrendo ao mapeamento participativo, à imagem e à literatura como instrumentos de visibilidade e resistência política. Pretende-se construir uma abordagem inovadora que possibilite potencialidades emancipatórias para pequenos aglomerados rurais, integrando os conhecimentos locais dos habitantes na defesa dos seus direitos territoriais e na proteção da biodiversidade em contextos geográficos distintos e contrastados.

Tainah Ramos

tainah.ramos@unifesp.br

Letícia Roberta Amaro Trombetta

leticia.trombetta@unifesp.br

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

A disponibilização de dados geoespaciais por órgãos públicos brasileiros, impulsionado pela criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) em 2008 e por políticas de dados abertos, não garante o acesso efetivo pela população. Isso ocorre devido às barreiras técnicas das plataformas disponíveis. Este trabalho estabelece critérios para avaliar a usabilidade de Infraestruturas de Dados Espaciais (IDEs) para garantir o acesso à informação geográfica e ampliar a cidadania digital. A pesquisa adota abordagem qualitativa e analítica, com matriz de avaliação por rubrica composta por oito critérios: 1. Interoperabilidade entre os dados; 2. Disponibilidade de camadas; 3. Sobreposição de camadas; 4. Ferramentas de visualização e navegação na interface; 5. Consulta de atributos; 6. Download de dados; 7. Metadados disponíveis; e 8. Acessibilidade mobile; os quais receberam pontuação de 0 a 102, de acordo com o desempenho verificado durante a manipulação da plataforma online. Como resultado parcial, a IDE-Sisema, do estado de Minas Gerais, obteve 93 pontos (Excepcional), com limitações na usabilidade da tabela de atributos e no desempenho mobile. A partir da compreensão de que esses dados são imprescindíveis para a participação popular e a formulação de políticas públicas, o trabalho será expandido para mais quatro IDEs brasileiras, de diferentes esferas administrativas, visando à elaboração de um guia de boas práticas para a democratização do acesso à informação geoespacial.

Ronaldo Rodrigues Martins

prof.ronaldomartins@gmail.com

Amanda Silva Negreiros

amanda.negreiros@discente.ufcat.edu.br

Estevane de Paula Pontes Mendes

estevane_mendes@ufcat.edu.br

Universidade Federal de Catalão – UFCAT

Este artigo analisa a complexa dialética entre os processos globais de urbanização e as singularidades locais, investigando como essa tensão molda as configurações das cidades contemporâneas. No estágio atual do capitalismo, os centros urbanos operam como nós vitais de uma rede planetária movida por fluxos incessantes de capital, informação e pessoas. Essa integração em escala mundial transmutou a cidade em um produto competitivo e ativo estratégico, cuja atratividade é quantificada por métricas como o Global Cities Index. Todavia, a inserção nessas redes revela um paradoxo: a integração frequentemente aprofunda as contradições internas, resultando em abismos de desigualdade socioespacial, conforme evidenciado nos casos de Boston e San Francisco.

No contexto brasileiro, essa dinâmica manifestou-se por meio de uma modernização acelerada e desigual que, embora tenha impulsionado o crescimento do PIB no século XX, inscreveu a disparidade na própria paisagem urbana através da precariedade habitacional e da proliferação de periferias desassistidas. Para ilustrar essa materialização territorial, o texto contrasta duas realidades no estado de Goiás: Pirenópolis, cuja identidade emana de sua herança colonial e da relação simbiótica com o sítio geográfico do ciclo do ouro, e Goiânia, capital planejada para atuar como vetor de modernização regional e integração nacional.

A análise teórica compreende o espaço urbano não como um palco neutro, mas como uma “arena de lutas” onde o capital, o Estado e os grupos sociais disputam o direito de produzir e usar a cidade. Conclui-se que o futuro urbano reside na mediação entre a “Rede Global”, pautada pela lógica neoliberal de dispersão, e as “Raízes do Lugar”, que preservam a memória, a cultura e a cooperação local. A superação da crise urbana contemporânea exige uma reestruturação profunda do espaço herdado que promova o desenvolvimento justo e sustentável, superando as disparidades intrínsecas ao modelo civilizatório capitalista.

Carla Taciane Figueiredo

carla.figueiredo@delmiro.ufal.br

Universidade Federal de Sergipe, Universidade de Lisboa e Universidade Federal de Alagoas

Gelsom Rozentino

rosentino@gmail.com

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

A dinâmica territorial da Ilha Grande em Angra dos Reis no Rio de Janeiro – Brasil, é marcada pela transitoriedade dos turistas estrangeiros que visitam a Vila Abraão, permanência (re) existente da comunidade da Vila Dois Rios, povos originários caiçaras e comunidades costeiras residentes em Provetá, Araçatiba e Saco do Céu. A pesquisa objetiva compreender nas narrativas dos moradores da Vila Dois Rios marcas da “biopolítica” historicamente construídas. Os procedimentos heurísticos estruturam-se no método histórico crítico e História oral temática. A investigação quanto a natureza é qualitativa, aos objetivos exploratória, descritiva e analítica. A reflexão constituiu-se a partir dos conceitos ciências ambientais, crise ambiental, Soromenho-Marques (2010), natureza e espaço Milton Santos (1999, 2008), Biopolítica, biopoder Foucault (1999), Figueiredo (2023, 2024, 2025) relações de poder, conflitos socioambientais, e Comando Vermelho facção do “crime organizado” do Rio de Janeiro. As questões históricas compreendidas na revisão sistemática RUSEN, (2007), observação participante durante imersão etnográfica e dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas, analisadas a partir da Análise do Discurso Foucault (1970) responderam a problemática: Como os discursos explicitam a biopolítica na Ilha Grande? Uma biopolítica construída historicamente pela presença institucional, dinâmica territorial com transitoriedade identitária, obedecendo a lógica do contexto sócio histórico e político nacional, narrativas enfatizam a memória coletiva reprimida e negação de direitos básicos. A composição identitária dos residentes são comunidades tradicionais (caiçaras, quilombolas) multifacetada com a presença de turistas, empreendedores comerciais atraídos pelo turismo étnico e ecoturismo da Vila Abraão. A dimensão epistemológica, sobre Ilha Grande-RJ caracteriza-se pela marginalização da ciência social e supervalorização da ciência empirista da biologia, ecologia, oceanografia e ciências ambientais. Sendo assim, é uma realidade com objetos de estudo passíveis de investigação, relevantes social e cientificamente, que dialogam com as demandas societárias transnacionais

Andreia Ferreira dos Santos

andreaferreirasaulo@gmail.com

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

andrea.paula@unimontes.br

Universidade Estadual de Montes Claros

A Comunidade de Cubas, situada no município de Datas, inscreve sua existência em um território atravessado por disputas históricas, políticas e epistemológicas. Assim como outras comunidades tradicionais no Brasil, Cubas expressa modos próprios de organização da vida, do trabalho, das relações sociais e do cuidado com a natureza, que se contrapõem à lógica hegemônica de desenvolvimento. Longe de representar um espaço de “atraso”, a comunidade revela práticas e saberes que sustentam formas de existência baseadas na coletividade, na memória e na relação com o território.

No entanto, esses modos de vida entram em tensão com projetos de desenvolvimento ancorados em perspectivas coloniais, capitalistas e extrativistas, que tendem a desconsiderar os saberes locais e impor modelos externos de progresso. Tais processos contribuem para a invisibilização das comunidades tradicionais e para a desvalorização de seus conhecimentos, afetando diretamente suas formas de viver e se relacionar com o território.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a Comunidade de Cubas a partir de contribuições teóricas que problematizam o desenvolvimento econômico, o extrativismo e a colonialidade do saber. Para isso, dialoga com autoras e autores como Oyèrónké Oyěwùmí, Miriam Lang, Alberto Acosta, Celso Furtado, Lélia Gonzalez, Antônio Bispo dos Santos e Itamar Vieira Junior.

Também nesse contexto, destaca-se a perspectiva das Epistemologias do Sul, proposta por Boaventura de Sousa Santos, que reconhece a existência de múltiplas formas de produção de conhecimento, para além da ciência hegemônica. Trata-se de valorizar os saberes construídos por povos historicamente marginalizados, como comunidades quilombolas, que produzem conhecimento a partir da oralidade, da experiência, da relação com o território e da continuidade de suas práticas culturais.

Este trabalho investiga as configurações sociais e os arranjos produtivos no povoado Palestina, distrito de Brejo (MA), situado na borda da expansão do agronegócio da soja na microrregião de Chapadinha, inserida na região do Matopiba. Desde 2010, essa fronteira agrícola – abrangendo Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – impõe dinâmicas econômicas, demográficas e fundiárias sobre territórios tradicionais de caboclos lavradores, assentamentos e comunidades locais, gerando oportunidades, conflitos, precarização do trabalho e tensões culturais. O problema central é: qual o grau de afetação do agronegócio da soja na configuração social e nas redes de relações do povoado Palestina? Adota-se o conceito de configuração social de Norbert Elias (estrutura dinâmica de interdependências entre indivíduos e grupos) associado à Teoria do Ator-Rede (Latour e Law), que analisa relações entre atores humanos e não humanos em redes negociadas. Conceitos auxiliares incluem arranjos produtivos locais (aglomerações cooperativas com especialização e aprendizagem) e economia popular e solidária (autogestão sustentável com equidade na distribuição de renda e proteção ambiental). O objetivo geral é delinear a configuração atual do povoado, identificando, mensurando e analisando os processos desencadeados pelo agronegócio. A ênfase na participação dos negócios locais na dinâmica socioeconômica, nos tipos de oportunidades de negócio e na qualidade de renda e de vida dos moradores. Trata-se de estudo de caso qualitativo e empírico, com abordagem mista: levantamento documental (Embrapa, IBGE, Incra), revisão bibliográfica multidisciplinar e pesquisa de campo (entrevistas semiestruturadas com informantes-chave, formulários amostrais e observação direta sistematizada). A justificativa fundamenta-se na vulnerabilidade socioeconômica do Maranhão (rendimento domiciliar per capita de R\$ 66,00, último lugar nacional — IBGE 2024) e da microrregião (73% da população de Brejo e 85% de Chapadinha no CadÚnico). Espera-se obter um diagnóstico detalhado da configuração social atual do povoado, revelando o grau de integração, tensão ou exclusão dos negócios e redes locais frente ao agronegócio; a identificação de atividades econômicas pré-existentes com potencial de arranjos produtivos locais e economia solidária que possam ser fortalecidas; evidências sobre atividades beneficiadas ou prejudicadas e novas oportunidades de ocupação e renda; além de subsídios para políticas públicas que promovam coexistência sustentável, preservação cultural, mitigação da concentração de renda e da precarização, ampliando o desenvolvimento socioeconômico e ambiental respeitoso às especificidades do território.

Desafios da CPLP em meio às guerras contemporâneas

Julie Licio Magalhães Almeida Carvalho

julie.licio@unesp.br

Renata Maria Ribeiro

renata.ribeiro@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), consolidada oficialmente dia 17 de julho de 1996, facilitou a comunicação entre países que têm como idioma oficial o português. A Comunidade busca promover o diálogo tricontinental entre os nove países de língua portuguesa, localizados na África, Europa, América e Ásia. As reuniões regulares com representantes da ONU e outras organizações internacionais, possuem como objetivo discutir temas, apresentar propostas e firmar a importância desses países no cenário internacional. Nesse contexto, o tema central deste estudo é analisar os países que fazem parte da CPLP em cenários de guerra, visto que os conflitos geram impactos psicológicos, econômicos e ambientais à sociedade. Alguns países enfrentam processos de desterritorialização, que deve ser enfatizada em seu sentido social, ligada à crescente dinâmica de exclusão socioespacial (HAESBAERT, 2003). A exclusão pode acarretar situações de ecocídio e “turiscídio”, palavras consideradas neologismos para representação de problemas associados aos impactos ambientais, culturais, econômicos e de imigração. As transformações decorrentes de conflitos, afetam grande parte da população e trazem consigo não somente impactos negativos e sistêmicos, como também, limitação da possibilidade de geração de novas economias a exemplo do turismo. A pesquisa possui caráter exploratório, de análise qualitativa, baseada em documentos selecionados a partir de conflitos gerados a partir dos anos 2000 envolvendo os países da CPLP. Espera-se, com essa análise preliminar, obter resultados referentes aos impactos ambientais e para o turismo que possam delimitar as consequências das guerras na sociedades envolvidas.

Caíque da Conceição dos Santos

caique.santosweb02@gmail.com

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Brasil

A internacionalização da educação superior é um fenômeno que dinamiza as relações universitárias. Essa conjuntura desencadeia a cooperação para a implementação de políticas conjuntas de mobilidade acadêmica, investigações conjuntas, transferência de tecnologia social e integração cultural. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), fundada em 1983, tem como missão promover o desenvolvimento regional por meio de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, que promovem a coesão de 19 territórios de identidade da Bahia. A universidade acompanha o processo de colaboração induzido pela globalização, com 97 acordos de colaboração acadêmica internacional vigentes com instituições de ensino e pesquisa de 21 países. Fundamentado na questão norteadora “Como a internacionalização universitária contribui para o desenvolvimento dos territórios onde a UNEB se insere?”, o objetivo geral deste estudo de caso é compreender como o projeto de gestão universitária articulado ao plano institucional de internacionalização promove a coesão territorial. Nessa perspectiva, é utilizado o método de pesquisa qualitativo exploratório e observacional, em consonância com a abordagem dedutiva e os procedimentos de revisão de documentos institucionais. Como síntese conclusiva, os territórios de identidade da Bahia são beneficiados pela capacitação profissional para a produção industrial e do campo, bem como pela formação de sujeitos ancorada em valores locais e globais. Tal processo ocorre com o desenvolvimento de habilidades de comunicação multilíngue, resiliência, redes de contatos e uso de tecnologias sociais estrangeiras. Como exemplos, destacam-se a implementação dos cursos de graduação em língua chinesa e do Centro de Idiomas (Ciuneb), além do intercâmbio de saberes pedagógicos com universidades moçambicanas. Logo, este escrito apresenta contribuições para a geografia da internacionalização da educação superior, ao apresentar um contexto de aplicação de políticas de desenvolvimento dos territórios, que pode inspirar outros cenários de governança universitária.

Daniela Moreira Machado

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM

Maria do Rozário Almeida da Silva

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM

Juci Theodoro

Jucitheodoro@hotmail.com

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho – SEMA; Universidade de Coimbra – UC;
Centro de Estudos de Geografia e ordenamento do Território – CEGOT; Rede Internacional de Pesquisa Resiliência Climática – RI-
PERC

Maria Madalena Ferreira

Grupo de Estudos Estado, Território e Fronteira Amazônica – GEPE-FRONT/UNIR

O presente trabalho analisa a dualidade entre a conservação ambiental implementada e gerida pelo poder público e a autonomia territorial das populações tradicionais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Bom Jardim, localizada no município de Porto Velho, Rondônia. A pesquisa fundamenta-se no Relatório de Uso e Ocupação, elaborado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (Sedam), no ano de 2025, e nos marcos legais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelecidos por meio da Lei 9.985/2000. Discute-se como a intervenção do Estado, embora tenha por objetivo a proteção da biodiversidade, gera insegurança jurídica e conflitos de posse da terra, ao sobrepor normas institucionais à territorialidades ancestrais. Os resultados demonstram que a efetividade da gestão depende da transição do controle impositivo para a gestão participativa, mediada por instrumentos como o Acordo de Gestão e o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU).

Palavras-Chave: RDS Bom Jardim; Territorialidade; Conflitos Ambientais; Estado; SNUC.

Os caminhos para a elaboração de uma Política de Reconciliação e Perdão no Brasil a partir do modelo australiano: um estudo de caso prospectivo e comparado

Thaís de Oliveira Queiroz

tdeoliveiraqueiroz@gmail.com

Australian National University (ANU)

A desigualdade racial se configura como um desafio estrutural em diversas sociedades contemporâneas e demanda respostas inovadoras no âmbito das políticas públicas. Nesses contextos, a criação de mecanismos institucionais de reparação histórica constitui uma estratégia fundamental para o fortalecimento da democracia, da equidade e da justiça social. No Brasil, embora existam políticas voltadas à promoção da igualdade racial desde os anos 2000, elas se apresentam relativamente fragmentadas e descentralizadas. Desde 1991, a Austrália vem implementando uma política nacional de caráter centralizado no âmbito da Reconciliação dos povos originários, tornando-se referência mundial ao focalizar tanto o reconhecimento histórico quanto a reparação e a valorização cultural, social e econômica desses grupos minoritários em políticas coordenadas pelo governo federal. O problema central desta pesquisa reside na inexistência no Brasil de uma política pública nacional que promova de forma integrada e coordenada uma reconciliação dirigida para a população negra, gerando um cenário de inserção e justiça social consistente de caráter longitudinal. A questão específica investigada foi: como alguns elementos do modelo australiano podem ser adaptados à realidade brasileira para a formulação de uma Política Nacional de Reconciliação e Perdão voltada à população negra no país? A plausibilidade dessa indagação decorre, por um lado, da já existente trajetória brasileira em políticas direcionadas para a igualdade racial e, por outro, dos resultados concretos da experiência australiana em edificar reconhecimento, diálogo e revisão histórica, que se apresentam como um caso de sucesso que pode ser adequado e replicado incrementalmente no Brasil. A pesquisa adotou métodos comparativos baseados em análise documental e literatura especializada, com foco no mapeamento de iniciativas, identificação de variáveis institucionais e formulação de diretrizes aplicáveis ao contexto brasileiro para subsidiar a construção da supracitada política Reconciliação e Perdão.

Lugar de realização e via para o encontro, a rua, das mais objetivas às mais subjetivas definições, estabelece-se como uma realidade geográfica e, por isso, é o lar da ação política, pois a manifestação é para a política o que a rua é para a cidade. Nas manifestações o homem constrói a realidade da política coletivamente ao fazer da rua ferramenta instituinte. A rua catalisa as emoções e propicia a concretude dos discursos pela mobilização e aglomeração manifestante, a presença e a corporeidade política.

As atmosferas políticas surgem de emoções especificamente políticas, ao mesmo tempo que também as produzem (Osler e Szanto, 2022). As atmosferas são experimentadas pela apreensão corporal da emoção, do humor e da interconexão com os outros, e, ainda segundo os autores (p. 166, tradução nossa), “[...] são sentidas subjetivamente, mas também emergem dos corpos expressivos e dos comportamentos dos outros no mundo”, o que evidencia, para Osler e Szanto (2022), a constituição simultaneamente objetiva e subjetiva do conceito.

Ao abordar o ambiente político dos protestos, Hansen (2019) esquematiza elementos não espaciais importantes para a análise de manifestações. Os fatores não espaciais são organizados em três categorias: micro (individuais), meso (organizacionais) e macro (estruturais), além de influências externas (como pressões diplomáticas, financiamento de ONGs e apoio internacional) e eventos-gatilho (como fraudes eleitorais). Nesse sentido, os fatores não espaciais de Hansen (2019), mais do que se relacionar com o espaço pelas qualidades espaciais no ambiente político, representam uma Geografia Política da ação, pois se expressam na concretude dos protestos e contextualizam-nos.

Thaís de Oliveira Queiroz

tdeoliveiraqueiroz@gmail.com

Australian National University

Patricia Siqueira de Medeiros

patricia.medeiros@enap.gov.br

Cecília Chachamovitz

cecilia.chachamovitz@enap.gov.br

Rachel Dorneles

rachel.dorneles@enap.gov.br

Enap

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória das principais políticas de promoção da igualdade racial voltadas à população negra no Brasil entre 1988 e 2025, com foco na consolidação das ações afirmativas como instrumento de democratização do Estado e fortalecimento do serviço público brasileiro. O estudo aborda os principais marcos normativos e institucionais das ações afirmativas no país, destacando a implementação das cotas raciais no ensino superior, o estabelecimento da reserva de vagas para pessoas negras nos concursos públicos federais e os mecanismos de heteroidentificação direcionados para a garantia da efetividade dessas políticas. Nesse contexto, o artigo dedica especial atenção à Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261/2025, analisando o seu papel no aperfeiçoamento das ações afirmativas no serviço público federal contemporâneo. A normativa estabelece diretrizes para a aplicação das reservas de vagas para os procedimentos de confirmação complementar da autodeclaração racial, buscando ampliar a segurança jurídica, a uniformização administrativa e a legitimidade institucional das políticas de cotas. Em tal cenário, a Resolução da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) número 76 de 2025 será verificada na investigação à luz deste novo arcabouço normativo estabelecido. As ações afirmativas voltadas à população negra constituem instrumentos fundamentais para o enfrentamento das desigualdades raciais históricas no Brasil nos seus mais distintos desdobramentos. Ao promover maior diversidade racial nas estruturas estatais, tais políticas contribuem para a ampliação da representatividade institucional, para a maior igualdade no acesso ao serviço público e para a construção de um Estado mais inclusivo e comprometido com a justiça social.

5. Cultura, artes e leituras do território

Joana Capela de Campos

joanacapela@hotmail.com

Universidade de Coimbra

A construção europeia nasce de uma intuição profundamente cultural de construção de paz. A Declaração Schuman (1950), embora centrada no carvão e no aço, assenta na convicção de que “a solidariedade de facto” cria condições para uma comunidade com propósito e sentido de futuro.

Neste quadro, uma arquitetura conceptual capaz de sustentar uma visão inovadora para a coesão territorial na União Europeia pode ser sustentada por uma tríade de premissas: a cultura é um bem público, a educação é um ato cultural e o património cultural é um ativo do território.

Mais do que um conjunto de princípios, estas três formulações, quando articuladas, revelam um potencial transformador para reforçar a democracia, a cidadania e a sustentabilidade territorial num continente marcado por profundas diversidades históricas, linguísticas e culturais.

A partir de uma revisão crítica de literatura e análise conceptual, incidindo sobre o pensamento que inspirou os textos fundadores da União Europeia, argumenta-se que a coesão territorial, frequentemente tratada como questão económica ou administrativa, exige uma fundamentação cultural e humanista.

Assim, estes três domínios, a cultura, a educação e o património, enquanto pilares estruturantes da solidariedade no território europeu, constituem um solo comum capaz de reforçar a coesão social, a participação democrática e a consciência histórica e territorial das comunidades europeias.

Por conseguinte, perspetiva-se que a articulação entre estes campos será indispensável para enfrentar desafios contemporâneos como desigualdades sociais, desequilíbrios territoriais, tensões identitárias e fragilização democrática. Nesse sentido, considera-se que a Europa só poderá desenvolver o seu projeto comum se reconhecer a centralidade da cultura enquanto espaço simbólico de partilha e co-criação, a educação enquanto prática de propósito democrático e sentido de cidadania global e o património enquanto matriz de pertença e futuro.

Rosário Santana

rosariosantana@ipg.pt

Instituto Politécnico da Guarda

Helena Santana

hsantana@ua.pt

Universidade de Aveiro

A genuinidade dos modos de vida e de permanência das populações numa determinada região mostra-se, em alguns autores e momentos da história da arte, fator de motivação e gatilho de criação. Construindo memórias na relação que estabelece com os elementos materiais e imateriais que nesses espaços se mostram, os compositores desenvolvem a sua atividade consubstanciando-a nos elementos que neles captam e registam. Surgindo reditos na sua arte, revelam não só as suas habilidades, como a forma como constroem e dizem o que reconhecem de uma identidade.

No que concerne os espaços predominantemente rurais, percebendo o seu valor simbólico e paisagístico, bem como de construção e reconhecimento de uma identidade, surgem diversos movimentos para a sua preservação, divulgação e valorização. Cientes desta necessidade, bem como daquela de preservar a identidade e os patrimónios históricos e culturais que nos identificam e caracterizam, alguns criadores, mormente na área da música erudita, desenvolvem ao longo da nossa história, um conjunto de obras onde sobressai a memória de um espaço, bem como a identidade de um lugar.

Investigando o acervo de obras compostas por compositores eruditos portugueses desde finais do século XIX, nomeadamente Viana da Motta, Francisco Lacerda, Lopes-Graça, Jorge Croner Vasconcellos, Filipe Pires ou Eurico Carrapatoso identificamos um vasto conjunto de obras que identificam nos seus títulos, nos materiais e recursos utilizados, um espaço do nosso território, e as memórias construídas a partir da vivência desse lugar.

É nossa intenção identificar e mostrar os elementos da nossa investigação, bem como elencar as características que ressaltam da sua análise. Neste fazer intentamos ainda relevar os espaços de memória coletiva que identificamos e a sua presença na construção de novos espaços de memória, divulgando a riqueza de um património histórico e cultural que se constrói e redefine a partir das características materiais e imateriais de um território e lugar.

Ana Júlia França Monteiro

anajulia.fmonteiro@gmail.com

Universidade de Brasília

Este trabalho discute as trajetórias transnacionais de intelectuais afro-latino-americanos e as suas contribuições para a construção da ideia político-cultural de América Latina, formulada por Lélia Gonzalez (1988). A partir das experiências e articulações de Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Nicomedes Santa Cruz e José “Cheche” Campos Dávila, a investigação procura analisar de que forma viagens, trocas intelectuais, redes políticas e relações pessoais contribuíram para a circulação de ideias sobre raça, política negra e identidade afro-latino-americana entre o Brasil e a América Latina.

O estudo assenta numa metodologia qualitativa e interdisciplinar, combinando pesquisa documental e análise de fontes escritas e audiovisuais recolhidas no Brasil, Peru e México. São analisados acervos pessoais, documentos institucionais, correspondência, jornais, fotografias e cassetes que evidenciam diálogos transnacionais entre intelectuais afro-latino-americanos ao longo da segunda metade do século XX.

Ao mapear estas conexões intelectuais e políticas, o trabalho argumenta que redes afro-latino-americanas desempenharam um papel central na formulação de perspectivas antirracistas e de articulações continentais que ultrapassaram fronteiras nacionais. Neste sentido, a investigação dialoga com debates contemporâneos sobre internacionalismo negro, estudos afro-latino-americanos, memória e circulação de referenciais políticos e culturais no âmbito da diáspora africana nas Américas.

Alexandre Leonardo

André Mota Veiga

Pedro Salvado

pedro-salvado@hotmail.com

Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

Uma geografia literária estuda a relação entre literatura e espaço, mostrando como os lugares influenciam a vida e a obra dos escritores. No caso de Eugénio de Andrade, a criação de itinerários literários contribui para a vitalidade da sua obra, ao manter a poesia próxima dos leitores, valorizar a memória cultural associada aos lugares que inspiraram a escrita e possibilitar novas leituras dos seus poemas. Além disso, promove a divulgação da literatura portuguesa e transforma a leitura numa experiência ligada ao território. A patrimonialização regional desta geografia literária inicia-se com a Rota dos Escritores do século XX, lançada no início dos anos 2000 pela CCDR Centro em parceria com vários municípios, e é posteriormente reforçada pela criação da Casa da Poesia Eugénio de Andrade, na Póvoa de Atalaia, em 2010. Estes dispositivos consolidam a valorização cultural das paisagens associadas ao poeta no concelho do Fundão. O projeto Itinerário Eugeniano procura alargar esta lógica, unindo diferentes geografias, da Serra da Gata aos Campos de Coria, passando pelo Fundão, Alpedrinha, Póvoa de Atalaia e Castelo Branco, até ao sul, num percurso transfronteiriço e bilingue que articula paisagem, memória e criação literária, configurando uma rede cultural expandida em torno da obra do poeta.

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

andrea.paula@unimontes.br

Universidade Estadual de Montes Claros

Este trabalho analisa como os personagens de João Guimarães Rosa transformam e ressignificam o espaço sertanejo através de processos de errância e mobilidade. Partindo da literatura roseana como fonte geográfica, buscamos compreender como a circulação de sujeitos pelo sertão do Norte de Minas Gerais—migrantes, vaqueiros, jagunços, crianças—reconstrói simbolicamente os territórios vividos. A errância não é apenas deslocamento físico, mas um processo de reinterpretação constante do espaço, onde memória, pertencimento e esperança se entrelaçam. Analisamos personagens como Miguilim em *Campo Geral*, Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas* e o pai em *A Terceira Margem do Rio* para demonstrar como a mobilidade humana ressignifica paisagens, cria novas geografias simbólicas e oferece leituras do território. A obra de João Guimarães Rosa revela que o sertão não é um espaço fixo, mas um território vivo, constantemente refeito pelos agentes sociais que o habitam e o atravessam.

Palavras-Chave: errância, território, sertão, literatura,, João Guimarães Rosa.

Tiago Vieira Cavalcante

tiagocavalcante@ufc.br

Valéria Cristina Pereira da Silva

Givaldo Ferreira Corcinio Junior

Rui Jacinto

UFC / UFG / IFGO & Agência Brasil Central de Comunicação / CEGOT & CEI

O tema proposto vislumbra visa refletir como a cultura e o imaginário urbano se articulam com a literatura, gerando novos espaços culturais, econômicos e simbólicos, a partir da experiência registrada por literatos em três metrópoles brasileiras (Goiânia-GO, Brasília-DF e Fortaleza-CE) e uma experiência europeia, a cidade de Coimbra. As metrópoles brasileiras, localizadas na região centro-oeste e nordeste do país, que revelam temporalidades, espacialidades e sensibilidades distintas, a par de Coimbra, são lócus onde é possível observar o papel criativo e fundante da literatura no espaço, como impacta e promove os lugares, o modo como a cidade também se torna, através da literatura, um universo imaginário, um território de criação, transformação e atração. Ao incorporar uma diversidade de realidades literárias metropolitanas tal, caminho põe em diálogo a geografia e a literatura de múltiplas maneiras, mais inovadoras e susceptíveis de propiciar novas leituras teóricas e metodológicas. Fazemos este exercício teórico e prático a partir de roteiros literários, focado num caminho pensado e realizado no centro da Fortaleza-CE, cidade de muitas potencialidades econômicas e turísticas, mas também literárias. A importância da cidade há muito foi transformado num campo ampliado de ações, imagens, ideias e, mesmo, de intervenções, mudanças que também têm reflexos na literatura. A literatura tem a capacidade de gerar, no espaço ampliado da metrópole, outros lugares de identidade, de memória e de imagem. Tal impulso dinamizador e simbólico, ao ser incorporado ao patrimônio material e imaterial urbano, mostra que a cidade é pensada tanto pelos políticos e burocratas como, também, por aqueles que a leem e interpretam literariamente. Fortaleza, o nosso estudo de caso, é feita de prédios, fábricas, casas, praças, mas, também, de culturas, sonhos, sentimentos, imaginações. Por isso, uma das maneiras significativas de a apreendermos, para além da sua fisionomia urbana, é captar as emoções que suscita a partir de sua literatura. O roteiro literário que elaboramos para esta cidade iluminada tem por objetivo dar a conhecer uma Fortaleza Literária, a partir das histórias de poetas (Juvenal Galeno e Patativa do Assaré), romancistas (Rachel de Queiroz, José de Alencar, Rodolfo Teófilo) e de outras geografias, paralelas e complementares, que são esboçadas pelos museus (Casa de Juvenal Galeno), cafés (Café Java), estátuas (José de Alencar, Rachel de Queiroz e Patativa do Assaré), bibliotecas (Biblioteca Pública Estadual do Ceará), academias (Academia Cearense de Letras) e institutos (Instituto do Ceará). Essa articulação permite aos sujeitos vincular-se de outro modo ao espaço, conhecer outras facetas da cidade, facultar novas relações qualitativas com os lugares. A comparação deste caso com outras metrópoles (Brasília e Goiânia) e Coimbra permite observar como as paisagens urbanas se transformam por meio do feixe pulsante de imagens contidas na literatura e que trespassa a cidade por um imaginário literário. Podem-se proporcionar, deste modo, novas possibilidades de visitas imersivas e viagens (turística ou educacional) com possibilidades de gerarem oportunidades econômicas e culturais. O caráter fundamentalmente relacional entre o espaço e a literatura pode fazer da metrópole, afinal, um lugar de forte sinergia, polarizador de acontecimentos culturais dinamizadores da vida econômica e social.

Pedro Salvado

pedro-salvado@hotmail.com

Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

A comunicação aborda a criação de uma rede de espaços memoriais e museológicos no concelho do Fundão, composta por “casas”, “lugares” e “museus”, que refletem diferentes formas de valorização e mediação do património. Esta rede, entendida como um campo de expressões museológicas, articula saberes e práticas locais ligados à tradição e à religiosidade com figuras de projeção internacional, como Eugénio de Andrade e António Guterres, estabelecendo uma relação entre o local e o global sem comprometer a identidade territorial. Destaca-se, no âmbito de uma prática museológica comprometida com as comunidades, o carácter aberto, experimental e evolutivo desta rede, evidenciando desafios relacionados com a articulação entre os diferentes espaços, o envolvimento das populações e o impacto cultural efetivo e afectivo com e na região. Museu Arqueológico Municipal José Monteiro

Museus como estratégias de valorização do patrimônio e fortalecimento territorial no Geoparque Serra do Sincorá: o caso do Museu do Garimpo Vivo e do Museu do Sempre Viva, em Mucugê – Ba

Iris Fernanda Silva Bonfim

irisfernandasilvabonfim@gmail.com

Artur José Pires Veiga

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

A valorização do patrimônio natural e cultural vem sendo consolidado como elemento estratégico para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável, especialmente em áreas reconhecidas por sua relevância ecológica, como a exemplo da proposta do Geoparque Serra do Sincorá na Chapada Diamantina – Ba. Nesse contexto, os museus assumem papel relevante como instrumentos de preservação, interpretação e valorização do patrimônio, ao promoverem a aproximação entre comunidade, visitantes e paisagem. Este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição do Museu do Garimpo Vivo e do Museu do Sempre Viva, localizados no município de Mucugê – Ba, para a valorização do patrimônio natural e cultural e para o fortalecimento da identidade territorial vinculada ao geoparque.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica sobre geoconservação, educação patrimonial e museologia social, além da análise do papel desses espaços na difusão de saberes sobre a história do garimpo, a flora regional e as dinâmicas da paisagem local. Também foi realizado uma pesquisa de campo com visita in loco afim de observações e interpretação do patrimônio.

Os resultados obtidos evidenciam que os museus analisados desempenham papel significativo no fortalecimento das estratégias de conservação e uso sustentável do patrimônio no contexto do Geoparque Serra do Sincorá. Observou-se que o Museu do Garimpo Vivo e o Museu do Sempre Viva atuam como espaços de mediação entre o conhecimento científico, os saberes tradicionais e a experiência do visitante, promovendo a interpretação qualificada da paisagem e dos elementos que compõem a geodiversidade local. Outro aspecto relevante diz respeito ao fortalecimento do sentimento de pertencimento da população local, uma vez que os museus valorizam a memória do garimpo, os modos de vida e os elementos identitários da comunidade de Mucugê. Essa valorização contribui para o engajamento social nas ações de preservação e para a consolidação de uma consciência patrimonial mais crítica e participativa

Dessa forma, evidencia-se que os museus não apenas cumprem funções educativas e culturais, mas também assumem caráter estratégico na consolidação do geoparque enquanto instrumento de gestão territorial.

Salvatore Lampreu

lampreu@uniss.it

Università degli Studi di Sassari

El objetivo del trabajo es analizar el papel de la arquitectura icónica en la construcción del paisaje cultural de la Rioja Alavesa, subregión vitivinícola de la Comunidad Autónoma del País Vasco (España) que, desde finales de los años noventa, ha acogido intervenciones firmadas por algunas de las figuras más relevantes de la arquitectura contemporánea mundial, entre ellas Frank O. Gehry, Santiago Calatrava y Zaha Hadid. Se trata de un territorio de apenas 300 kilómetros cuadrados y 12.000 habitantes que, sin embargo, se impone en el imaginario cultural global como un destino de excelencia arquitectónica y vitivinícola.

Desde el punto de vista teórico, la contribución articula tres pilares conceptuales —la teoría del place branding territorial (Kavaratzis, 2004; Anholt, 2007), la sociología de la starchitecture como producción de capital simbólico (Bourdieu, 1984; Sklair, 2017) y el marco de las indicaciones geográficas como dispositivos de gobernanza reputacional (Belletti, Marescotti y Touzard, 2017)— proponiendo una síntesis en el concepto de architectural place branding: una forma específica de construcción de la identidad competitiva territorial que opera mediante la inversión deliberada en arquitectura icónica como palanca de reposicionamiento dentro de la jerarquía global de la producción vitivinícola de calidad.

Los resultados ponen de manifiesto que las inversiones arquitectónicas han contribuido a redefinir estructuralmente la imagen competitiva del territorio, generando externalidades positivas que trascienden los límites de las bodegas promotoras individuales para irradiarse sobre toda la denominación, aunque no sin producir tensiones distributivas entre los grandes productores y las bodegas de menor escala.

Odilon Monteiro da Silva Neto

odilonnetosilva@gmail.com

Eustógio Wanderley Correia Dantas

ewcdantas@gmail.com

IFCE/UFC

Sobre a experiência humana nos domínios tropicais, muitas foram as elaborações no quadro das ciências humanas e sociais. Como um lugar capaz de produzir gêneros ligados ao setor primário da economia, passando ao universo da cultura imaterial, onde alguns viam como lugar de “tristeza”, outros como lócus de possibilidade para as práticas de sociabilidade e lazer, que tão bem passaram a compor o setor de serviços. E dentro desse universo onde se destaca as experiências do cotidiano, temos a elaboração das experiências religiosas, que tão fortemente irão caracterizar o chamado “Novo Mundo”. E no encontro de culturas, o cristianismo europeu, foi instrumentalizado por diferentes ordens religiosas, que ao seu modo, levando em consideração as características do lugar, e o modal mais preciso para a comunicação com os povos dessa terra, foram imprimindo novas formas de se viver a fé cristã. E desse encontro de experiências diversas que vamos observar no território cearense, a presença dos religiosos franciscanos, que mesmo inicialmente não tendo fixação, promovem nessas terras a devoção franciscana, de modo que essa experiência, assume dimensões que a colocam em dimensões internacionais. Ao se comemorar o oitavo centenário da passagem de São Francisco na terra, vemos o sertão cearense, vibrar em sua forma de devoção ao Seráfico, aqui chamado de São Francisco das Chagas de Canindé.

Josireni Valéria Ximenes
ajvximenes@hotmail.com

Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Luíz de Sousa Guilherme

Juci Theodoro

Maria Madalena Ferreira

Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.; Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, Universidade de Coimbra - UC; Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

A dinâmicas transfronteiriças perpassam muitos aspectos da vida cotidiana dos povos que habitam as regiões limítrofes, desde a interculturalidade, a culinária até as crenças. Entretanto, é na língua que reside as maiores interações, com transição e incorporação de vocábulos, expressões e sotaques. Estas dinâmicas ocorrem em todo o mundo e na Amazônia, os processos linguísticos envolvem tanto as línguas europeias dos colonizadores, quanto as línguas originárias. Este trabalho analisa as políticas linguísticas em Guajará-Mirim, município situado na fronteira entre Brasil e Bolívia, marcado por intenso plurilinguismo decorrente da convivência entre português, espanhol, portunhol e línguas indígenas. O objetivo central foi compreender em que medida as políticas linguísticas de jure dialogam, ou não, com as práticas linguísticas de facto vividas pela população, considerando os impactos dessa relação na educação, nos serviços públicos e na cidadania linguística. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, articulando análise documental de legislações federais, estaduais e municipais, revisão de estudos produzidos por pesquisadores da região e observações registradas em Diário de Campo. Os resultados revelam um descompasso profundo entre a realidade multilíngue do território e a lógica monolíngue que orienta as instituições locais. No plano legislativo, identificou-se ausência quase total de diretrizes municipais para o tratamento das línguas da fronteira, enquanto os serviços públicos operam por improvisação, sem formação ou materiais bilíngues. Em contraste, os estudos locais e as observações de campo evidenciam que a comunicação na fronteira é dinâmica, híbrida e sustentada por práticas de translíngua. Conclui-se que Guajará-Mirim vive uma política linguística por omissão, que reforça desigualdades históricas e impede o reconhecimento pleno das línguas que constituem o território. A pesquisa aponta demandas urgentes por políticas intersetoriais que institucionalizem o bilinguismo, valorizem as línguas indígenas e promovam justiça linguística na fronteira.

Rosário Santana

rosariosantana@ipg.pt

Instituto Politécnico da Guarda

Helena Santana

hsantana@ua.pt

Universidade de Aveiro

A relação entre o homem e a natureza tem sido, ao longo da história, um eixo estruturante da produção artística. Em Portugal, o elemento água, assume um papel central, não apenas como cenário, mas como símbolo fluídico de identidade, memória e transformação. Através dos elementos mar e rio e as simbologias a eles associadas, registamos que na literatura, o mar surge como espaço de descoberta e inquietação. Por outro lado, o rio, frequentemente mais íntimo, surge como metáfora do tempo e da memória, atravessando paisagens humanas e afetivas. Na pintura, os artistas capturam a fluidez da água enquanto elemento de transição entre luz e matéria. O reflexo das margens, o movimento das ondas ou a serenidade de um curso fluvial traduzem uma observação sensível da natureza, onde o olhar humano se dissolve no ambiente. Já na música, o mar é indissociável do fado, expressão maior da identidade portuguesa enquanto o oceano ecoa como destino e saudade. Acresce o rio, presença constante na construção poética e sonora. A fluidez musical acompanha o movimento da água, criando atmosferas de nostalgia e pertença.

Se ao nível da literatura e da pintura os registos alcançados são muitos, ao nível da música erudita percebemos que os exemplos também abundam. Neste contexto, podemos referir os compositores Luís de Freitas Branco, Jorge Croner de Vasconcelos, Filipe Pires, Ivan Moody ou Eurico Carrapatoso, autores onde podemos observar que o elemento água, nas suas formas de representação - mar e rio -, se mostra um mediador entre o homem e a natureza, espelhando emoções, histórias e identidades.

Em outro, a sua representação fluídica em arte evidencia uma continuidade simbólica onde o natural e o humano se entrelaçam, reforçando a arte como espaço de reflexão e ligação ao mundo. O trabalho que agora pretendemos apresentar, propõe explorar a forma como esse conceito se materializa nas artes musical, pictórica e literária de diversos países, mormente Portugal.

Nathália Moro

nathaliamoro@hotmail.com

Christian Fausto Moraes dos Santos

Universidade Estadual de Maringá

O presente trabalho examina as práticas alimentares e a circulação da comida no espaço urbano do Rio de Janeiro do século XIX, tomando como base a produção textual e imagética de Jean-Baptiste Debret. Entre os anos de 1816 e 1831, o cronista e pintor francês registrou minuciosamente o dia a dia da capital, capturando cenas coloniais e imperiais que vão além do mero consumo biológico, revelando como o ato de comer estava atrelado às esferas econômica, social e cultural da cidade. Por meio de uma perspectiva interdisciplinar, investigamos os cardápios, os ingredientes e os comensais da época, analisando como a alimentação urbana expressava as divisões de classe e as tensões raciais. Com isso, buscamos mapear a cultura material dos alimentos e desvelar as profundas assimetrias que estruturavam a sociedade carioca oitocentista.

A primeira obra conhecida sobre a geografia da então província das Alagoas, localizada no nordeste brasileiro, *Opusculos da Descrição Geographica, Topographica, Politica e Historica, da Província das Alagoas*, data de 1844, escrita por Antonio Joaquim de Moura, presidente da província. Após a sua publicação, há um hiato de 16 anos, até a segunda obra de referência intitulada *Geographia Alagoana ou Descrição Phizica, Politica e Historica da Provincia das Alagoas*, de autoria de Thomaz do Bomfim Espíndola, vinda à luz em 1860, e inaugurando um importante período para o pensamento geográfico alagoano, que perdurará até os primeiros anos do século XX. Esse processo é marcado por um efervescente ambiente intelectual que se distingue pela presença de uma geração de autores vinculados ao Instituto Archeologico e Geographico Alagoano – IAGA (atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL) fundado em 1869, constituindo-se em um importante ponto de encontro, diálogos e debates da época. Através da Revista do IAGA, criada em 1872, essa geração publicou e difundiu ideias e conhecimentos sobre o território alagoano e alhures, sempre em consonância com os interesses da classe senhorial local. Nesse periódico concentram-se significativos trabalhos sobre a geografia alagoana nos oitocentos. Além do já mencionado Thomaz Espíndola, pode-se acrescentar outros nomes que produziram uma geografia nesse período, seja em periódicos ou em compêndios, como João Francisco Dias Cabral, Alexandrino Dias de Moura, Olimpyo Euzébio de Arroxelas Galvão, Themistocles Soares de Albuquerque Leão, Manuel Balthazar Diégues Junior e Jose Prospero Jeovah da Silva Corroatá, dentre outros. Esses autores constituíam um seleto grupo de intelectuais da elite provinciana, formado por médicos, diplomados pela Faculdade de Medicina da Bahia, e juizes e advogados formados pela Faculdade de Direito de Olinda-Recife, além de políticos, religiosos e autodidatas. Buscou-se, na investigação realizada, analisar os enredos e a geografia produzida por essa geração de autores, pioneiros na construção de uma geografia do território alagoano no século XIX. Essenciais à compreensão dos conhecimentos não apenas geográficos, mas também históricos, econômicos e sociológicos do atual estado de Alagoas.

**Eletiva explorando o mundo com jogos: uma jornada interativa no ensino de Matemática e Geografia
na EMTI Prof. Álvaro Costa**

Emanuelton Antony Noberto de Queiroz

emanuelton@alu.ufc.br

Ana Beatriz de Almeida Lima

anabeatriz.almeida@educacao.fortaleza.ce.gov.br

Alexsandra Maria Vieira Muniz

geoalexsandraufc@gmail.com

Lays Nogueira da Rocha

lays.nogueira@educacao.fortaleza.ce.gov.br

Universidade Federal do Ceará/ Universidade Estadual do Ceará/ Universidade Federal do Ceará

A eletiva “Explorando o mundo com jogos: uma jornada interativa de matemática e geografia”, ministrada na Escola Municipal de Tempo Integral Professo Álvaro Costa, localizada no bairro Cais do Porto, em Fortaleza - CE, com os alunos do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental anos finais. Tem a finalidade de unir princípios dos componentes curriculares do ensino de geografia e matemática, possibilitando a interdisciplinaridade e desenvolvendo no aluno o seu protagonismo, apresentando a importância do uso dos jogos pedagógicos e atividades lúdicas nas práticas de ensino. Logo, desenvolvendo habilidades cognitivas e sociais, como a resolução de problemas, trabalho em equipe e superar os desafios manifestados através da criação de jogos tradicionais, inéditos e autênticos. Assim, o objetivo geral do trabalho é analisar como a criação de jogos que explorem o ensino de matemática e geografia, corrobora com desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais dos educandos. Como metodologia foi realizado: 1) planejamento de construção do projeto da Eletiva; 2) aulas expositivas e interativas; 3) pesquisa juntos aos estudantes dos temas estudados na eletiva; 4) oficinas de construção e aplicação de jogos geomatemáticos e por fim 5) compartilhamento dos resultados com a comunidade escolar. Como principais resultados destacamos a criação de jogos interdisciplinares entre geografia e matemática, dentre eles jogo de tabuleiro, quebra-cabeça do mapa do Brasil, jogos de trilhas, cartas e esportivos. Concluímos que, a Eletiva proposta, potencializou o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, como também a aplicabilidade de métodos ativos e atrativos de ensino, tendo o docente como mediador do processo educativo e o aluno ativo na apropriação e produção do conhecimento, através do trabalho em equipe no desenvolvimento de jogos geomatemáticos, que facilitem a compreensão dos conteúdos abordados, sobretudo, os de difícil entendimento e, colaborar para o estreitamento das relações professor-aluno, de forma a proporcionar uma aprendizagem mais efetiva.

Jozepha d'Ayalla (1630-1684) e a vida conventual durante a Restauração na cidade de Coimbra

Pedro Manuel Pereira da Silva Tavares

pedro.manuel.tavares@sapo.pt

CHAIA, Universidade de Évora

A Guerra da Restauração (1640-1668) pautou-se por incursões na fronteira, os motins que a antecederam espalharam-se pelo país, porém sem expressão em Coimbra. A cidade Universitária e das Ordens Religiosas fundadoras do Reino, permaneceu plácida.

Durante a Dinastia Filipina (1580-1640) a cidade beneficiou de obras emblemáticas, tais como a reforma da Sé Velha, a construção da Porta Férrea da Universidade e inclusive projetos para a Ponte Real. Os Filipes tinham um particular interesse na Universidade. Sobre a sua vigilância, a Universidade continuou a prosperar.

É durante este período que o novo Convento de Santa Ana é edificado onde, trinta e quatro anos após a sua refundação, Joséfa de Ayalla entra com quatorze anos de idade. Passados dois anos irá mudar-se para o Mosteiro de Semide e cerca do ano 1653 regressa à vila do seu pai, onde finalmente o branding Óbidos ganha vida própria.

Esta pequena apresentação pretende elucidar o motivo pelo qual a mais famosa pintora portuguesa do séc. XVII viveu em clausura, durante parte dos seus anos de formação, no Convento de Santa Ana de Coimbra.

XXVI CURSO DE VERÃO

DIÁLOGOS TRANSTERRITORIAIS PARA
UMA GEOGRAFIA DA ESPERANÇA



+info: www.cei.pt
cei@cei.pt

Siga-nos!

